

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LUCIANA DOS SANTOS RODRIGUES

Os Exaltados: Política e identidade na corte regencial (1831 – 1834)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para a obtenção do Grau de Mestre.

Área de concentração: História Política.

Orientadora: Professora Dr^o. Gladys Sabina Ribeiro

Niterói, 2013

LUCIANA DOS SANTOS RODRIGUES

Os Exaltados: Política e identidade na corte regencial (1831 – 1834)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para a obtenção do Grau de Mestre.

Área de concentração: História Política.

Orientadora: Professora Dr^o. Gladys Sabina Ribeiro

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Gladys Sabina Ribeiro

Universidade Federal Fluminense - Orientador

Professor Doutor Vantuil Pereira

Universidade Federal do Rio de Janeiro - Arguidor externo

Professora Doutor Carlos Gabriel Guimarães

Universidade Federal Fluminense - Arguidor interno

Niterói, 2013

“The only excuse for making a useless thing is that one admires it intensely.”

Oscar Wilde

AGRADECIMENTOS

O término desta etapa não poderia ter sido possível sem a ajuda de algumas pessoas que merecem serem lembradas.

Meus pais, Ademir e Raimunda, e minha avó, Angela, pelo investimento e a paciência que eu sei que foram necessárias para lidar comigo ao longo destes anos.

Minha orientadora Gladys Sabina Ribeiro, a quem eu devo muito mais do que seria capaz de expor aqui.

Rafael e Paula, pela companhia nas aulas e as discussões intermináveis pelas quais historiadores parecem sempre serem tragados.

Mateus, minha alma gêmea musical, por fornecer o combustível para os meus ouvidos nas madrugadas em que o trabalho – e todo o resto – parecia impossível. Aproveito o seu parágrafo, amigo, para agradecer aos Beatles. Sem eles, às vezes, parece que nada tem graça.

Juliane, por ter entrado na minha vida sorrateiramente e hoje em dia ter cadeira cativa.

João, Fábio, Ana e Julia por terem aprendido a conviver com minha ausência, mesmo sem me deixarem sozinha – exercício só possível quando se é amigo há uma década.

Felipe por ter estado presente, mesmo quando não estive. E por quando estar, lembrar do valor da sua existência.

Alexandre por... Como agradecer a um amigo que se tornou a voz da minha própria consciência? Nós sabemos de algo que ninguém mais sabe.

Meus bichos de estimação – os que ainda estão comigo e o que não está mais – porque na maior parte do tempo não consigo aguentar nenhum humano.

Este foi um tempo difícil, em que descobri muito mais do que pelo que barganhei. Mesmo que as descobertas não estejam aqui, sem estas páginas elas não teriam sido possíveis.

ÍNDICE

Introdução	6
Capítulo 1: Texto e Contexto dos Primeiros Anos do Império	17
Capítulo 2: Os Exaltados na Imprensa	48
Capítulo 3: Identidade na Pequena Imprensa	70
Conclusão	93
Bibliografia e Fontes Periódicas	96

Introdução

Os liberais exaltados foram abordados pela historiografia do próprio Oitocentos tanto como sinônimos de luta pela liberdade quanto como rebeldes anárquicos, ao sabor da tendência política daqueles que os descreviam, ficando identificados com a Regência imperial e seu clima geral de “experiência republicana”.

Recentemente, estudos sobre a imprensa da década de 1830 tem se utilizado de ferramentas diferentes para a análise dos grupos e de sua prática política. Essa dissertação tem como objetivo avaliar este grupo, política e ideologicamente, à época da Regência Trina (1831 – 1834). Deixando de lado a grande imprensa exaltada e seus principais jornais, extensivamente analisados em belos trabalhos, atentamos para um número de pequenas publicações que inundaram o espaço público da Corte nos primeiros anos após a Abdicação de Dom Pedro I.

A dificuldade de se trabalhar com fontes periódicas surge ao historiador logo no primeiro momento de leitura, e a principal dúvida é o lugar daquelas palavras e artigos na configuração da prática política, e, neste caso, na disseminação do novo vocabulário político liberal. Variados trabalhos prestaram atenção nos significados dos conceitos e até em seus aprendizados práticos nos momentos que circundaram a independência do Brasil, utilizando material similar. Diversas questões se colocam sobre estas fontes e, especialmente, sobre o contexto do qual trato: qual era o papel destes jornais? Como deve ser encarada a “opinião pública” que estes periódicos tanto invocam? De que forma pode-se compreender, mais satisfatoriamente, o processo pelo qual davam seus entendimentos de alguns termos que estavam na ordem do dia, como liberdade, constituição, representação? Em que medida os entendimentos que apresentam são suficientes para determinar a existência de um grupo liberal exaltado coeso, que estaria organizadamente ligado aos movimentos de rua que existiram em peso naquele momento?

Mesmo difíceis de responder, para todas estas perguntas, parece clara a necessidade de atenção ao contexto não só político, mas também social que delimitava a experiência daqueles homens, ponto que parece ainda um pouco distante das análises sobre estes periódicos. O desejo aqui é ser capaz de entender o uso do vocabulário político dentro de um contexto maior, que não diz respeito apenas aos anos sem Imperador, considerando a realidade regencial como parte de um processo maior oitocentista brasileiro, e não descolada dos demais períodos do processo político imperial. Muitas das questões que foram discutidas naqueles anos, e muito do vocabulário que foi utilizado estavam presentes já nos primeiros anos do século XIX.

Destarte, não parto de nenhuma teoria que cuide apenas das linguagens políticas, identificadas a partir de discursos isolados, porque este não é o objetivo. Os jornais utilizados foram

escolhidos como sinais, termômetros, e exemplares do que ocorria em quase toda a imprensa naqueles anos, como peças de um jogo político maior, e que não poderiam ser considerados de forma exclusiva. Seus redatores não são teóricos políticos, e por alguns serem até anônimos, a figura do autor como *indivíduo* responsável por aquelas opiniões torna-se secundário. O principal ponto é entender a força daquelas ideias, de uma maneira coletiva, de modo a se distanciar de apontamentos que elegeram um indivíduo ou um jornal como bandeiras de um “partido exaltado”.

Também não é objetivo limitar minha atenção aos principais conceitos que são tocados nestes artigos políticos. Apesar de não negar a especial importância que eles possuem, creio que o resultado fugiria ao meu objetivo maior de entender a identidade exaltada através destes discursos. Sem negar o destaque que teria uma história dos conceitos utilizados na retórica política do período, seria ilusório acreditar em sua pertinência no trabalho que estou procurando desenvolver. Assim, aquela metodologia que tem como principal expoente Reinhart Koselleck, e que guiou a confecção do “Dicionário de Princípios Históricos da Linguagem Política e Social na Alemanha”¹ não seria o ideal para guiar a pesquisa que me dispus a realizar. Não serão minha preocupação o léxico dos conceitos que aparecerão, ou uma especial atenção à história dos conflitos em torno deles, apesar de crer que este tipo de trabalho tem uma importância fundamental para os historiadores do político.

As inconsistências que as principais metodologias do estudo do vocabulário político pareciam apresentar diante das minhas preocupações forçaram-me a partir em busca de um entendimento entre elas que me permitisse trabalhar com os discursos daquelas fontes, entendendo-os dentro das linguagens das quais faziam parte, mas sem descuidar do contexto social e político do qual faziam parte. Assim, Melvin Richter se mostrou importante, na medida que aponta as vantagens do paralelismo entre alguns pontos das metodologias das linguagens políticas, do contextualismo e da própria história dos conceitos. Não negando a distinção entre os métodos, este autor defendeu a possível complementariedade entre eles².

História dos conceitos e Contextualismo linguístico

¹ Cito aqui como é citado por Melvin Richter em seu texto de 1990 (ver nota 6). BRUNNER, Otto; CONZE, Werner; KOSELLECK, Reinhart (ed.). *Geschichtliche Grundbegriffe. Historisches Lexicon zur politisch-sozialen sprache in Deutschland* (Conceitos Fundamentais na História: um léxico histórico sobre a linguagem política e social na Alemanha). Stuttgart: 1972 – 1993. Eventualmente, por influência dos textos de Melvin Richter, e por facilidade, ele será referido como GG no corpo do texto.

² Foram fundamentais, em especial: RICHTER, Melvin. “Reconstructing the history of political languages: Pocock, Skinner, and the *Geschichtliche Grundbegriffe*”. In *History and Theory*, vol. 29, n° 1, 1990, pp. 38-70. e RICHTER, Melvin. “Avaliando um clássico contemporâneo: o *Geschichtliche Grundbegriffe* e a atividade acadêmica futura”. In JASMIN, Marcelo Gantus; JÚNIOR, João Feres (Org.). *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Edições Loyola e Editora PUC-Rio, 2006.

“... o sentido das palavras surge apenas no momento em que a construção sintática da frase torna determinado aquilo que era indeterminado. O mesmo ocorre com os resíduos do passado, partes 'determinadas-indeterminadas' que tentamos entender através do sentido do todo. Quando essas partes não se deixam entender, é necessário determinar novamente o sentido do todo, e assim sucessivamente, até que o sentido das partes esteja esgotado”³.

Verena Alberti, expondo paralelamente diferentes concepções hermenêuticas, lembrou a presença de um elemento importante na compreensão do outro: a história. Para fazer frente ao imobilismo metafísico, seria necessário aplicar a consciência histórica à filosofia, tornando-a consciente de sua historicidade. Trabalhando simbolicamente o passado, seria impossível não considerar o tempo como fator determinante para as atividades de compreensão e interpretação. A autora destacou, ainda, a obviedade com a qual poderiam soar algumas das revelações hermenêuticas para os historiadores, por estes terem seu trabalho imerso neste campo.

Não negando o tributo devido à hermenêutica, Reinhart Koselleck procurou marcar a distinção entre seu campo e o da história, e apontou os riscos do uso indiscriminado da primeira, como o surgimento de uma ideia de uma natureza humana, e o reducionismo da pesquisa histórica à descrição das diferentes expressões humanas, resultado de um relativismo improdutivo⁴. Para Koselleck, o terreno não-hermenêutico da história seria a ciência teórica que estudaria as condições e as possibilidades históricas. Estas condições, partindo de pares de oposição, como construções pré-linguísticas, seriam, de certa forma, independentes das mediações linguísticas. Sua proposta, como descrita por Alberti, “objetiva investigar a emergência de sentido, ao invés de se restringir à sua identificação”⁵.

O trabalho dos historiadores, ainda segundo a proposição de Koselleck, consistiria no uso de textos para o alcance de uma realidade externa a eles. Mesmo constituindo esta realidade apenas narrativamente, ou seja, através do meio linguístico, ele tematizaria uma matéria externa àquele meio. A história englobaria as condições de possíveis histórias, e remeteria a processos de longa duração que não estariam contidos em nenhum texto, apesar de antes provocarem textos. A este respeito, as bem colocadas palavras da própria Verena Alberti fazem-se, novamente, necessárias:

3

ALBERTI, Verena. “A existência na história: revelações e riscos da hermenêutica”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 17, 1996. p. 43.

⁴ Idem, p. 50.

⁵ Ibidem, p. 52. As condições extra-linguísticas apontadas por Koselleck e descritas por Verena Alberti: são 1) inevitabilidade da morte, e possibilidade de ser morto; 2) oposição formal entre amigo e inimigo; 3) oposição entre dentro e fora; 4) a geração de filhos e a sucessão de gerações e 5) as relações entre senhor e servo.

“Fazer história no sentido de procurar as condições do surgimento de possíveis histórias é descobrir o espaço extra-textual – contexto certamente – que permite a constituição de textos. Podemos dizer que é apenas nesse momento, em que toma o texto como documento de algo, que o historiador se afasta da inserção linguística – porque o algo de que o texto é documento não é primordialmente linguístico”⁶.

Não circunscrevendo-as ao campo da narrativa, Koselleck chama atenção para a possibilidade do uso de fontes de discurso político sob uma ótica diferente daquela que acabaria por limitá-las às amarras das análises linguísticas. Neste sentido, a utilização de periódicos políticos como fontes históricas deveria servir de meios para a observação da realidade que se era representada naquelas páginas. A análise feita apenas através da leitura repetida de seus artigos seria, assim, insuficiente para a confecção de um trabalho que privilegiasse o alcance daquela realidade, se fazendo necessário o uso de outras bases que permitissem uma compreensão alargada de seu contexto.

Principal expoente da história dos conceitos, Reinhart Koselleck sublinhou a relação intrínseca e complexa entre os conceitos e a sociedade. Ao mesmo tempo que a unidade da ação política desta se deve ao compartilhamento daqueles, os conceitos fundamentam-se em sistemas político-sociais muito mais complexos do que sua organização linguística sob conceitos⁷. Não se pode ignorar a relação entre as palavras e as coisas, entre a consciência e a existência, entre a linguagem e o mundo. Tais premissas teóricas regem, de perto, a sua preocupação em comungar a história dos conceitos às preocupações da história social, apesar de reafirmar a distinção entre as duas, seus objetos e seus métodos.

Usando o exemplo de Hardenberg em seu esboço das diretrizes de reorganização do Estado prussiano no ano de 1807, Koselleck chamou atenção para a importância da dedução não apenas do contexto diário do autor, mas também da situação política e social da Prússia naquela época, e do uso da língua pelo autor, seus contemporâneos e a geração anterior a ele, com quem teria partilhado a comunidade linguística. O sentido da frase de Hardenberg apenas seria extraído a partir do momento em que a investigação semântica fosse aplicada aos conceitos, revelando os pontos de vista orientados para o presente, o planejamento do futuro, e também os elementos de longa duração da constituição social e originários do passado: “na multiplicidade cronológica do aspecto semântico reside, portanto, a força expressiva da história”⁸. Seria fundamental, assim, identificar o

⁶ Ibidem, p. 53.

⁷ KOSELLECK, Reinhart. “História dos conceitos e história social”. In *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora Puc-RJ, 2006.

⁸ Idem, p. 101.

momento a partir do qual os conceitos passaram a se apresentar de maneira mais incisiva como indicadores das transformações políticas e sociais profundas, o período em que a luta em torno de sua ressignificação ganharia relevância social e política⁹.

Desde a Revolução Francesa, esta batalha em torno das definições semânticas teria se intensificado, sob nova estrutura: os conceitos apontariam para o futuro, e as conquistas políticas almejadas seriam, primeiro, formuladas linguisticamente¹⁰. Koselleck, desta forma, explicita mais uma vez a ligação intrínseca entre o campo linguístico e a observância das estruturas sociais e suas transformações em sua abordagem metodológica. Definiu, assim, a história dos conceitos:

“...a história dos conceitos é, em primeiro lugar, um método especializado da crítica de fontes que atenta para o emprego de termos relevantes do ponto de vista social e político e que analisa com particular empenho expressões fundamentais de conteúdo social ou político. É evidente que uma análise histórica dos respectivos conceitos deve remeter não só a história da língua, mas também a dados da história social, pois toda semântica se relaciona a conteúdos que ultrapassam a dimensão linguística”¹¹.

Tendo começado como crítica à tradução descontextualizada de expressões cronologicamente dadas, e à história das ideias que partia da suposta permanência de certas questões filosóficas, a investigação dos conceitos tornou possível o questionamento, simultâneo, de sua função política e social, e da experiência e expectativa de seu período. Sob uma perspectiva diacrônica, o foco passa a ser a duração ou a transformação dos conceitos, avaliando seus impactos sociais e políticos. As alterações estruturais somente seriam abarcadas através desta perspectiva diacrônica, sendo essencial para o método fundamentalmente histórico da história dos conceitos. Em diversas oportunidades, Koselleck sublinhou a importância da história que propunha como fornecedora de indicadores para a história social, mas reafirmando seu campo específico: “uma palavra se torna um conceito se a totalidade das circunstâncias político-sociais e empíricas, nas quais e para as quais essa palavra é usada, se agrega a ela”¹².

⁹ O período *Sattelzeit*, com termo cunhado pelo próprio Koselleck, seria o período em que se relacionariam as mudanças radicais, mas persistentes no vocabulário político, às transformações estruturais do governo, da sociedade e da economia na Europa de língua alemã. Um período relativamente curto, da metade do século XVIII à metade do século XIX, mas que circunscreve as reformulações dos conceitos políticos e sociais modernos. Descrição em RICHTER, Melvin. “Reconstructing the history of political languages: Pocock, Skinner, and the *Geschichtliche Grundbegriffe*”. In *History and Theory*, vol. 29, n° 1, 1990. pp. 41-42.

¹⁰ O apontamento para o futuro está intrinsecamente ligado ao entendimento de Koselleck sobre o que definiria a modernidade. Ver KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência e horizonte de expectativas”. In *Futuro Passado...* Op. cit.

¹¹ KOSELLECK, Reinhart. “História social e...”. Op. Cit., p. 103.

¹² Idem, p. 109.

Melvin Richter, em diversos textos, apontou a importância do trabalho de Koselleck, em conjunto com os demais editores do léxico¹³ que ele mesmo definiu como uma das maiores realizações dos historiadores alemães¹⁴. O autor ressaltou os propósitos da obra, como a caracterização dos processos pelos quais a linguagem moldou e registrou as transformações da vida política e social alemã no período Sattelzeit, a reunião de citações de fontes originais e confiáveis sobre os usos passados de conceitos políticos e sociais na Alemanha, e, ainda, o aguçamento da consciência sobre o uso da linguagem política e social, para os dias de hoje.

Os apontamentos de Koselleck sobre a história como o estudo das condições das possíveis histórias fica clara nos temas apontados do GG por Melvin Richter. A relação entre os conceitos abordados e as estruturas políticas, sociais e econômicas resultaria em uma história que iria além da social e econômica:

“Isso porque nem todos aqueles que viveram as mudanças rápidas e sem precedentes da história moderna experimentaram, compreenderam e conceituaram as transformações estruturais da mesma maneira; seus prognósticos diferiram vivamente, assim com ações que empreenderam como membros de diferentes formações sociais e grupos políticos – ações essas resultantes de tais prognósticos. O leque de alternativas dependia dos conceitos disponíveis”¹⁵.

O pensamento político e social representado pelo GG capacita os historiadores a evitar o anacronismo da tradicional história das ideias, penetrando nos significados, a partir da perspectiva diacrônica aplicada aos conceitos. Richter destacou a distância da história dos conceitos em relação ao estilo anterior alemão, como Dilthey, Rohacker ou Meinecke, pela sua preocupação com as disputas em torno dos usos dos conceitos por determinados grupos, camadas ou classes¹⁶, e também ao campo filosófico, pois, ainda que acentue a hermenêutica e a importância do aparato conceitual e linguístico, incorpora em si a história social, tornando-se mais aceitável aos historiadores. Os conceitos a serem estudados deveriam relatar as continuidades e descontinuidades estruturais, no campo extra-linguístico.

¹³ BRUNNER, Otto; CONZE, Werner; KOSELLECK, Reinhart (ed.). *Geschichtliche Grundbegriffe. Historisches Lexicon zur politisch-sozialen sprache in Deutschland* (Conceitos Fundamentais na História: um léxico histórico sobre a linguagem política e social na Alemanha). Stuttgart: 1972 – 1993.

¹⁴ RICHTER, Melvin. “Avaliando um clássico contemporâneo: o *Geschichtliche Grundbegriffe* e a atividade acadêmica futura”. In JASMIN, Marcelo Gantus; JÚNIOR, João Feres (Org.). *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Edições Loyola e Editora PUC-Rio, 2006.

¹⁵ Idem, p. 43.

¹⁶ RICHTER, Melvin. “Reconstructing the history of political languages: Pocock, Skinner, and the *Geschichtliche Grundbegriffe*”. In *History and Theory*, vol. 29, nº 1, 1990, pp. 38-70.

Também ainda na década de 1960, Quentin Skinner, em texto que posteriormente seria tomado como manifesto, expôs crítica contundente à tradicional história das ideias, e às suas principais premissas¹⁷. Apontando o anacronismo inerente à abordagem teórica daquela escola, Skinner procurou lembrar o sentido essencialmente histórico dos textos políticos. Preocupou-se, especialmente, em combater a ideia da existência dos problemas filosóficos perenes que levava a história das ideias a fazer o que qualificou como mitologia.

Partindo da assunção de problemas perenes que perpassavam as teorias políticas de todas as épocas, a história das ideias importava-se em traçar um arco genealógico das doutrinas, transformando-as em entidades. Ignorando a historicidade dos autores e suas ideias, esta história tratava as doutrinas como elementos imanentes à própria história, e seus historiadores acabavam por projetar expectativas de épocas posteriores a autores anteriores, procurando neles uma espécie de clarividência. Desrespeitando o próprio peso da autoria, e do lugar social e político dos autores em cada época, a história das ideias tendia a atribuir a aparência de sistemas fechados e coerentes, tornando a doutrina uma entidade tão independente e imanente que seria completamente indiferente ao autor por trás dos textos. Com esta abordagem, as obras perdiam completamente seu sentido histórico, e era trabalho do historiador aplicar um significado retrospectivo às doutrinas. Usando seus próprios critérios de classificação e análise, a observação dos textos estaria completamente distorcida pelo anacronismo. Forjando uma coerência e um aspecto linear à história das doutrinas políticas, os historiadores das ideias traçaram diálogos que nunca aconteceram entre ideias e autores de contextos históricos distintos.

Ao lado desta pertinente crítica, Skinner, ainda neste texto, fez proposições metodológicas que o tornariam – ao lado de John Pocock – um dos representantes do contextualismo linguístico. O contexto, para o autor, surgiria como uma ferramenta no quadro da análise do texto. Uma metodologia que se propusesse a reconstruir as intenções por trás dos textos deveria, então, compreender os discursos em seu objetivo comunicativo – como atos de fala –, entendendo-os como produto de uma ocasião particular, e intuito particular de resolver um dado problema:

“... não existem temas eternos na filosofia. Existem apenas respostas individuais a questões individuais e provavelmente questões tão diversas quantos os pensadores que as colocam. Em vez de nos preocuparmos com as “lições” da história das ideias, faríamos melhor em aprender a pensar por nós próprios”¹⁸.

¹⁷ SKINNER, Quentin. “Significação e compreensão na história das idéias”. In: *Visões da política*. Liboa: Difel, 2005.

¹⁸ Idem, p. 125.

Em texto ressaltando o valor da obra de Skinner, Pocock lembrou que ao escrever a história do pensamento político, aquele autor argumentara que a teoria política e a filosofia deveriam ser compreendidas como atos de fala políticos, proferidos na história. O contexto histórico em que estes atos haviam sido desempenhados seriam constituídos, em primeiro lugar, pela linguagem do discurso em que o autor escrevera e fora lido, pois “embora o ato de fala pudesse renovar e redirecionar essa linguagem, modificando-a, ela não deixava de estabelecer limites àquilo que o autor podia dizer, queria dizer e podia ser entendido como dizendo”¹⁹.

Enquanto o método do GG, como demonstrado, apresenta preocupação especial com a relação entre os conceitos que estuda e as estruturas sociais que os circundaram, os transformaram e foram transformados por elas, nota-se aqui uma distinção clara nas duas abordagens. Apesar de seu primeiro texto sobre o assunto, ainda em 1969, ainda parecer um pouco mais abrangente em relação à preocupação que a metodologia que propunha deveria ter, o texto de Pocock sobre Skinner esclarece sua preocupação com o estudo do meio linguístico que produziu cada obra de teoria política a ser estudada.

Melvin Richter ressaltou que, por suas abordagens não tão unificadas como aquela que perpassa os historiadores da história dos conceitos, seria questionável avaliar os estudiosos unidos em torno da “Escola de Cambridge” como um grupo coeso, como o nome implicaria. De qualquer forma, Skinner e Pocock enfatizam os contextos linguísticos e políticos, em detrimento da abordagem social da proposta metodológica de Koselleck. O método e o aporte filosófico de sua perspectiva devem, substancialmente, às colocações de Peter Laslett, ainda nos anos de 1950 e 1960. Seu excepcional trabalho sobre Locke demonstrou, de maneira privilegiada, o erro de uma história da filosofia política que propunha o diálogo entre cânones das doutrinas políticas. As obras de teoria política só seriam verdadeiramente compreendidas através da análise de seus contextos.

Como colocou o próprio Pocock, a partir das observações primeiras de Laslett a respeito dos diferentes momentos de redação, publicação e recepção de uma obra, ele fora obrigado a acrescentar a importância de se perceber a pluralidade de linguagens que processaram o pensamento político, sublinhando que, apesar de canonicamente aceita, a linguagem da teoria política ou filosofia não havia sido a única²⁰. Considerando-se um historiador do discurso, Pocock sublinhou a vantagem de sua abordagem, por permitir que a atividade intelectual fosse tomada como ação na história, agindo sobre os demais sujeitos históricos, e as circunstâncias em seu entorno.

¹⁹ POCOCK, J. G. A. “Quentin Skinner: the history of politics and the politics of history”. In *Political Thought and History: essays on theory and method*. Cambridge: Cambridge University Press. 2009. Tradução de Patrick Wuyllaume e Guilherme Pereira das Neves. p. 6.

²⁰ POCOCK, J. G. A. “Quentin Skinner:...” Op. cit.

Identificando os discursos através dos quais os autores haviam escrito seus textos seria possível captar não apenas o que foi dito, como o que ele quis dizer e transmitir²¹. Os discursos delimitariam a forma de pensar e conceitualizar a política, demonstrando o caminho para a legitimação das práticas:

“Os atores de nossa história estavam, é claro, pensando... Mas para poder dar a eles ou ao seu pensamento uma história, precisamos apresentar uma atividade ou uma continuidade de ação, constituída por coisas sendo feitas e coisas acontecendo, por ações e performances, bem como as condições sob as quais essas ações e performances foram representadas e realizadas”²².

Apesar de preocupar-se com as linguagens políticas, não foi objetivo de Pocock enquadrar suas descobertas em nenhuma teoria da linguagem, e este usou intercambiavelmente alguns termos técnicos, como vocábulos e linguagens. Balizando o contexto linguístico que seria importante para sua prática história, ele colocou que

“... um dos contextos primários em que um ato de enunciação é efetuado é aquele oferecido pelo modo de discurso institucionalizado que o torna possível. Para cada coisa a ser dita, escrita ou impressa deve haver uma linguagem na qual ela pode ser expressa. A linguagem determina o que nela pode ser dito, mas ela pode ser modificada pelo que nela é dito. (...) o pensamento deve ser enunciado para poder ter uma história, e (...) tal história pode ser vista como uma interação entre o ato de fala e a linguagem...”²³.

Richter acentuou que, “linguagem”, no trabalho de Pocock, serve “as a metaphor rather than as indicating dependence upon linguistics, semantics, historical philology, or philosophy of language, much less continental specialties such as hermeneutics, semiotics, or the 'archaeology' of Foucault”²⁴. O discurso político, na maioria das vezes, traria uma pluralidade de linguagens em si, mas mesmo dificultando a comunicação, isto não a impediria.

Especificando a história que procura desempenhar, Pocock sublinhou que ela seria, sobretudo, ligada à história dos eventos, em que a média duração entraria como contexto linguístico

²¹ RICHTER, Melvin. “Reconstructing...” Op. cit. Aqui, o que Richter coloca sobre a abordagem de Pocock nos lembra também das pretensões descritas por Skinner em seu texto de crítica à história das ideias. Desacreditado por alguns como um método impossível, a pretensão de Skinner de compreender as intenções do autor parece encontrar algum meio no método procurado por Pocock.

²² POCOCCO, J. G. A. “O conceito de linguagem e o *métier d'historien*: algumas considerações sobre a prática”. In *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003. p. 64.

²³ Idem.

²⁴ RICHTER, Melvin. “Reconstructing...” p. 57.

em que se dariam os atos de fala, e a longa duração interessaria apenas na medida em que se encontraria penetrada neste contexto. Esta história seria fortemente textual, tendo enfoque no discurso e na performance, mas do que nos estados de consciência, delimitando-se, assim, da história das mentalidades. Afastando-se da teoria da linguagem, como apontado por Richter, Pocock afirma que a história que propõe seria uma história da retórica, mais do que da gramática, ou da estrutura do discurso.

Sendo a criação e a difusão de linguagens uma questão de autoridade das elites intelectuais, a história destas linguagens não deveria, contudo, limitar-se a estes usos, atentando também para “o uso antinômico da linguagem”²⁵, e para as formas de apropriação dos idiomas pelos demais grupos, disputando propósitos diversos no campo linguístico. Pocock destacou, assim, que o grau de institucionalização e publicização de uma linguagem estaria intimamente ligado ao de disponibilidade para os mais variados locutores e seus propósitos.

* * *

Em diversas oportunidades, Melvin Richter se ocupou em propor um diálogo entre os métodos do GG e do contextualismo linguístico, apontando as vantagens para a história do pensamento político e para a história intelectual. Mesmo demarcando as diferenças entre as abordagens, foi preocupação maior de Richter esclarecer de que forma entendia uma possível complementariedade entre os métodos, promovendo uma perspectiva que relacionasse os conceitos individuais e a linguagem política, e que respondesse algumas perguntas, que ele mesmo coloca:

“Que conceitos eram restritos a grupos específicos? Quais eram utilizados de maneira mais genérica? Qual era a amplitude das linguagens políticas? Em que medida a comunicação era facilitada ou obstruída pelo conflito acerca dos conceitos e convenções do discurso político e social? E, no tocante às consequências para a ação – individual, em grupo ou governamental – , que diferença fazia a forma como as mudanças estruturais era conceituadas?”²⁶.

Richter afirmou que as descobertas do método do léxico alemão fosse aplicado em uma história dos conceitos em inglês, muito haveria de ajudar na execução dos projetos de Pocock a respeito das linguagens políticas. Da mesma forma, aponta para o ganho em uma análise que se perguntasse a respeito do papel dos autores teóricos nas mudanças dos sentidos dos conceitos.

Procurando ponderar as posições de Skinner a respeito de ser impossível fazer uma história

²⁵ POCOCK, J. G. A. “O conceito...” Op. cit. p. 68.

²⁶ RICHTER, Melvin. “Avaliando um clássico...” Op. cit., p.49.

dos conceitos, Richter expõe que o autor reconheceu a diferença entre escrever uma história dos termos isolados, “and a history specifically designed to provide both the contexts and uses in argument of concepts, as well as identifying the different terms designating them”²⁷, como é o objetivo da história dos conceitos executada no GG. As críticas de Skinner parecem, no geral, mais preocupadas com as questões perenes da filosofia, como combateu desde seu primeiro texto a respeito, já comentado aqui, e por isso se coloca contrário à história de uma ideia. Sua crítica a uma história do termo isolado dos contextos que produziram os significados que fora adquirindo ao longo do tempo parece extremamente pertinente, mas não cabida à análise do GG feita por Richter. Serve, contudo, de reafirmação da importância da consideração do conceito como produto das disputas em torno dele.

* * *

A exposição anterior se fez necessária, aqui, como foi necessária para a minha própria introdução às fontes. Desta forma, o primeiro capítulo se concentra em apresentar os meandros políticos e conceituais do início do Império, retomando de certa forma os discursos que viabilizaram a Independência. Ao mesmo tempo, me permito uma pequena digressão a algumas obras clássicas sobre o oitocentos nacional, pois procuro ressaltar que a exposição social e política daquelas obras me permitiram compreender minhas próprias fontes, apesar delas serem, essencialmente, linguísticas.

O segundo capítulo traça uma pequena discussão sobre como os exaltados foram encarados nas memórias de alguns panfletários do próprio oitocentos, e segue para os estudos mais recentes sobre o tema, especialmente aqueles que se utilizaram de fontes semelhantes às que são tratadas aqui. São debatidas abordagens mais aprofundadas sobre o grupo exaltado, sublinhando conceitos e discussões caras aos temas a serem abordados no capítulo seguinte.

O terceiro capítulo apresenta, finalmente, a discussão de alguns títulos que foram escolhidos para aqui representar a pequena imprensa que floresceu na primeira metade da década de 1830, e que complexificou a identidade exaltada.

²⁷ RICHTER, Melvin. “Reconstructing...”. Op. cit., p.63.

Capítulo 1

Texto e Contexto dos Primeiros Anos do Império

1. Aprendizado político

As abordagens mais tradicionais da história do período regencial sublinharam sua excepcionalidade dentro da história nacional. A consolidação política conservadora que ocorreu a partir de 1840 conformaria a visão daqueles anos como uma experiência quase anárquica aos olhos

da elite política imperial.

Essa concepção abafou questões importantes que estiveram em pauta durante aquele momento, que não eram resultado apenas do vazio momentâneo do trono, mas sim ainda de demandas não atendidas desde a Revolução do Porto.

Ao estudar o grupo político exaltado pelo viés da imprensa, faz-se necessária a consideração das discussões políticas que foram desenvolvidas no Primeiro Reinado. Discussões estas que, então, agitaram o espaço público e só podem ser compreendidas se consideradas dentro do contexto maior de transformação da política e de seu vocabulário no século XIX brasileiro.

Propondo uma análise mais ampla do Primeiro Reinado, Gladys Sabina Ribeiro e Vantuil Pereira chamaram a atenção para a necessidade de se ampliar a compreensão sobre aquele período.²⁸ O esforço desta proposta de revisão reafirmou a importância dos primeiros anos do Império brasileiro, e repensou a divisão cronológica da história imperial, superando a divisão tradicional:

“1820 seria o início do período, que extravasaria o marco temporal de 1831 e chegaria a 1837, quando o regresso assinalou outro momento na política brasileira e a posterior maioria foi momento de inflexão importante”²⁹.

Recolocaram a importância daquele período para o a construção de Estado e o desenvolvimento da experiência do liberalismo no século XIX brasileiro. Deixando de lado a ideia de uma crise justificada por fatos isolados, Ribeiro e Pereira sublinharam a construção da liberdade que permeou todo aquele momento. As noções sobre as liberdades e a tensão permanente em torno da soberania e da representação da nação tomaram forma desde os primeiros anos da década de 1820, a partir do momento em que a separação em relação a Portugal tornou-se inevitável.

Os autores propuseram a consideração de três ondas políticas: uma que cresceu em torno do movimento constitucionalista em Portugal, e de seus ecos no Brasil, desencadeando a emancipação nacional; a segunda que acompanhou a reabertura do Parlamento em 1826 e as discussões legislativas; e a terceira a partir de 1831, até a promulgação do Ato Adicional, em 1834. Nesta última onda cabe a abordagem dos jornais exaltados.

Estes historiadores procuraram sublinhar o povo em seu papel de agente presente nos atos políticos. O período de 1820 a 1837 foi de importância inegável para o alargamento da esfera pública de manifestação e para a divulgação do vocabulário liberal, interpretado e experimentado

²⁸ RIBEIRO, Gladys, PEREIRA, Vantuil. O Primeiro Reinado em revisão. In GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (Orgs). *Coleção Brasil Imperial*, 3v. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

²⁹ Idem, p. 142.

em todos os grupos sociais, sobretudo, nas camadas excluídas da alta política. É importante ressaltar que as discussões a respeito da Constituição, da independência política e da consolidação jurídica no Brasil foram tematizados nos artigos impressos e do jogo retórico de acusações entre os jornais das diferentes colorações políticas da Regência.

Anteriormente, Gladys Ribeiro já havia chamado atenção para a complexidade do que estava em discussão no momento que circundou a Independência brasileira. Chamou a atenção para o processo de construção da ideia e da experiência de liberdade. O “ser brasileiro” passou pela construção do inimigo opressor “português”. O novo aprendizado nacional se deu em torno da discussão sobre a liberdade. Os brasileiros estavam ao lado da “causa da liberdade”, transformada em causa da Independência. A partir daí se procurou traduzir em símbolos nacionais o forjar de uma história das experiências em comum, que começavam com este aprendizado da liberdade.³⁰

Esta preocupação com o aprendizado político e com a tecitura discursiva da nação brasileira é um pilar importante do trabalho aqui proposto. A construção política das identidades e dos conceitos respondiam à realidade política conturbada daquelas primeiras décadas do império. Durante o Primeiro Reinado e até durante a Regência, as identidades de “portugueses” e “brasileiros” continuaram sendo construídas. A substituição dos Andradas por um ministério composto por ditos portugueses incentivou a identificação daquela família como uma espécie de símbolo da emancipação. Durante a Regência, José Bonifácio de Andrada foi acusado de absolutista pelas forças moderadas e afastado do posto de tutor do Imperador. O próprio Dom Pedro I utilizou o antiportuguesismo para articular forças que sustentassem os cidadãos alertas contra a ameaça distante de guerra contra os portugueses. Anos depois deixou o trono sob as acusações de governar para os lusos, sendo alcunhado como antibrasileiro após sua Abdicação.

A expansão do alcance do vocabulário político liberal respeitou, assim, os limites da experiência política concreta daqueles homens. O que foi impresso e os gritos que ecoaram nas manifestações públicas não continham conceitos acabados, tampouco expressões emprestadas. No processo de transformação da linguagem política, novas e antigas significações se imbricaram, assim como as novas práticas misturavam-se às tradicionais.

De maneira contundente, Lúcia Bastos Pereira das Neves e Guilherme Pereira das Neves colocaram, que “nesse mundo do pensamento em língua portuguesa, algumas palavras adquiriram novas significações, exigindo a convivência forçada dos vivos com os mortos”³¹. Analisando os

³⁰ RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

³¹ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; NEVES, Guilherme Pereira das. “Independência e liberdade antes do liberalismo no Brasil (1808 – 1831)”. In CARVALHO, José Murilo de; PEREIRA, Miriam Halpern; RIBEIRO, Gladys Sabina; VAZ, Maria João Vaz. *Linguagens e Fronteiras do Poder*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

usos do termo “independência”, perceberam que o seu sentido permaneceu associado à liberdade como ver-se livre de sujeição, mesmo após a emancipação nacional. Sublinharam que, ainda em 1822, o argumento em prol da independência que circulava na maioria dos folhetos e jornais almejava uma independência moderada, ou uma independência administrativa. A união das coroas, a ser mantidas, devia respeitar, por tanto, a liberdade de cada reino, com leis, assembleias e regimentos específicos. A aclamação de Dom Pedro em 12 de outubro de 1822 seria o divisor de águas, despontando uma certa identidade coletiva em torno da independência em relação a Portugal. Os acontecimentos que se desenrolaram nos anos seguintes realçaram “novas arestas da ideia de independência”.³² As observações destes autores demonstram que, mesmo após a emancipação, o sentido de “nacionalização dos cidadãos” era o de sua integração na vida política. As discussões sobre a independência em relação a Portugal não definiram de maneira conclusiva a nação brasileira.

Na época da Regência, o argumento da independência voltou à baila na retórica de consagração da posição conquistada em 1822. A abdicação de Dom Pedro I reatualizou o sentido de independência em relação aos estrangeiros: a monarquia seria finalmente brasileira. A discussão da independência – enquanto autonomia –, então, voltou-se para as províncias. O uso difundido do termo independência, como colocaram Lúcia Bastos Pereira das Neves e Guilherme Pereira das Neves, “talvez não se prenda à aquisição de uma nova perspectiva do mundo, pressuposta pelo ingresso na modernidade, mas, sim, a uma conjuntura que (...) fomentou esperanças inéditas”.³³

Parte-se aqui destes estudos que valorizaram a experiência própria de cada contexto. José Carlos Chiaramonte, analisando os sentidos da palavra “nação” antes e depois da Revolução Francesa, chamou a atenção para os malefícios das definições apriorísticas nos trabalhos de alguns historiadores. Ele ocupa-se, então, em demonstrar que “nação” possuía uma fundamentação política já desde o século XVII – apesar de não ser o mesmo sentido que viria a ser difundido através do movimento francês no final do século XVIII. Para além da base étnica, nos contextos alemão, francês e também espanhol, o que uniu os membros de uma mesma república foi o mesmo príncipe e o caráter de dependência política.³⁴

Provavelmente ligado à consolidação do Estado absolutista, este fundamento político da nação envolveu também uma sinonímia entre ela e o Estado. A nação foi, assim, assimilada por ele

³² NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; NEVES, Guilherme Pereira das. “Independência e liberdade...”. Op cit. Gladys Ribeiro salientou o sentido primeiro de autonomia que estava contido na independência defendida nas discussões que forjaram o discurso de separação quando o consenso entre os dois lados do Atlântico chegou ao impasse final. RIBEIRO, Gladys Sabina. *A construção...* Op cit.

³³ Idem, p. 112.

³⁴ CHIARAMONTE, José Carlos. “Metamorfoses do conceito de nação durante os séculos XVII e XVIII”. In JANCSÓ, István. *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

e pelo governo na figura do príncipe. Assim:

“... a aparente incongruência no uso do século XVIII de sustentar ao mesmo tempo uma sinonímia entre nação e Estado e de considerar nação como conjunto humano unido por um mesmo governo e leis não existia, pois o Estado era pensado ainda como um conjunto de pessoas e não de instituições”.³⁵

Nota-se que o sentido político atribuído não guarda o sentido moderno, contratualista, que esteve por trás da concepção de nação que ganhou força ao longo do século XIX. As definições diferenciadas do termo “nação” compreenderam em si entendimentos distintos da política e também do direito, de fundamentação jusnaturalista. A “nação” nascida na Revolução Francesa igualou povo e estado: foi o corpo de cidadãos cuja a soberania coletiva constituiria um Estado, que seria sua expressão política, já com o sentido político-institucional. A Revolução Francesa foi alheia, e até hostil, à ideia de uma nacionalidade com fundo étnico ou cultural, já que o que o pertencimento à nação era definido pela cidadania.

As colocações de Chiaramonte revelam, sobretudo, que conceitos como nação, estado e soberania estiveram em sobreposição constante, sem um rigor excessivo, aplicados a realidades distintas. O ideal seria a tentativa de compreensão das realidades às quais os conceitos estariam sendo aplicados, ao invés da simples busca dos conceitos utilizados.

Apesar de invocar uma separação talvez artificial demais entre conceitos e realidade, este autor reafirmou a importância da historicidade para a compreensão dos termos, de forma a se tentar superar o perigo da averiguação vazia de termos como nação, povo, estado ou soberania.

Na mesma direção das reflexões aqui já citadas, François-Xavier Guerra chamou atenção para a evolução nas formas de pensar e de sentir a coletividade ao longo do século XVIII, sublinhando a novidade da utilização do termo “nação” como uma referência jurídica.³⁶ Designante de uma identidade coletiva, a nação possuiria dimensões diversas, referentes à constituição íntima do grupo, ao vínculo social e aos sentimentos.

Sobre o sentido político do termo “nação” ao longo do século XVIII, o autor coloca que “nação” tratava-se mais de idealização do que de uma realidade, já que nem a nação francesa nem a espanhola eram, de fato, unificadas de maneira jurídica. A definição remetia ao espaço de governo delimitado por fronteiras, não associado à unidade de leis, ou de língua.

³⁵ Idem, p. 70.

³⁶ GUERRA, François-Xavier. “A nação moderna: nova legitimidade e velhas identidades”. In JANCSÓ, István. Op cit.

A colocação de Guerra sobre o sentido idealizador de “nação” relembra a gestação da modernidade na transformação da política e de seus vocabulário com a filosofia iluminista. Os conceitos passaram progressivamente a imiscuir um “horizonte de expectativas” e a revelar aquela nova forma de pensar a coletividade. O autor sublinhou, ainda, que no mundo hispânico a “nação” estava mais relacionada aos membros de unidades políticas e não tanto ao espaço de poder, e que ela se referia ao conjunto político ao qual pertenciam os espanhóis, de caráter fundamentalmente plural, pela própria composição monárquica espanhola. A evolução do conceito aconteceu paralelamente à política real de uniformização política e jurídica dos reinos, “uma aspiração amplamente compartilhada pelas elites espanholas”.³⁷

No período das independências na América Hispânica, os povos – como células primárias de sociabilidade política – reassumiu a soberania, o que era uma base da tradição jurídica espanhola. A noção de “pátria” ocupou lugar central na preparação das revoluções, carregando uma afetividade que o termo “nação” ainda não possuía, conferindo um ideal de homogeneidade de patrimonial cultural. À medida em que o século XVIII avançou, a “pátria” foi carregada de um sentido cívico e moral, acompanhando a difusão de uma visão contratualista através da expansão das formas de sociabilidades modernas. O amor à pátria tomou um caráter ativo, e não apenas natural, transformado em desejo e obrigação de sua defesa. Para Guerra, este amor ativo pela pátria, na América espanhola, carregou em si um conteúdo republicano.

É importante notar que François-Xavier Guerra não considerou os homens a frente deste processo revolucionário como pertencentes a um grupo social específico, mas sim como membros da “república das letras”. Com intensidade distintas, estes homens compartilharam as mesmas formas e práticas de sociabilidades modernas e tiveram papel fundamental na circulação destas ideias. O autor ressaltou a dificuldade de operação do conceito de nação da Revolução Francesa na América onde a pluralidade entrava em conflito com o sentido unitário de nação, o que revela a preocupação deste autor com as especificidades das experiências políticas americanas.

A nação moderna, concluiu Guerra:

“é uma construção das grandes monarquias da Europa ocidental, da França primeiramente, depois da Espanha, dedicadas desde há muito à empreitada de unificar em um único sujeito o reino, o povo, a pátria, a soberania, a sociedade e a história”.³⁸

A análise de Guerra para o caso da América Hispânica é de extrema importância para a

³⁷ Idem, p 42.

³⁸ Ibidem, p 60.

compreensão dos sentidos dos termos empregados nas primeiras décadas do Império brasileiro. É importante perceber que os novos usos dos termos acompanharam as transformações da realidade política daqueles homens. Especialmente no caso brasileiro, o esforço de coadunação de conceitos unificadores e homogeneizadores foi fundamental para a legitimação do novo sujeito histórico: o Império brasileiro. Tais questões continuam tendo especial valor ao longo do Primeiro Reinado e da Regência, tendo em vista as intensas disputas políticas e os perigos reais – e retóricos – de desmantelamento do território. A emancipação brasileira não esgotou o problema da nação, mas sim o injetou de novas questões e novas práticas políticas na realidade vivida.

Tratando da passagem da política antiga à moderna, François-Xavier Guerra a definiu como uma hibridação entre as novas ideias políticas e práticas e elementos herdados do Antigo Regime, partindo da transformação no conceito de soberania. A política antiga hispânica funcionava sob uma ideia coletiva de política. Nestas sociedades “el grupo tiene prioridad sobre el individuo no porque los hombres no sean conscientes de su individualidad, sino porque se consideran y actúan como partes de um todo”³⁹. O contrato político que definiria a nação na nova concepção liberal substituiu, assim, a nação como corpo político do reino.

A transformação do conceito de soberania no caso hispânico se deu na ausência do rei, e em seu nome. Afirmou-se primeiro contra o adversário externo, não concorrendo para isso o que Guerra chamou de “maduración endógena”⁴⁰. À afirmação externa de soberania antes da transformação interna e prática do conceito, Guerra atribuiu a ocorrência precoce de uma modernidade política imbricada de concepções, valores e vivências tradicionais.

Ao destacar o papel da cidade como lugar natural da política de Antigo Regime, o autor sublinhou um determinado tipo de ação característica daquelas sociedades. Destacou os níveis diversos da ação política, mesmo entre os menores corpos sociais, famílias ou clientelas. As relações horizontais de poder e política se intercalaram com as verticais em relação às autoridades superiores, não sendo extintas por elas.

Vantuil Pereira sublinhou a intensa transformação histórica que os primeiros anos do Império brasileiro significaram, sob a ótica da politização da linguagem e das transformações na vida pública.⁴¹ O novo vocabulário político ilustrado trouxe em si novos valores e significados que

³⁹ GUERRA, François-Xavier. “De la política antigua a la política moderna. La revolución de la soberanía”. In GUERRA, François-Xavier. *Los espacios públicos en Iberoamérica. Ambigüedades y problemas*. México: FCE, 1998, p. 120.

⁴⁰ Idem, p. 133.

⁴¹ PEREIRA, Vantuil. *Ao Soberano Congresso: Direitos do cidadão na formação do Estado Imperial brasileiro (1822-1831)*. São Paulo: Alameda, 2010.

foram disseminados pela imprensa e pelo Parlamento. Estes foram canais de um novo aprendizado político, incentivando a transformação social, mesmo que lenta, e de maneira desigual. Notou que as transformações liberais não estavam, naquele momento, terminadas. Pereira valorizou o processo de transformação nas práticas e no discurso da cidadania. O ideário do liberalismo e seu vocabulário político não foram puros instrumentos de dominação, mas sim foram experimentados pelos diversos setores da sociedade, segundo seu próprio cotidiano.

A importância daquele momento foi inegável. Durante o Primeiro Reinado e os primeiros anos da Regência, a efervescência política e a grande circulação do vocabulário político liberal gestaram uma diferenciada experiência política, distinta daquela do Antigo Regime.

“Pode-se dizer que todas as transformações ocorridas ao longo de três décadas forneceram novas práticas e novos discursos, que deram origem a um novo momento político. Representaram, sobretudo, uma inflexão temporal que permitiu certa ruptura entre o passado e o presente. (...)

Desta forma, a Revolução do Porto e seus desdobramentos traziam como consequência ao recém-formado Império do Brasil uma nova realidade política...”⁴²

Como destacou Vantuil Pereira, o confronto entre o velho e o novo regime marcou aquele período de transformação, que ocorreu no Império português desde a Revolução do Porto. A ruptura foi sentida pelos próprios homens daquela sociedade, e a publicização de posições políticas se condensaria naquele momento, antes mesmo da emancipação brasileira. O movimento português de 1820 não só fomentou o nascimento do Império brasileiro, mas também influenciou, sobremaneira, a formação de um novo vocabulário político e um novo aprendizado.

Lançando olhar sobre as petições dos cidadãos nos primeiros anos do Império brasileiro, Pereira foi de encontro àquela historiografia que escreveu a história a partir das camadas dominantes, resgatou a experiência histórica de camadas mais pobres, ressaltando sua prática e aprendizado político.

Engrossando o coro dos autores que complexificaram a abordagem da formação da cidadania brasileira, Vantuil Pereira retomou as discussões levantadas por Maria Odila Silva Dias, e depois por Hebe Mattos, que destacavam o papel destas na luta por seus próprios direitos. O autor sublinhou, contudo, que para além dos movimentos de rua, através de motins e comoções nas praças públicas, os cidadãos procuraram os caminhos legais para demandar seus direitos, um objeto então ainda menosprezado pela historiografia. Mesmo aceitando as posições de que o Estado brasileiro

⁴² Idem, p. 72.

era, em essência, elitista, escravista e excludente, Pereira afirmou que para entendê-lo em sua completude era imprescindível a consideração dos choques de ideias que formaram as possibilidades históricas. Privilegiou uma abordagem que se debruçasse sobre a relação entre os cidadãos e as vias institucionais de autoridade.

“Só assim poderemos enxergar e entender o porquê ou da retórica do excesso de liberdade ter se tornado um temor para os 'liberais exaltados', na transição entre a Regência e a Maioridade, ou de como os cidadãos poderiam tirar proveito de situações de crise, ao mesmo tempo que indiretamente municiavam um determinado grupo no interior do Parlamento.”⁴³

Ao analisar as petições dos cidadãos direcionadas ao Parlamento, destacou-as como meio pelo qual os cidadãos viam a possibilidade de intervir no jogo político a seu favor, demonstrando, ainda, uma noção própria de direito e de cidadania, utilizando os caminhos legais para demandar seus direitos. Em um movimento de via dupla, ao mesmo tempo em que se pronunciavam diante da nova ordem política, legitimavam-na, consolidando o sistema representativo:

“... ao apresentar demandas, os requerentes fomentavam um debate político que se alinhava com a conjuntura de disputa no interior do Parlamento e com a crise política mais geral, envolvendo os poderes Legislativo e Executivo. Portanto, estas petições podem ser vistas como geradoras de demandas que encontravam eco no Parlamento, ampliando o escopo de discussão acerca de temas como soberania, constitucionalismo, representação, direitos civis e políticos, por exemplo.”⁴⁴

Uma compreensão mais alargada das discussões que se desenvolveram no Período Regencial não podia prescindir desta retomada do contexto político do início do Império brasileiro, nem tampouco das transformações no vocabulário e na experiência política que construíam e conformavam a nação brasileira.

A Independência forjou uma existência nacional que seria experimentada com vivacidade na imprensa durante os primeiros anos da Regência. Apesar de operarmos dentro do marco da Regência Trina, ressaltamos que este trabalho inclui-se na discussão mais ampla sobre o vocabulário da nova nação brasileira, e por isso não pode perder de vista algumas perspectivas clássicas sobre a história do século XIX brasileiro.

⁴³ Ibidem, p. 19.

⁴⁴ PEREIRA, Vantuil. Op cit., p. 20.

2 – Os primeiros passos do Império na historiografia clássica.

Raymundo Faoro, na década de 1950, lançou uma obra que tornaria-se um clássico da historiografia brasileira. *Os Donos do Poder* avaliou a permanência de bases patrimonialistas durante toda a história do Brasil.⁴⁵

Contrariando as interpretações dominantes naquela época, Faoro não creditou ao primeiro momento da colonização brasileira o predomínio dos potentados rurais na organização do poder. Partindo da tradição da formação política portuguesa, colocou que a ordem política, administrativa e jurídica precedeu e orientou a conquista econômica. A empresa colonizadora não foi confiada a homens de negócio, mas sim à pessoas próximas ao trono, com o objetivo de resguardarem o vínculo com a Coroa, cuja influência burocrática controlava o extravio do poder dominial, submetendo a economia e a sociedade aos regimentos e às leis.

Acirrado por um um “liberalismo justificador”, utilizado por poderosos fazendeiros para legitimarem seu poder frente ao governo, o choque entre as classes proprietária e mercantil teria ditado, sobremaneira, a independência:

“O comércio, fortemente vinculado ao estamento governamental, perde a absoluta supremacia nas fazendas. Ele se articula em antagonismo ao latifúndio, gravitando em torno da metrópole, da qual depende para alimentá-lo de mercadorias e crédito. Perde, de outro lado, a consistência hegemônica, com a chusma de comerciantes ingleses que, a partir de 1808, invade as cidades do litoral. As capitânicas, centrifugamente voltadas para as unidades agrárias, não logram engastar-se numa base homogênea de interesses, dispersas, além disso, nas conexões autônomas com o comércio europeu.”⁴⁶

A incapacidade de adaptação da ordem burocrática à realidade americana e aos colonos tornou-se um obstáculo ao amalgamento entre os elementos coloniais e metropolitanos. A presença da corte e do aparelho administrativo português, em sua visão, realçaram a autonomia do estamento social que dirigia a política, contribuindo para uma tomada ainda maior de consciência por parte dos proprietários rurais, que se viram alijados de qualquer parte no aparelho de governo. A presença de um centro político conferiu certo destino comum às capitânicas, antes totalmente dispersas e

⁴⁵ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3ª ed. São Paulo: Globo, 2001.

⁴⁶ Idem, p. 285.

desarticuladas.

A liderança de Dom Pedro I baseou-se em forças heterogêneas, momentaneamente reunidas. A diminuição do estamento burocrático após a partida de Dom João VI deixou um vazio de poder preenchido pela classe proprietária do Sul. A onda emancipadora foi engrossada por uma camada secundária da burocracia, que ficou sem posto, e ainda por negociantes nacionalizados, vinculados mais aos interesses daqueles territórios do que aos de Portugal. Como descrito por Faoro, a coesão entre os objetivos foi alinhavada por José Bonifácio cuja

“participação no governo provincial garantia a transição ordeira entre o estado colonial e o sistema constitucional, com a imparcialidade do homem ausente do país há longos anos, mentalidade formada na burocracia portuguesa, temperada de liberalismo mas fiel à ordem monárquica, homem da ordem e avesso ao jacobinismo anárquico.”⁴⁷

Mesmo após a confluência dos grupos em 1822, as correntes distintas não foram amalgamadas. O Estado brasileiro foi erigido a partir das disputas entre elas: liberais revolucionários, realistas e uma conciliação precária representada por José Bonifácio. Faoro apontou, ainda, para a existência de duas tendências que persistiram durante todo o século: liberais democráticos rousseauianos e liberais monarquistas. Os primeiros formados por elementos do clero subalterno e proprietários de pequenas fortunas, ávidos por uma liberdade vaga e indefinida, e os segundos compostos por juízes, magistrados e altos postos da Igreja. Após o isolamento de José Bonifácio, considerado um obstáculo por ambos os grupos, e a vitória política dos realistas, os liberais exaltados voltaram suas esperanças para a rebeldia armada. Faoro atribuiu o insucesso crescente de Dom Pedro I à sua incapacidade de se colocar entre os partidos, articulando as forças centrífugas. Estas forças produziram o “partido português” e o “partido brasileiro”, mascarando as duas correntes que disputaram a primazia: comerciantes, de um lado, e fazendeiros, do outro. Para Faoro, a facção nativista realçou a importância retórica de uma corrente recolonizadora, mascarando o verdadeiro conflito que se dava no seio do liberalismo entre exaltados e realistas.

O reinado de Dom Pedro I caracterizou-se, portanto, por uma reorganização que manteria a separação entre o Estado e a nação, redesenhando o estamento aristocrático improvisado, servidores nomeados e conselheiros escolhidos. Esta espécie de autocracia do governo incentivou uma resposta distinta do liberalismo brasileiro. Para Faoro, no final da década de 1820 os liberais brasileiros deixaram a via incendiária para procurar o rumo do comando do governo através do

⁴⁷ Ibidem, p. 314.

parlamento – plano que apenas se concretizou no Segundo Reinado. A legislatura de 1830-1833 trouxe à Câmara novas figuras comprometidas com a causa brasileira, ressaltando as dificuldades de Dom Pedro I. Os liberais moderados colocaram-se no espaço entre o Imperador e a opinião pública não só na Câmara, mas também na imprensa, chamando o ministério a prestar contas à nação.

O descontentamento com um governo que se baseava em um partido estrangeiro fez por reavivar o sentimento nativista, decisivo para o amálgama entre moderados e exaltados que resultou no 7 de abril de 1831.

Uma vez assentados no poder com objetivos de manter a monarquia e a unidade nacional, liberais moderados tornaram-se verdadeiros conservadores que lutavam contra o perigo da anarquia. Classificados por Faoro como liberais puros, contemporizaram as reivindicações, evitando processos radicais de ação. Na outra extremidade, sentindo-se ludibriados pela manobra moderada, os liberais exaltados contavam tanto com teóricos quanto com agitadores, atraídos por ideias niveladoras, ultrademocráticas.

As medidas descentralizadoras tomadas na regência seguiram, então, o movimento de um governo liberal, mas especialmente interessado na manutenção da integridade territorial e da unidade de comando. As reformas abriram os canais de comunicação política entre o centro e as forças locais, ladeando as exigências federalistas. A consequência do Código de Processo Civil – e o aumento substantivo da importância do juiz de paz –, e do Ato Adicional foi o autogoverno das forças territoriais, o que conferiu certa legitimidade ao poder privado para além dos quadros legais.

Faoro chamou atenção para a artificialidade das instituições transplantadas à realidade brasileira, sublinhando que a ordem legal se encontrou esvaziada. Enquanto a descentralização norte-americana operava articulada às bases sociais dos poderes locais, a longa tradição portuguesa separou a ordem político-estatal da ordem social brasileira. O Estado e a nação, o governo e o povo foram dissociados em velado antagonismo, em um equívoco que foi a marca da construção história nacional.

Em contrapartida, à luz da teoria das elites, José Murilo de Carvalho em *A Construção da Ordem*, se propôs a analisar a formação do Império a partir do grupo que liderou o processo de independência, e que, posteriormente, consolidou o Estado Nacional.⁴⁸ Diferente do “estamento” apresentado na análise de Faoro, e ainda da “classe” utilizada em outras abordagens, o autor utilizou a ideia de “elite política” para conceituar o grupo herdeiro da tradição portuguesa, e que governou a partir deste aprendizado. Entendeu a monarquia e a manutenção da unidade territorial como opções políticas feitas pela elite dentro de outras possibilidades históricas, e estudou a formação e o

⁴⁸ CARVALHO, José Murilo. *A Construção da Ordem/Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

desenvolvimento deste grupo.

Para este autor, as associações ou sociedades que existiram não tinham poder autônomo suficiente para serem consideradas focos distintos de poder. Em muitos casos, a maioria de seus membros eram parte do governo e da elite. Mesmo a imprensa, com papel destacado em muitas discussões que permeavam os problemas do governo naquele século, “não se constituía em poder independente do governo e da organização partidária”⁴⁹, ainda que aquele tivesse sido, para o autor, o período de maior liberdade na imprensa. O estudo da formação e da atuação da elite política imperial brasileira contribuiria para a compreensão das escolhas políticas que seriam consolidadas no Segundo Reinado.

Em *A Construção da Ordem* fica claro que, através de educação, treinamento e carreira, a elite portuguesa desenvolveu a coesão fundamental para o processo de construção da estabilidade estatal, servindo como “superadora de conflitos intraclasses dominantes”, e de compromisso “ao estilo da modernização conservadora”⁵⁰. A homogeneidade ideológica fornecida pela formação coimbrã e a disciplina da carreira pública fizeram convergir interesses que, socialmente, podiam ser distintos.

Para o autor, a geração da independência contou com a mesma formação jurídica portuguesa, o mesmo treinamento no funcionalismo público e o mesmo isolamento ideológico em relação a doutrinas revolucionárias que caracterizavam a elite política lusa, motivando a continuidade que caracterizou a passagem ao Império independente. A formação predominantemente jurídica coimbrã fornecia um núcleo homogêneo e conhecimentos comuns ao grupo que dirigiria a independência e a construção do Estado Nacional. O resultado foi uma distribuição elitista da educação, que servia de traço distintivo. A coesão diminuiria substancialmente a difusão de ideias perigosas entre o grupo coimbrão, distinguindo-se dos “políticos que receberam sua formação no Brasil antes da Independência, especialmente os padres, [que] tendiam a se preocupar muito menos com a unidade do país e com o fortalecimento do poder central”⁵¹. As ideias de origem francesa encontraram mais facilidades de entrar no Brasil. A principal distinção dos típicos representantes do radicalismo político antes de 1822 foi de formação e carreira.

Para José Murilo de Carvalho, esta concentração em torno de um centro de formação foi responsável pela contenção de grande parte de qualquer impulso desagregador na época da independência. A criação das faculdades de Direito no Brasil, em Olinda e em São Paulo, no ano de 1827, mudaram aos poucos o caráter da elite nacional, apesar de a formação em solo americano só

⁴⁹ Idem, p. 44.

⁵⁰ Ibidem, p. 33.

⁵¹ Idem, pp. 58 – 59.

ser superado a coimbrã a partir da geração de 1853. A homogeneidade de formação e de socialização continuaram caras ao desenvolvimento deste grupo dirigente, e mesmo quando, após o Ato Adicional, a responsabilidade sobre o ensino superior se dividiu entre o governo central e o governo provincial, e mais nenhuma universidade foi aberta. A partir de 1853, uma geração de formação genuinamente brasileira acompanha a mudança de foco dos problemas políticos que desafiaram a elite política nacional.

Desta forma, para o serviço público convergiram aqueles homens marginais à ordem escravista, não apenas os ascendentes – aqueles que não conseguiam nela entrar –, mas também os descendentes, como filhos de setores exportadores em crise, como a aristocracia agrária nordestina. A presença destes elementos deu à elite política uma certa liberdade de ação, apesar de o Estado depender do apoio e das rendas geradas pela agricultura escravista. José Murilo de Carvalho procurou se distanciar tanto da visão que entendeu a elite, a burocracia ou o próprio Estado como representantes do poder rural, como da visão que compreendeu a burocracia como um estamento solidamente apartado, como defendeu Raymundo Faoro. A coesão política da elite permitiu a implementação de algumas reformas que foram impossíveis pelas mãos dos proprietários rurais, mas manteve o conservadorismo fundamental: o preço de sua legitimidade foi a garantia de interesses da grande propriedade e a redução da participação política efetiva.

Fernando Uricoechea, em *O Minotauro Imperial*, centrou a questão no aparato burocrático do Estado e no aparato patrimonialmente controlado pelas classes a nível local. Partiu da noção híbrida de burocracia patrimonial e sublinhou o papel da autoridade racional e também tradicional, procurando desenvolver sua análise de forma a explicitar a complementariedade entre o processo de racionalização burocrática e a tradição patrimonial sustentada pelo poder local.⁵²

Ainda na década de 1830, o crescimento do ramo da Justiça, necessário para a reorganização do aparato subsequente à Abdicação, iniciou um processo não linear de transformação de uma dominação patrimonial para o universalismo de uma dominação mais burocrática e racional. A descentralização regencial conseguida com o Código de Processo e o Ato Adicional, segundo o autor, foi incompleta. Enquanto o aparelho político tornou-se posse do senhor de terra, o mesmo não aconteceu com o aparato administrativo. Mesmo sem negar o caráter local das legislaturas provinciais, a presença de um presidente do província, nomeado pela autoridade central e prestando conta diretamente à Coroa, marcou o limite da autonomia local.

É importante notar que a interpretação de Uricoechea apontou para um entendimento

⁵² URICOECHEA, *Fernando*. *O Minotauro Imperial*. São Paulo: Difel, 1978.

complementar e complexo entre as forças patrimoniais e racionais da administração. Ao mesmo tempo em que as bases patrimoniais do poder local impediram a execução direta e racional das decisões centralizadoras, elas seriam a única forma de organização administrativa possível ao governo. O autor sublinhou a sua distância em relação às seguintes correntes: a que atribuiu uma continuidade entre administração e dominação – da qual é exemplo a interpretação de Raymundo Faoro –; a corrente marxista que compreende a administração estatal como instrumento do poder local; e àquela que tem como premissa a organização política descentralizada e feudalizada do Brasil, baseada em uma classe agrária de poder quase autônomo.

“Nem um monismo administrativo, nem um monismo agrário podem capturar dialeticamente todos esses aspectos do processo histórico. Era da essência do processo certo dualismo que se manifestava, por um lado, num governo relativamente centralizado e, por outro, numa oligarquia agrária relativamente poderosa, sendo que a eficiência daquele – dada a natureza patrimonial e diletante do governo local – dependia da cooperação litúrgica angariada desta última.”⁵³

A falta de pessoal qualificado que preenchesse as funções administrativas locais fez com que, na prática, os cargos, sobretudo judiciários, fossem ocupados pelo serviço amadorístico dos *honoratios* locais, um meio patrimonial em essência. Deste modo, antagonismos locais ficaram explícitos nos conflitos administrativos, trazendo as facções para aquela arena. O pacto constante consistiu em uma via de mão dupla: em troca de cooperação e serviços, o Estado conferiu autoridade e status ao senhor de terra que, apesar de poderoso, atrelava seu poder ao da autoridade central. O bacharel foi a figura na qual confluíram parentesco e partido, complexificando a acomodação entre a ordem pública e a ordem privada. Foi o braço nacional do coronel, enquanto este se encontrava limitado em torno da província. O processo relativo de profissionalização da política, mais aguçado a partir da segunda metade do século XIX criou estas novas condições que deslocariam o coronel para o plano de fundo.

Em abordagem essencialmente distinta dos três autores referidos acima, Ilmar de Mattos, em *O Tempo Saquarema*, avaliou a construção do Estado Imperial a partir da consolidação da classe senhorial e de seus interesses. Longe de entender esta classe como um estamento burocrático cuja ligação com a atividade econômica fosse secundária, ou como uma elite ligada apenas pela

⁵³ Idem, p. 109.

formação ou socialização, analisou a formação da classe em suas raízes econômicas, e motivações políticas, além de trazer para o primeiro plano a lógica estatal que serviu à manutenção da ordem e da hierarquia social. Pretendeu superar a dicotomia entre poder central e poder local, tomando o Estado como uma construção da classe senhorial, em um processo através do qual ela “forjava a si própria, pelos nexos que tecia com o Estado, espelhando-se na Europa capitalista”.⁵⁴

Ainda no início do século XIX, acompanhando um movimento de povoamento no sudeste que já existia, a Coroa fez por incentivá-lo, com o objetivo expandir sua própria atuação. Por associação familiar formaram as “dinastias canavieiras e cafeeiras” que foram o berço da classe senhorial imperial. A instalação da Corte portuguesa reforçou o enraizamento dos interesses metropolitanos. Os agentes metropolitanos vinham rompendo o pacto desde o final do século XVIII, invadindo a face colonial da moeda, intensificando suas formas de atuação. Após 1808, as faces colonial e metropolitana confundiriam-se, especialmente na Corte e na cidade do Rio de Janeiro. A fusão entre os agentes das duas faces da moeda, para o autor, constituiu o feixe de forças políticas que culminou no rompimento de 1822, através da

“transformação de burocratas e negociantes em grandes proprietários rurais, a aproximação dos grupos nativos economicamente dominantes da Corte por meio de alianças matrimoniais, além da nobilitação de todos aqueles que circulavam ao redor da Família Real.”⁵⁵

A construção do Estado soberano levou “a cabo o seu próprio forjar enquanto classe, transbordando da organização e direção da atividade econômica meramente para a organização e direção de toda a sociedade”.⁵⁶ A classe senhorial, na concepção tecida em *O Tempo Saquarema*, foi formada não só pelos cafeicultores, mas também pelos comerciantes cujos interesses a eles estavam ligados, e pelos setores burocráticos que tornavam possível a ligação entre negócios e política. A compreensão alargada da classe explicou o seu entendimento contíguo entre a construção do poder central em alinhamento com os poderes locais, apesar de não excluir o choque que existiu em determinadas circunstâncias. Os laços familiares não foram rompidos por divisões partidárias: a política de casamentos atraiu para as grandes famílias os jovens bacharéis, que se tornaram representantes políticos da lógica conservadora construída a partir da independência e consolidada em meados do Segundo Reinado. A instituição da ordem legal, a expansão da burocracia, o exercício de jurisdição sobre o território e o monopólio da força foram, na verdade, as condições

⁵⁴ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo saquarema*. São Paulo: HUCITEC, 1987, p. 68.

⁵⁵ Idem, p. 54.

⁵⁶ Ibidem, p. 57.

para a restituição dos monopólios coloniais da classe senhorial, limitados eles próprios pela posição que o Império ocupou na economia mundial.

Descartando as interpretações historiográficas que negaram a existência de programas partidários ou ideológicos nos partidos imperiais, *O Tempo Saquarema* importou-se também em buscar os fundamentos das visões desta classe senhorial sobre a liberdade e o exercício do poder. Tentou esclarecer a integração entre a lógica descentralizada do governo privado da casa, e a lógica centralizadora do governo público.

Entendendo os períodos imperiais a partir da análise feita por Justiniano José da Rocha ainda no Segundo Reinado, em *Ação, Reação e Transação*⁵⁷, o autor viu o momento de 1822 a 1836 como o momento do primeiro nacionalismo exacerbado e desconfiança de poder, em que o princípio democrático teria rondado a busca exagerada por liberdade, acentuada após a Abdicação. Esta distribuição democrática, contudo, não deve ser confundida com o modelo republicano de governo, pois a visão daqueles homens sobre a sociedade não dispensava a distinção fundamental entre o povo e a plebe, mesmo entre os exaltados. A sua concepção garantiu à plebe dispositivos institucionais e legais de expressão, mas sem que ela própria assumisse qualquer papel.

“A presença da plebe desunia os exaltados, pois a associação entre Liberdade e Igualdade entre os homens livres tornava tênues os limites entre a Revolução de cunho republicano e a Desordem. A inclusão do Povo, por meio da proposição do reconhecimento de uma igualdade, opunha exaltados a moderados, acirrando as disputas na Câmara temporária.”⁵⁸

Os liberais exaltados não se propunham a romper as barreiras entre os mundos do governo, do trabalho e da desordem. A sua determinada noção de igualdade política implicou no fim das distinções apenas dentro do mundo do governo. Para Ilmar de Mattos,

“praticamente imobilizados desde a renúncia do primeiro regente uno, incapazes de conter as sucessivas rebeliões e insurreições que ocorriam fora dos limites da Casa, eles acabariam por aderir ao discurso da Ordem.”⁵⁹

Os moderados procuraram conter os triunfos da liberdade. Apontaram os exaltados como republicanos ou anarquistas que se aproveitavam da tênue linha da liberdade. A recuperação

⁵⁷ Aqui, Ilmar de Mattos se referia a ROCHA, Justiniano José da. “Ação, reação, transação”. In Raimundo Magalhães Júnior. *Três panfletários do Segundo Reinado*. São Paulo: Nacional, 1956.

⁵⁸ MATTOS, Ilmar de. *Op cit.*, p. 136.

⁵⁹ Idem, p. 141.

regressista, no final da década de 1830, não implicou na eliminação da liberdade, mas sim na sua qualificação em novas bases. Enquanto as velhas forças se reorganizavam no mundo do governo, as noções de organização e ordem voltaram a ser referir a monarquia. A monarquia constitucional foi um contrato que, implicando na perda da liberdade natural, garantiu a neutralização do poder despótico.

3 – Visões sobre a Regência

A partir destas análises sobre a configuração do Estado, de suas formas de governo e dominação, bem como da composição social do Brasil na 1ª metade do século XIX, vamos nos deter mais especificamente na historiografia que se debruçou sobre o período Regencial.

Em texto clássico sobre as Regências, escrito da década de 1960, Paulo Pereira de Castro apresentou o período através de suas diversas reviravoltas políticas. Dedicou-se a descrever as alianças políticas pessoais e as entradas e saídas dos Gabinetes, não tendo sido sua preocupação descrever projetos políticos ou as concepções ideológicas das facções regenciais⁶⁰.

Para ele, desde o final da década de 1820 existia uma vanguarda revolucionária no meio político brasileiro, que não foi influenciada pelo modelo dos *sans culottes* franceses, e sim teve caráter matuto, e sentimento nativista. A Revolução de 1830, na França, fez com que reformulassem seus planos revolucionários, buscando maior integração com outros setores da opinião pública. Este grupo liberal radical, ou exaltado, dividia-se em liberais puros, do tipo jeffersoniano, e agitadores, que “toca [sic] nos ressentimento [sic] de classe e de raça e acena com promessas de uma nova ordem social”⁶¹.

Justamente a Abdicação de Dom Pedro I inverteu a posição de vantagem com a qual contavam os liberais exaltados. Incapazes de organizar uma nova administração no plano civil, os agitadores lançaram-se em ações descontroladas para reaver o poder. Os moderados, grupo que teve o poder de organização que faltou aos exaltados, contava também com os liberais puros, e se orientavam, sobretudo, pela manutenção da ordem, além de terem nos projetos de reformas constitucionais o horizonte de sua condução política.

Dentro dos próprios moderados havia, desde sempre, uma subdivisão entre dois grupos: o

⁶⁰ CASTRO, Paulo Pereira de. “A Experiência Republicana, 1831 – 1840”. In HOLANDA, Sérgio Buarque de. História da Civilização Brasileira. Tomo 2, vol.2. São Paulo: Difel, 1964.

⁶¹ Idem, p. 10.

favorável a uma maior centralização Executiva – que encontrou expressão máxima na aliança Evaristo da Veiga e Diogo Feijó –, e o outro liderado por Honório Hermeto Carneiro Leão, e que possuía tendências parlamentares. A nomeação de Feijó para o Ministério da Justiça, em 5 de julho de 1831, casou o pensamento liberal com a ideia de um Executivo forte, e transformou medidas aparentemente liberais em subordinação a um poder centralizado, como o caso da Lei da Guarda Nacional⁶².

Ao objetivar fazer oposição ao governo moderado, as sociedades políticas exaltadas e caramurus uniram forças que pareciam absolutamente contraditórias em intencões malogradas. Estes acontecimentos foram utilizados por Feijó como motivações para a exigência de medidas extraordinárias. Uma tentativa de golpe malgrado em julho de 1832⁶³ rompesse quase definitivamente os laços que uniam as duas tendências dentro da facção moderada. Impedidos de transformarem a Câmara dos Deputados em Assembleia Constituinte após a manobra de Honório Hermeto Carneiro Leão, o partido moderado não conseguiu impor pela força as reformas constitucionais, e precisou procurar uma transação com o Senado.

O autor salienta o caráter de “experiência republicana” da Lei de Regência, aprovada naquele contexto. Ainda que os partidários da situação preferissem um mandato permanente concedido ao regente, a sedução que exercia sobre a maioria dos liberais a ideia de um mandato periódico eletivo – semelhante ao modelo estadunidense –, fez com que este fosse o escolhido⁶⁴.

Para Paulo Castro, mesmo após a vitória por ampla maioria, a regência de Feijó foi engessada e freada pela oposição na Câmara. Ainda que moderados, Bernardo Pereira de Vasconcelos e Honório Hermeto Carneiro Leão desempenharam uma liderança entre os deputados que os distanciaram cada vez mais de uma comunhão com os interesses de Feijó. Castro sublinhou que o “ressentimento sertanejo de Feijó”, e seu “ressentimento clerical”⁶⁵, levaram-no a choques constantes com os subgrupos da facção moderada. Vasconcelos e Carneiro Leão, por outro lado, representavam a ordem de valores que as inspirações federalistas, anticlericais e de oposição aos magistrados sustentadas pelo padre. A queda definitiva de Feijó se deu, sobretudo, a partir de seu rompimento político com Evaristo da Veiga. A contradição entre o centralismo de Evaristo e o federalismo autoritário de Feijó foi incontornável.

A partir da escolha de Feijó por Araújo Lima como seu substituto, e de sua confirmação

⁶² Ibidem. Criada pela lei de 18 de agosto de 1831, a Guarda Nacional representou bem a concepção de “cidadão armado” sustentada por Feijó, e foi por ele utilizada como poder bélico a favor da política governamental. Sujeitando o juiz de paz a seu controle direto, Feijó transformou a Guarda Nacional em um dos principais sustentáculos do controle Regencial.

⁶³ Para mais detalhes ver o verbete “Golpe da chácara da floresta” em VAINFAS, Ronaldo (org). *Dicionário do Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

⁶⁴ CASTRO, Paulo Pereira de. “A Experiência Republicana...”. p 38 – 29.

⁶⁵ Idem, p 42 – 53.

como Regente após eleições em 1838, o autor identificou uma ascensão contínua e importante dos meios palacianos na política. Tendo como horizonte o recuo em relação ao liberalismo excessivo dos anos regenciais, Vasconcelos liderou o movimento que passou à história como o regresso conservador. Destacando o esforço do então regente Araújo Lima pela retomada dos rituais monárquicos e pelo conagraçamento político em torno da figura do imperador, Paulo Castro identificou este movimento como ponto fraco do partido conservador. Os interesses dos moderados, detentores do poder regencial, não podiam se aliar a restituição da monarquia e do poder moderador⁶⁶.

Augustin Wernet, em sua tese de doutorado, debruçou-se sobre o período ao estudar as Sociedades Políticas Paulistas na primeira metade do Período Regencial e forneceu interessante leitura sobre os grupos existentes. Importou-se menos em descrever as alianças pessoais, as ascensões e as quedas dos gabinetes, dedicando-se mais demoradamente aos programas políticos, econômicos e sociais das facções, procurando entendê-las em sua relação com as sociedades políticas⁶⁷.

Viu o momento regencial através do arcabouço fornecido pela historiografia da época, especialmente por Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda e Maria Odila Silva. Assim, a Regência foi para ele como um período de desagregação da herança colonial, de definição da consciência e da integração nacionais, assim como das próprias estruturas do Estado.

Wernet esclareceu que o termo “partido” só foi empregado porque os próprios membros assim o denominavam, e que tais grupos não tinham qualquer semelhança com o modelo de partido referente à organização política democrática. Relembrou que, à época, os partidos eram vistos como sinais de convulsões e paixões: identificou este traço como influência do pensamento de Rousseau, segundo o qual a soberania não era transmissível, e a vontade pública comunitária era única. A mentalidade antipartidária de muitos senhores e políticos foi explicada pela ausência de estrutura econômica pluralista, que impediu o desenvolvimento de partidos políticos a partir destas sociedades, pois

“A aceitação de partidos políticos, representação organizada de interesses particulares, como elementos constitutivos da organização política, depende, dessa maneira, do grau de industrialização e modernização de uma sociedade”.⁶⁸

⁶⁶ Ibidem.

⁶⁷ WERNET, Augustin. *As Sociedades Políticas da Província de São Paulo na primeira metade do Período Regencial*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1975.

⁶⁸ Ibidem, p 283.

Baseado em Tarquínio de Souza, Wernet afirmou que as sociedades políticas “eram um ensaio de um partido político organicamente constituído”⁶⁹. Concluindo, afirmou que estas sociedades pertencem à “pré-história” dos partidos políticos brasileiros. Apesar da dificuldade em encontrar coerência nas ideias das sociedades, identificou, pelo menos na província de São Paulo e na Corte, uma grande correspondência entre os partidos, as sociedades e os seus respectivos jornais.

Sobre os liberais moderados, usando como fundo sua análise sobre as “Sociedades Defensoras” do Rio de Janeiro e de São Paulo, os identificou com os interesses em relação a algumas mudanças políticas, mas não em relação a ordem econômica, ou social. Ao avaliar a Aurora Fluminense, de Evaristo da Veiga, assemelhou ao grupo girondino da Revolução Francesa: estariam preocupados com a liberdade e a propriedade, mas não com a igualdade. O seu senso de hierarquias sociais os aproximaria mais do “Espírito das Leis”, de Montesquieu, do que do “Contrato Social”, de Rousseau.⁷⁰

Defendendo a Constituição de 1824, a fidelidade e a manutenção do Regime Monárquico, garantiram as suas riquezas e a prosperidade ao mesmo tempo em que mantiveram a tranquilidade. Na visão de Augustin Wernet, as reformas descentralizadoras da Constituição foram uma exigência exaltada, e dividiram em lados opostos os dois grupos, ainda no final do ano de 1830. A passagem do unitarismo ao federalismo por parte dos moderados, no final da primeira metade da Regência, foi resultado do receio por parte dos grupos paulistas de que o metropolitanismo dos moderados da Corte pudesse ameaçar as províncias com um governo excessivamente centralizado e autoritário.

Por serem compostos basicamente pela aristocracia rural, os moderados passaram, então, a defender a monarquia federativa, como uma autarquia. O Federalismo dos liberais moderados paulistas era

“... pelo menos ambíguo, senão tendesse claramente para a defesa da velha ordem, sustentando e prolongando as características da herança colonial, que foram aprofundadas pela dependência inglesa, à qual os ‘liberais moderados’ paulistas de maneira alguma se opuseram, já que lucravam com a exportação de matérias primas. (...) reforçando [sic] o localismo e a falta de unidade entre as várias regiões brasileiras”.⁷¹

Com relação aos liberais exaltados, Wernet viu as suas tendências federalistas como republicanismo, com fins de enraizamento da democracia. A sua visão do poder local fortalecido os

⁶⁹ Ibidem, p, 282. Wernet baseia-se no pensamento desenvolvido por Tarquínio de Souza em SOUZA, Tarquínio de. Evaristo da Veiga. São Paulo: Ed. Nacional, 1939.

⁷⁰ WERNET, Augustin. Op cit, p. 216 – 222.

⁷¹ Idem, p. 237.

incluiu na utopia progressista, típica do liberalismo do século XIX. Ao analisar o grupo liberal exaltado paulista, Wernet apontou que se aproximavam do grupo que Paulo Pereira de Castro qualificou como “liberais puros de inspiração jeffersoniana”⁷², e qualificou como incoerente a sua aliança com os caramurus, naquele contexto.

Destacou que, politicamente, os planos dos dois grupos eram completamente opostos. Enquanto os caramurus defendiam, acima de tudo, a Constituição de 1824 – exatamente do jeito que ela fora escrita –, o unitarismo e a integridade nacional, os exaltados tinham em seu horizonte a República Federativa ao modelo estadunidense. Estes tendiam mais para Rousseau, do que para Montesquieu, mas não eram revolucionários. Ao contrário do grupo agitador identificado por Paulo Pereira de Castro, os liberais exaltados de São Paulo, de tipo puro, eram partidários da ordem.

Apesar das distâncias, o projeto econômico-social de caramurus e exaltados permitiram a aliança que ocorreu entre 1831 e 1834. Grosso modo, ambos defendiam o protecionismo para o favorecimento da indústria nacional, a revisão do sistema da propriedade de terras e a abolição gradual da escravidão⁷³. Ao contrário dos interesses agro-exportadores dos moderados, caramurus e exaltados lutavam contra a dependência em relação aos ingleses; para os exaltados, todas estas medidas deviam ser acompanhadas pela república, e pelo plano do Fateozim Nacional⁷⁴.

Nos anos de 1980, como resultado de uma extensa pesquisa sobre a história da Guarda Nacional, Francisco Falcon, Antonio Rodrigues e Margarida Neves publicaram três volumes que trataram de toda a história daquela milícia. Como instituição de suporte do projeto político moderado, a Guarda Nacional foi utilizada como mecanismo de manutenção da ordem pública em um contexto em que havia grande desconfiança com relação ao exército.

No primeiro destes volumes, estes historiadores teceram uma interpretação do Período Regencial que partiu das concepções do poder e da sociedade imperial propostos por Ilmar de Mattos. Forneceram chaves importantes para a compreensão da sociedade, do poder e da prática política.⁷⁵ Instituições como a guarda e as sociedades defensoras foram as instituições que procuravam, de fato, viabilizar aquele projeto referido por Ilmar de Mattos em *O Tempo Saquarema*.

⁷² CASTRO, Paulo Pereira de. Op cit. P. 10.

⁷³ WERNET, Augustin. Op cit, p. 238 – 261.

⁷⁴ O plano do Fateozim Nacional foi uma espécie de plano de Reforma Agrária defendida, sobretudo, pelo jornal A Nova Luz Brasileira, tido por muitos historiadores como o principal veículo dos liberais exaltados. Para uma análise mais detalhada, ver BASILE, Marcello Otávio. *Ezequiel Corrêa dos Santos: um jacobino na corte imperial*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. Especialmente capítulo “O reformista social”.

⁷⁵ FALCON, Francisco; RODRIGUES, Antonio; NEVES, Margarida de S. *A Guarda Nacional no Rio de Janeiro (1831-1918)*. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 1981. Este volume, assim como os outros, foram resultado de intensa pesquisa do grupo deste grupo de historiadores, em contato constante com as ideias de Ilmar de Mattos no período de redação de *O Tempo Saquarema*.

Neste volume, destacaram que o grupo moderado não representou apenas a grande propriedade territorial e escravista ligada à exportação, mas também a propriedade como traço distintivo dentro da sociedade imperial, e que conferia aos proprietários algum status hierárquico. O alistamento e a organização dentro da própria Guarda Nacional sinalizaram a sua função de espelho da sociedade, e cristalizaram quem era cidadão, separando-o do mundo da desordem.

Ainda em acordo com o trabalho de Ilmar de Mattos, o volume se propôs a superar uma visão dicotômica entre as dimensões central e local do poder político imperial. Desenvolveu, então, uma análise global e integrada da formação do Estado, tido como o maior garantidor dos interesses fundamentais da sociedade e da ordem escravistas. Procurou superar também a tendência de alguns estudos à separação entre estado e sociedade, sublinhando o papel do centralismo em servir aos próprios proprietários escravistas. A mesma relação integrada, complementar e colaborativa – o que não significa uma leitura linear e harmônica – esteve na base da criação da Guarda Nacional, que

“definida como 'nacional' seu locus de existência é o município e este é o espaço por excelência do poder local. (...)

É importante assinalar que a legitimação do poder local através do caráter 'nacional' da milícia cidadã, justificada nos textos legais pela defesa 'da Constituição, da Liberdade, Independência e Integridade do Império', hierarquiza esta legitimidade remetendo-a a uma instância superior – o Império – e suficientemente distante para não interferir na utilização local desta força. É esta hierarquia de legitimidades que torna evidente o compromisso entre poder local e estado centralizado no caso da Guarda Nacional.”⁷⁶

A paz imperial foi mantida a partir da possibilidade de sustentarem as alianças e não pela tentativa de qualquer dissolução das autoridades agrárias. A ambiguidade que envolveu a criação da Guarda foi apenas aparente, e não impediu que o governo procurasse solidificar cada vez mais a linha de autoridade, estando no topo da organização que submetia a instituição, em última instância, ao ministro da Justiça e ao presidente de província. A reciprocidade entre as partes do mundo do governo, naquele momento, foi a forma objetiva de construção do Estado Imperial, sustentado em essência, pelo poder da classe senhorial.

Diferente de abordagens que viam a constituição do poder imperial como um conflito entre as suas bases patrimoniais e as forças de racionalização do Estado⁷⁷, esta abordagem das forças políticas regenciais compreendeu os movimentos daquele período como uma combinação em torno

⁷⁶ Idem, p. 73.

⁷⁷ URICOECHEA, Fernando. Op cit.

do projeto político da classe senhorial que construía a si mesma, atrelada às bases do Estado brasileiro.

Desta forma, estes historiadores chamaram atenção para o verdadeiro sentido do discurso da unidade territorial que esteve na base da lei de criação da Guarda Nacional. Para além da manutenção do território, preocupavam-se com a segurança da ordem social, congregando interesses diversos de maneira a sustentar o Império frente aos perigos da república representados pela vizinhança hispânica. A corporação servia de instrumento político e braço armado para o projeto liberal moderado, baseado na autoridade e na continuidade da proeminência da classe senhorial.

Acompanhando o burburinho político existente na corte no período regencial – em especial na Regência Trina –, a desorganização da Guarda neste espaço respeitou outros elementos que não aqueles que preocupavam à corporação nas províncias. Nestas, as questões diziam respeito à manutenção do poder local e à expansão das atividades produtivas, estando mais explícito o sentido de garantia da ordem escravista. Na corte, ao mesmo tempo em que as distensões políticas refletiam-se na corporação, esta estava mais organizada e o seu uso era mais consensual, pela proximidade e pelo controle direto do governo central:

“Na Corte, a Guarda Nacional deveria e poderia estar armada e pronta pois de outro modo não poderia dar cumprimento às suas finalidades de guardiã ostensiva e expressão política e burocrática comprometida com a construção do Estado Imperial em sua expressão a nível central, num local bem definido – a cidade do Rio de Janeiro. Sua presença física, seu valor simbólico assumem aí um papel objetivo e decisivo.”⁷⁸

Na corte, esta corporação na Corte refletia uma maior definição e organização da dominação da classe senhorial, o que pode dizer muito a respeito da própria política e de seus outros elementos naquele espaço. Por outro lado, em outras localidades os interesses conservadores agro-exportadores avançaram sobre o projeto diretivo moderado, usando a Guarda Nacional politicamente em seu próprio favor, ampliando sua dominação e ditando os caminhos da política rumo à conciliação conseguida no Segundo Reinado⁷⁹.

A marca da origem da milícia foi a marca política distintiva daquele momento histórico regencial, em que a Corte esforçava-se para emanar sua dimensão imperial, e o projeto de nação era ainda embrionário. A sua carga simbólica apelativa à unidade nacional personificava a conjuntura e

⁷⁸ FALCON, Francisco; RODRIGUES, Antonio; NEVES, Margarida de S. Op cit., p.136.

⁷⁹ Idem, ver especialmente item 3.4 do capítulo 3.

as forças político-ideológicas que atuavam naqueles anos. Deste modo, o primeiro momento tratado por *A Guarda Nacional...* – de 1831 a 1837 –, revelou com clareza o esforço por parte da autoridade regencial em representar-se como imperial. Nas próprias condições de insegurança e incerteza da corte estava inscrita a atuação da Guarda. O discurso das lideranças políticas daquele projeto de estado serviam a um movimento dialético: a classe se estruturava através da milícia, enquanto era, concomitantemente, estruturada por ela.

O discurso liberal moderado criou uma milícia que traduziu o papel dos cidadãos na defesa de suas propriedades, contra os inimigos da liberdade. Ao mesmo tempo, delineou quem seriam estes cidadãos. O discurso se voltou para a oposição em relação à “tirania” – representada pelo exército, recheado de elementos portugueses – e à “anarquia” – dos motins militares e movimentos de rua. Desta forma, trouxe uma visão do mundo do governo sobre a própria sociedade. A Guarda Nacional solidificava e divulgada esta visão.

O conteúdo da cidadania que sustentou a organização da milícia propunha um pacto entre os cidadãos ativos para que as divergências fossem superadas e o espaço da liberdade fosse demarcado, com base nesta instituição de autoridade. Os critérios de alistamento foram os mesmos que a Constituição definia para os cidadãos. A farda tornou-se traço distintivo de cidadania ativa, propagando a olhos vivos a distinção e a hierarquia social. O discurso liberal moderado, posto em prática na criação da Guarda Nacional, sustentou a nação armada como a força do próprio governo, e procurou integrar o seu projeto de estado, excluindo o povo miúdo e mantendo-os no mundo da desordem, sob vigilância. Da mesma forma, a unidade pretendida devia se impor ao espírito de facções que marcou, especialmente, aquele primeiro momento da Regência:

“Suas palavras de ordem, amplamente divulgadas, foram rapidamente assumidas por todos aqueles que, de uma forma ou de outra, estariam comprometidos no mesmo projeto. Daí a importância que assumem as palavras como 'liberdade', 'unidade', 'ordem', 'nação', 'pátria', 'segurança'. Todo um setor da sociedade via-se aí refletido e ao identificar-se com essas ideias interiorizava também as práticas a elas associadas, visando sua implementação efetiva. O cumprimento do 'dever cívico' que pressupunha todas elas, traduzia-se na realidade, através da instituição da Guarda, num duplo movimento a partir do qual aqueles cidadãos ao mesmo tempo que se integravam militarmente, como corporação paramilitar, afirmavam sua distinção e superioridade política e jurídica em relação aos demais 'mundos' de então.”⁸⁰

⁸⁰ Ibidem, pp. 177-178.

Como parte de uma historiografia mais recente da Regência, os diferentes trabalhos de Marco Morel identificaram e delimitaram os grupos políticos e as suas concepções a respeito da liberdade e da soberania. Apesar de criticar as visões simplistas tradicionais sobre a divisão dos partidos regenciais, em novos termos o autor também salientou as fundamentações de uma clara separação entre eles, baseada em seu vocabulário e leituras políticas.

Negando a existência, no Brasil daquela época, de partidos parlamentares do modelo típico do final do século XIX, Morel retomou algumas colocações de François-Xavier Guerra sobre o espaço político oitocentista americano⁸¹. Definiu as facções políticas regenciais como organizações explicadas especialmente por traços da formação política do Antigo Regime:

“O que se denominava partido político, na primeira metade do século XIX diferencia-se da compreensão atual: era mais do que “tomar um partido” e constituía-se em formas de agrupamento em torno de um líder, ou através de palavras de ordem e da imprensa, em determinados espaços associativos ou de sociabilidade e a partir de interesses ou motivações específicas, além de se delimitarem por lealdades ou afinidades (intelectuais, econômicas, culturais, etc.) entre seus participantes”.⁸²

Sublinhou a ineficácia de se pretender explicar a política daqueles anos através de uma narrativa perfeita, linear e esquemática⁸³, distanciando-se assim do que Wernet qualificou com uma “pré-história” dos partidos políticos⁸⁴. Além de destacar o caráter de aprendizado político que a explosão da palavra impressa representou no período, Morel ressaltou que os discursos dos diversos grupos podiam não dizer exatamente o que era esperado de suas posições na sociedade, sendo o papel econômico insuficiente para caracterizar propriamente as divisões políticas que se debatiam.

Ao analisar o período posterior à Abdicação de Dom Pedro I, o autor chamou atenção para a preocupação de se frear o carro da revolução por parte dos homens que estiveram à frente daquele processo. Enfatizou o caráter de inevitável ruptura e de início de progresso, e procurou entender as visões distintas que os grupos tiveram daquele 7 de abril de 1831. Desta forma, sublinhou o caráter conservador do grupo moderado, que viu a data da Abdicação como desfecho e não início da revolução. Constituída a Regência Trina Provisória, procuraram medidas de contenção e de

⁸¹ GUERRA, François-Xavier. “De la política antigua a la política moderna. La revolución de la soberanía”. In GUERRA, François-Xavier. *Los espacios públicos en Iberoamérica. Ambigüedades y problemas*. México: FCE, 1998.

⁸² MOREL, Marco. *O Período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. p.32.

⁸³ Idem.

⁸⁴ WERNET, Augustin. Op cit, p. 283.

apagamento dos conflitos sociais. O medo da sublevação e a morte de Dom Pedro I em 1834 serviram de elementos de convergência aos caramurus e aos moderados, isolando, assim, os exaltados – grupo que tomou a Abdicação como ponto de partida da verdadeira revolução, e não seu ponto final⁸⁵.

Ainda procurou estabelecer parâmetros confiáveis para a identificação dos três partidos tradicionalmente vistos pela historiografia regencial, ao percebê-los como expressões da tripartição que a noção de soberania sofreu durante as discussões europeias sobre o liberalismo e os sistemas de governo no século XIX: soberania identificada ao rei pelos conservadores, ou caramurus; à nação pelos moderados; e ao povo, pelos liberais exaltados. Os jornais foram, então, os principais meios de identificação dos grupos. Por meio destes, a soberania popular difundida pelos exaltados foi incorporada e apropriada pelas camadas urbanas nos diversos motins e movimentos do Período Regencial⁸⁶.

Ao contrário do que expusemos sobre o pensamento de Augustin Wernet e Paulo Pereira de Castro, Marco Morel destacou serem os moderados “defensores de um Estado forte e centralizador e, deste modo, tiveram ramificações por todas as províncias”⁸⁷, além de estarem ligados, primordialmente, às forças políticas de Rio de Janeiro, Minas e São Paulo, mas não apenas a elas. Por sua vez, os restauradores defendiam o Estado centralizador, apontando para o reforço do poder de corpos sociais tradicionais de Antigo Regime. Ao contrário da imagem de reformistas econômico-sociais com a qual os qualificou Augustin Wernet, Marco Morel analisou a incorporação que faziam das camadas pobres nas lutas políticas se dava através de seu domínio como senhores locais, oligarquias, clero e clientelas.

O autor definiu os moderados fazendo uma crítica aos historiadores que caíram nas armadilhas discursivas feitas pelo próprio grupo e que reproduziam seus discursos de legitimidade. Mesmo assim, Morel parece ter encarado os moderados a partir das críticas feitas pelos próprios exaltados.

“Inspirados pelas ‘idéias do século XIX, os Moderados brasileiros usavam como referência a Constituição francesa de 1791, o que acabou levando-os a um paradoxo: pretendiam justificar e encerrar a revolução sem jamais terem participado de uma. Em outras palavras: pretendiam o fim de um processo revolucionário que jamais deveria existir, apesar dos esboços de uma memória de ruptura revolucionária que eles tentaram criar para o Brasil em alguns momentos,

⁸⁵ MOREL, Marco. “O Período das Regências...” Op cit. p. 20 – 31.

⁸⁶ Idem.

⁸⁷ Ibidem, p. 35.

como 1831”⁸⁸.

Situou os moderados como o meio justo entre os dois extremos que representavam seus oponentes – o despotismo e a revolução –, já que procuraram uma política que mesclasse o conservadorismo e o liberalismo, sendo fortemente influenciados por leituras conservadoras das ideias europeias de liberdade. Morel destacou as interpretações de François Guizot e a sua influência sobre Evaristo da Veiga e as ideias que este divulgava em sua *Aurora Fluminense*. A valorização das capacidades, da ilustração e da instrução teciam uma concepção da cidadania que entendia as eleições como processo em que se separavam os elementos mais capazes de dirigir a nação. Reproduziam, assim, uma visão sobre a representatividade baseada no caráter restritivo.

Ao tratar dos Caramurus, o autor os caracterizou como “tendência constitucional de forte matriz antiliberal (embora sem negar o liberalismo) ...”⁸⁹. Destacou, ainda, a identificação deste grupo com os portugueses pela correspondência traçada por seus oponentes entre eles e o despotismo. Morel sublinha o hibridismo como característica deste grupo, visível na defesa da Constituição outorgada pela soberania monárquica, “renovando, à maneira das antigas monarquias europeias, o pacto entre o monarca e o povo”⁹⁰.

Trabalhando com as definições semânticas destas identidades políticas, utilizando os periódicos como principal fonte, o autor destacou que a noção de “democracia” atribuída aos exaltados veio normalmente de acusações do grupo realista. Distanciando-se mais uma vez de Wernet, sublinhou a identificação do pensamento do grupo liberal mais radical às ideias de Montesquieu, e da comunhão entre democracia e monarquia, inspirada no tipo político inglês. Para ele, os exaltados não recusavam o princípio monárquico em bloco. Mesmo que muitas vezes possuíssem ideias republicanas, possuíam também a convicção de que a realidade brasileira não suportava a aplicação de suas convicções⁹¹.

Marcello Basile, um dos principais nomes da historiografia regencial mais recente, denominou a era regencial como o “laboratório da nação”⁹². Sublinhou que as abordagens mais atuais do período tem privilegiado os grupos que construíram o momento e devolvido seu lugar fundamental na compreensão do espaço de ação em que conformaram suas identidades.

Destacou a complexidade e a heterogeneidade de atores sociais em torno do 7 de abril de 1831. A

⁸⁸ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidade na cidade imperial (1820-1822)*. São Paulo: HUCITEC, 2005. p. 118 – 119.

⁸⁹ Idem, p. 128.

⁹⁰ Ibidem, p. 134.

⁹¹ MOREL, Marco. *As transformações...* Op cit.

⁹² BASILE, Marcello. “O laboratório da nação: a era regencial (1831 – 1840)”. In GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial, volume II: 1831 – 1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

Abdicação do Imperador não foi resultado apenas das discussões na imprensa, e no parlamento, mas também dos debates nas sociedades secretas e nos quartéis, além de considerar a pressão popular. O marco do 7 de abril foi o evento que consagrou o espaço público como arena de luta dos diversos grupos políticos e camadas sociais.

Enquanto os exaltados, provenientes das camadas médias urbanas, organizaram-se em torno da crise política no final da década de 1820 e não possuíam quase nenhuma representação nos quadros da elite política imperial, os moderados encontravam-se mais organizados: eram uma nova geração de políticos provenientes do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, vinculados aos produtores e comerciantes de abastecimento e indivíduos da pequena burguesia e do setor militar.

O projeto político moderado tinha base nos postulados de autores políticos clássicos, promovendo reformas político-institucionais para reduzir os poderes do imperador, conferir maiores prerrogativas à câmara dos deputados e autonomia ao judiciário, e garantindo a observância dos direitos de cidadania previstos na constituição.

Em relação aos exaltados, Basile colocou:

"... adeptos de racional liberalismo de feições jacobinistas, matizadas pelo modelo de governo americano, estavam os exaltados, que, inspirados sobretudo em clássicos com ideias democráticas; pleiteavam profundas reformas políticas e sociais, como a instauração de uma república federativa, a extensão da cidadania política e civil a todos os segmentos livres da sociedade, de reforma agrária".⁹³

Dada a supremacia moderada na câmara, a atuação política exaltada ficaria restrita a outros espaços informais da arena público, e não ao seio das instituições políticas formais.

Basile chamou atenção para o fato de que a própria Lei de Regência, sancionada em 14 de junho de 1831 acabou invertendo a relação de forças, dando maior poder aos deputados, justamente pela decorrência do executivo esvaziado de seu maior elemento. Apesar das diferenças de opinião entre os grupos quanto à forma de governo, nas discussões em torno do Ato Adicional, uma parcela dos moderados aderiu ao projeto, alegando a inutilidade de se resistir à tendência federalista da opinião pública, sobretudo vinda das províncias do Norte. Para o autor, foi tornando-se

⁹³ Idem, p 61.

imprescindível para os moderados que se colocassem como condutores das reformas, pois estes tinham medo que elas fossem feitas nas ruas.

O objetivo de Basile, ao analisar o contexto regencial como um todo, foi o de evidenciar todas as transformações na política e na atividade associativa ao longo do período. As sociedades políticas expressavam uma nova força pública da prática política, típica da nova cultura política liberal. O acirramento dos conflitos, das discussões impressas e das manifestações públicas demonstram sua importância como período de gestação política, aprendizado e “laboratório”. Aproximamos-nos de seu trabalho nestas questões. O autor chamou atenção para os rituais cívicos regenciais e para sua função de educação política, além de elementos de reafirmação da ordem e da legitimidade para os moderados, como grupo que estava em posição dirigente. Concordamos quando Basile chama atenção para a importância da afirmação dos valores nacionais e do esforço de construção de identidade que seriam posteriormente reforçados no Segundo Reinado.

Discordamos de Basile em sua concepção de que os projetos políticos localizados em tal cultura política híbrida continham em si reformas liberais que ajudavam a remover resíduos absolutistas do Estado Imperial. Compreendemos que aqueles projetos diziam respeito às demandas daquele contexto e que tais reformas se mostravam como soluções possíveis nos impasses entre as forças conflitivas naquele momento. Apesar de representarem uma etapa no processo de transformação política num contexto maior do liberalismo, acreditamos que os elementos antigos presentes no hibridismo político eram reafirmados e reatualizados a partir da própria prática e linguagem política.

Na obra de Marcello Basile, os exaltados aparecem como maiores representantes desse esforço de modernidade e de abandono dos “resquícios do absolutismo”⁹⁴. As críticas do grupo se direcionavam aos principais sustentáculos, não só políticos mas sociais, do absolutismo. Acabar com as marcas distintivas e privilégios da nobreza por serem exclusivos e opressores estariam na base de reformas sociais que teriam sido pensadas nas páginas da *Nova Luz Brasileira*. Um plano de reforma agrária, o Fateozim Nacional, e uma preocupação positiva em relação à população escrava, que incluía a visão da “barbaridade” da instituição, e também a visão tradicional paternalista e preconceituosa em relação à cultura dos negros escravos. Apontava as vantagens do trabalho livre através de crítica ao preconceito aristocrático em relação ao trabalho manual⁹⁵.

Seguindo a avaliação de Marco Morel, Basile destacou a politização das ruas causada pela intensa divulgação impressa de questões e debates políticos. Através de uma nova cultura política liberal, traduzida na linguagem do constitucionalismo, esta politização revitalizou e multiplicou os

⁹⁴ Ibidem, p. 61.

⁹⁵ BASILE, Marcello Otávio. “Ezequiel Corrêa dos Santos...” Op cit. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

espaços de sociabilidade política. Lançando mão da ideia de opinião pública desenvolvida por Keith Michael Baker, Basile sublinhou a ascensão desta como instância inexorável de poder.⁹⁶

Com estes autores que abordaram os partidos e o período regencial que procuramos dialogar. Pautaram-se algumas ideias fundamentais para o desenvolvimento do trabalho aqui proposto. Uma visão das primeiras décadas do Império que considere a complexidade e abrangência das questões políticas que eram colocadas no espaço público deve aliar-se à consideração das transformações no vocabulário e na própria prática política – híbrida naquele contexto.

As discussões sobre a nação, a liberdade e seus atributos, vívidas, como vimos, desde o Primeiro Reinado, continuaram fazendo parte espaço público na época regencial, acirradas pelo próprio tom daqueles anos.

Um olhar mais demorado sobre a composição dos exaltados através da pequena imprensa deve considerar a relação entre o cotidiano da prática política, as ondas de agitação conjunturais e o processo maior de transformações do século XIX. Antes, faz-se necessária uma discussão sobre como a historiografia abordou especificamente os exaltados e seus jornais mais representativos.

⁹⁶ BASILE, Marcello Otávio. “Linguagens, pedagogia política e cidadania: Rio de Janeiro, cerca de 1830”. In RIBEIRO, Gladys Sabina. *Brasileiros e cidadãos: modernidade política 1822-1930*. São Paulo: Alameda, 2008.

Capítulo 2

Os Exaltados na Imprensa

Assim como a Regência em plano mais geral, o grupo político exaltado tem sido abordado a partir de pontos distintos. Mesmo através da pena de pensadores do século XIX, os anos sem Imperador foram lembrados e analisados através da excepcionalidade que marcaram suas manifestações e discussões políticas. A “experiência republicana” foi admirada ou repreendida, ao sabor do ponto de enunciação de cada um dos estudiosos e políticos que se dedicaram à análise.

O período serviu de memória e exemplo para figuras que fariam suas carreiras políticas no Segundo Reinado, e foi invocado para salientar as vantagens, ou os descaminhos do liberalismo. O Regresso e a estabilidade política conseguida no Segundo Reinado acabaram por firmar uma visão sobre aqueles anos que os pintariam como anárquicos ou caóticos – visão esta que ainda chega aos dias de hoje através das leituras de uma historiografia mais clássica.

História Pátria – O Brasil de 1831 a 1840, de Moreira de Azevedo, publicado em 1870 e até hoje lido como um dos principais relatos do oitocentos brasileiro, salientou o papel dos Exaltados como responsáveis pelo estado alarmante de desordem que se instalou na Corte após o 7 de abril. Mesmo pacífica, a Revolução que culminara com a Abdicação do Trono teria acabado por

excitar as paixões e dividir os vitoriosos dos movimentos entre Moderados e Exaltados. Os primeiros, confortáveis no poder e na maioria da câmara, nas palavras de Azevedo, “porfiava por sustentar a monarquia [sic], cercada de instituições republicanas”.⁹⁷ Em oposição, os Exaltados teriam como interesse a aceleração do carro da revolução, demandando mudanças imediatas, “sem consultar-se a aptidão do povo”.⁹⁸

Azevedo ratificou a posição exaltada não apenas em oposição à maioria moderada, mas ao próprio povo – pacífico em suas demandas – e a todos os elementos que sustentassem a ordem e a organização social. Opostos ao partido moderado amigo da lei e, portanto, do progresso da civilização, aos exaltados foram confirmados os rótulos de violentos e sanguinários, inimigos da segurança individual e dirigidos fundamentalmente pelas paixões violentas. O partido:

“Hasteou o estandarte da soberania popular, da resistência ao poder. Devotado à república, desejou estabelecer nova organização política e clamou pela liberdade, mas não pela ordem. Sem aceitar o termo da revolução julgou ser preciso solapar e destruir tudo para reorganizar nova ordem de coisas. Não admitia revolução sem sangue e nem concórdia e moderação com os vencidos.”⁹⁹

O autor destacou a imprensa como o lugar de atuação dos Exaltados, e sua importância no nascimento da desordem provocada pelas aspirações exaltadas. Ela seria fundamental no passo de ação exaltada, baseado no intuito de acelerar o ritmo das mudanças, empurrando a Revolução de Abril até os limites da anarquia. Tendo se tornado inconveniente desde o final do Primeiro Reinado, durante a Regência a imprensa se mostraria tomada pela indisciplina, e nela as armas tomariam o lugar das leis. Após o 7 de Abril, os jornais teriam se tornado pasquins, e ao invés de agirem como instrumentos de educação do povo, a indisciplina que a marcara serviu para perverter o povo naquela época.

Azevedo salientou, ainda, que a desorganização latente da corporação militar a fez sensível às vozes dissidentes que ecoavam através da imprensa: especificamente as vozes exaltadas. A trama exaltada de ação contra o governo passaria necessariamente pela sedução e corrupção das Formas Armadas, resultando nos conflitos de Julho de 1831 e corroendo a confiança nos soldados. Para o autor, a maior manifestação da reprovação aqueles atos teria sido a disposição dos bons cidadãos e oficiais de pegar em armas e defender a pátria contra os excessos por que trabalhavam os

⁹⁷ AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. *O Brasil de 1831 a 1840*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1884. p. 15.

⁹⁸ Idem.

⁹⁹ Ibidem, p. 16.

exaltados, cooperando pelo restabelecimento da ordem. As discussões impressas a respeito das comoções de Julho teriam ressaltado ainda mais o traço malicioso da imprensa exaltada em suas denúncias contra a ação do governo, atraindo aqueles à disposição dos ódios políticos.

Ao lançar seu olhar sobre o Período Regencial, Moreira de Azevedo acabou por trazer os exaltados para o centro das motivações para as desordens que marcaram o período. Fortalecido após a Revolução de 7 de Abril, aquele grupo teria se utilizado da imprensa para divulgar e denegrir a luta liberal em demandas republicanas ou anárquicas. O autor desenvolve a narrativa de um período da história nacional sem perder de vista as implicações políticas do seu próprio momento, procurando distanciar seu lugar de enunciação dos distúrbios radicais que identifica no grupo exaltado que aponta como responsável pelos diversos focos de dissonâncias naquele período.

É importante notar que, apesar de não ser sua primeira preocupação a revelação e a análise de provas documentais, o relato de Azevedo serve de fonte para a compreensão mais geral da construção da narrativa histórica da Regência, e sublinha o papel do grupo exaltado na memória política sobre o período: visto como responsáveis por distúrbios que iam, na verdade, muito além dos insultos impressos e que eram em si muito mais complexos do que a caracterização sobrevivente na narrativa história do século XIX.

Sales Torres Homem, reconhecidamente um representante dos pensamentos liberais e defensor da Regência, que fazia seu nome entre os mais ilustres políticos do Segundo Reinado, publicou em 1849 o panfleto *O Libelo do Povo*, em que apresenta uma análise distinta daquela apresentada no relato de Moreira de Azevedo, sem dúvida pintada nas aspirações políticas pelas quais Torres Homem seria conhecido posteriormente.

Ao escrever no final da década de 1840, Torres Homem destaca o momento do Regresso como retorno ao poder dos representantes de um passado de amargas lembranças, de reação ao espírito liberal do Brasil – que teria sido gestado durante a Independência e ficado explícito durante os anos da Regência. Destarte, ao descrever a Regência em seu panfleto, o político destacou o lugar do espírito democrático durante aqueles anos, e o momento de compreensão do sistema representativo. Seu primeiro parágrafo na descrição do paralelo entre a política imperial e a da Regência ressalta seu destaque:

"Se perguntardes aos Narcisos e aos Tigerlinos, que tais foram os primeiros anos da administração do interregno, eles vos responderão que foram o que podia ser o resultado da invasão da barbaridade plebeia no santuário da realeza. Na verdade, todas as coisas grandes e respeitáveis, com que os governos *paternais* divertem e

felicitam seus queridos filhos, como sejam as genuflexões, os beijamãos, os lutos oficiais, a etiqueta, as librés recamadas de ouro, as promoções pela carnificina do povo, as graças pelos aniversários natalícios, pelas viagens, pelos jantares, tudo havia desaparecido. Era o regime da canalha, na sua expressão a mais prosaica.”¹⁰⁰

No panfleto de Torres Homem, as revoltas regenciais são descritas como desencadeamento das paixões, dos instintos grosseiros da escória da população, e como resultado da luta da barbaridade contra os princípios regulares. Em seu objetivo de exaltar a Regência no contexto posterior ao Regresso, o jornalista trata de ecoar as benfeitorias do Governo moderado e calar as vozes políticas dissidentes no período. A reação da política “democrática” regencial teria sido a reação popular e generosa de apressar-se em apagar os derradeiros vestígios, promovendo a moderação o arrefecimento das paixões e a conciliação dos ânimos. Em contrapartida, a reação imperial aristocrática, antes e depois da Regência, era a de esmagar as revoltas, soltando as fúrias da reação e da vingança.

Sua visão da Regência a destaca como momento de restauração da ordem, sem dilacerações tirânicas associadas com o Trono e que teria sido resultado de uma administração patriótica. Nas palavras de Torres Homem, nas revoltas regenciais: “a massa da nação reunia-se pressurosa em torno do poder, não para apoiar as cores rivais de uma contra outra facção, mas para defender-se a si mesma.”¹⁰¹

Enquanto Moreira de Azevedo procurou elucidar em seu relato os descaminhos pelos quais o Partido Exaltado teria influenciado a desordem regencial, *O Libelo do Povo* desenvolve o paralelo entre o governo regencial e o governo imperial no sentido de vangloriar as atitudes do primeiro, traçando uma clara linha entre a experiência liberal da Regência e o Partido Liberal do qual Torres Homem era um dos mais ilustres políticos. Assim, a oposição exaltada tão destacada em outros relatos e análises foi dissolvida e apagada no panfleto que tentava amarrar argumentos de elogio à consistência e ao valor da administração liberal – da qual a Regência teria sido o melhor exemplo.

Justiniano José da Rocha, um dos principais nomes da política que se consolidaria após o Regresso, no panfleto *Ação; Reação; Transação*, organizou sua avaliação sobre o desenvolvimento do espírito político nacional, e deixou claro o ponto de onde partiu. Para ele, o momento em que escrevia, no começo da década de 1850, representaria o momento de transação – aquele em que o equilíbrio entre partes antes conflitantes resultaria na vitória da civilização –, o momento em que o

¹⁰⁰ HOMEM, Francisco Salles Torres. “O Libelo do Povo”. In JÚNIOR, Raimundo Magalhães. Três panfletários do segundo reinado. Academia Brasileira de Letras, 2009. p 77.

¹⁰¹ Idem, p 83.

princípio democrático e o princípio monárquico se coadunariam possibilitando a unidade brasileira. De sua independência até 1851, o Brasil teria vivido o momento da disputa entre os dois princípios. À transação – momento do qual o jornalista escreveu – deveu-se a unidade brasileira, conciliação que não teria sido simples resultado de alinhamento de interesses, mas sim um movimento necessário da história.

José da Rocha colocou o 7 de Abril de 1831 como o momento de honra do qual a nação teria saído mais ilustrada, e que dois sentimentos dominavam o povo que estava no campo: a aversão contra portugueses e ardente aspiração à república, sob o véu da federação, que substituíu o pensamento liberal desde 1822.

A ordem teria sido preservada pela existência de um inimigo comum na figura do príncipe, do qual a subsequente queda teria oferecido combustível às paixões vitoriosas do movimento. Os dois sentimentos teriam se alimentado, e a Regência teria sido encarada como um período de preparação para o governo republicano – o governo do príncipe genuinamente brasileiro. A força de governo criada, então, a reboque do movimento de Abril teria nascido da necessidade de impedir os perigos da anarquia.

No período entre 1831 e 1836 – de triunfo da ação do espírito democrático – alguns elementos aparecem como essenciais para a compreensão da análise de José da Rocha sobre o período: o florescimento da opinião na imprensa, para além da esfera da Câmara dos Deputados, as associações políticas e a descentralização política resultante da vitória do espírito democrático. É importante notar que, em sua análise, o jornalista não difere, em essência, exaltados e moderados na raiz desta ânsia democrática, e ela carrega o sentido de necessidade histórica dentro da lógica formada para explicar o momento de transação política a partir do qual o panfleto foi escrito.

“Estava senhora do governo a democracia; a Câmara dos Deputados formava como o seu grande conselho diretor: regência, ministério, tudo era ela; o Senado, conhecendo a sua importância sobre a opinião popular, única força naqueles dias, registrava-se à posição secundária que as circunstâncias lhe haviam dado; vivia obscuro, para salvar a sua vida ameaçada.

Fora do parlamento, a opinião inflamava-se em todos os devaneios de uma imprensa em que o talento do político e até a habilidade do escritor eram substituídos pela fúria da paixão, pela violência do estilo e pelas ameaças da subversão; a federação, a deportação e a proscrição dos nascidos em Portugal eram constantemente reclamadas e, no meio dos fúnebres delírios, até se apresentou um monstro incompreensível com o título do grande Fateozim nacional, que devia

operar o milagre de enriquecer a todos os pobres pela divisão das propriedades.”¹⁰²

O governo democrático teria compreendido sua função de defensora da ordem pública, falhando na violência da ação necessária para sua manutenção. As revoltas que irrompiam em todo o território imperial se motivavam tanto da fraqueza da autoridade e da impaciência das próprias inspirações democráticas. Junto ao poder da Câmara dos Deputados e da inquietação resultante dos excessos da imprensa, as associações políticas teriam surgido como mais um fator de combustão democrática.

Ressalta-se que em *Ação; Reação; Transação*, diferentemente do que acontece no relato de Moreira de Azevedo sobre os anos regenciais, Justiniano José da Rocha delineou uma análise que remonta às raízes das inspirações políticas nacionais, indo além da simples narrativa e propondo uma visão crítica sobre o desenvolvimento político do Brasil independente. Nas páginas de seu panfleto, os grupos regenciais não aparecem como forças políticas absolutas e isoladas, e sim cumprem um papel no desenrolar do embate entre a autoridade e a liberdade, que o autor vê como o motor da história. O “republicanismo” e a “democracia” que analisa são os elementos que da própria essência da Regência e da experiência política representativa do período – não coincidindo com os rótulos atribuídos, essencialmente, aos exaltados no relato de Moreira de Azevedo. É importante notar, mais uma vez, o lugar de onde parte Justiniano José da Rocha – um dos principais jornalistas conservadores do período do Regresso e do Segundo Reinado – e o peso de seu próprio contexto em sua análise sobre a ação democrática na Regência.

Ilmar de Mattos, em *O Tempo Saquarema*, entendeu de forma distinta o movimento das forças políticas durante o Período Regencial e seu conagraçamento conservador em torno do Golpe da Maioridade e da hegemonia conservadora durante o Segundo Reinado. Apesar de distanciar-se de perspectiva teórica que percebeu os partidos deste momento como equivalentes, Mattos não deixou de apontar as semelhanças entre luzias e saquaremas, que remontavam ao processo colonial. Sua visão comum da política e da sociedade foram decorrência dos processos de construção do Estado Imperial a partir da colônia, e da constituição de sua classe senhorial. O sentimento aristocrático embasava sua postura política, e direcionava suas ações no sentido de manter distinções e hierarquias, tanto espaciais, como culturais, sociais e raciais.¹⁰³

A fundação do Império, e a passagem da colônia à nação independente estariam marcadas

¹⁰² ROCHA, Justiniano José da. *Ação; Reação; Transação*. In JÚNIOR, Raimundo Magalhães. Três panfletários do segundo reinado. Academia Brasileira de Letras, 2009. p 173.

¹⁰³ MATTOS, Ilmar Rohloff de. “Luzias e Saquaremas”. In *O Tempo saquarema*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

pelos traços de continuidade em relação à estrutura econômico-social. A conservação da ordem entre os mundos do governo, do trabalho, e da desordem fundamentaria a leitura que os setores intelectuais dominantes fariam das Luzes, e das conquistas da liberdade.

“As luzes da Razão revelaram a essência do absolutismo, levando a Vontade Geral a repudiar o despotismo e o clericalismo.

Os pés na América como resposta às rebeliões, sedições e insurreições; sublinhando a particularidade da sociedade imperial, ao apresentar os elementos constituintes, distintos e hierarquizados (...)”.¹⁰⁴

Para Ilmar de Mattos, portanto, a concepção de “Povo” que entendiam ia ao encontro da concepção excludente do princípio monárquico. Sendo o Brasil uma sociedade que tendia a desagregar-se, seu Estado e governo deveria garantir esta união.

Ao tratar propriamente do Período das Regências, o entende a partir do escrito de José Justiniano da Rocha em *Ação; Reação; Transação*, e o qualifica como o momento da Ação. Mattos destaca que, no momento da Abdicação de Dom Pedro I, liberdade, autoridade e revolução eram concomitantes nas disputas pelo poder. Mesmo a respeito dos exaltados, o autor sublinha que sua reivindicação por uma distribuição mais democrática do poder entre os cidadãos não fez deles republicanos. Sua república, ao modelo de Rousseau, não se confundiria com o modelo republicano de governo, e mesmo estes liberais mais radicais não abririam mão da distinção entre o Povo – como boa sociedade – e a plebe. A presença desta plebe desuniria os exaltados, pois a associação entre liberdade e igualdade facilitaria a confusão entre a liberdade que defendiam, e a desordem. Esta igualdade seria, primordialmente, política, e a garantia à plebe dos dispositivos institucionais e legais de expressão não queria dizer que reivindicassem qualquer papel diretivo à ela, ou qualquer inversão social.¹⁰⁵

Ainda segundo Ilmar de Mattos, em meados da metade da Regência, os liberais mais radicais acabariam por se unir aos mais conservadores:

“A Igualdade que se insinuava não apenas conduziu à defecção de antigos aliados, como ainda ameaçava a todos com uma desordem. Praticamente imobilizados desde a renúncia do primeiro regente uno, incapazes de conter as sucessivas rebeliões e insurreições que ocorriam fora dos limites da Casa, eles acabariam por aderir ao discurso da Ordem”.¹⁰⁶

¹⁰⁴ Idem, p. 127.

¹⁰⁵ Ibidem, p. 133 – 138.

¹⁰⁶ Ibidem, p. 141.

Uma historiografia mais recente sobre o grupo tem se dedicado extensivamente ao espaço dos exaltados na imprensa – já que este era reconhecidamente o maior plano de explanação de suas ideias. O período de maiores liberdades permitiu um espaço impresso inédito até então.

Sobre o grupo, Marcello Basile foi aquele que concentrou a maior investigação, pesquisa e dedicação. Sendo um dos maiores estudiosos deste grupo no Brasil atualmente, o historiador dedicou sua dissertação à análise dos maiores periódicos exaltados, procurando solidificar seu postulado em torno da identidade política do grupo.¹⁰⁷ Trabalhando com o conceito de elite intelectual e dedicando-se aos redatores dos jornais de maior destaque, circulação e expressão entre os anos de 1829 e 1834, Basile os qualificou como a “vanguarda jacobina” brasileira da época. Preocupou-se em mapear as ideias primordiais ao grupo exaltado nas páginas dos jornais que considerou como líderes do movimento exaltado na imprensa, e que teriam sido os responsáveis pela fomentação dos movimentos de rua que abalaram os anos regenciais. Nomes que se destacaram entre os redatores exaltados, como Cipriano Barata, Antonio Borges da Fonseca, Ezequiel Corrêa dos Santos seriam exemplo desse grupo intelectual, externo à elite política imperial.

“... a relativa homogeneidade ideológica da elite intelectual exaltada constituiu-se por meio de um processo de socialização efetuado, não nos níveis da formação universitária, da ocupação e da carreira política, como a elite política imperial, e sim nas lutas políticas e na vivência comum experimentadas nas diversas instâncias informais da esfera pública, como as sociedades secretas ou livres, e, sobretudo, a Imprensa e as ruas...”.¹⁰⁸

Basile destacou a importância do antagonismo entre os grupos na construção discursiva de sua identidade nas páginas impressas, apontando para o uso cambiável dos significados dos insultos e das alcunhas trocadas entre redatores de periódicos exaltados e moderados, e de que forma estas discussões sustentaram as identidades políticas nos anos em que se redefiniam os conflitos em torno do governo imperial.

Segundo Marcello Basile, as bases políticas, econômicas e sociais do pensamento político radical exaltado, podem ser divididas em três grandes áreas temáticas, apesar de constituírem campos sobrepostos. A crítica ao governo absoluto – identificado ao despotismo, sem respeito às leis e à representação política – contrapunha-se ao governo liberal no argumento político

¹⁰⁷ BASILE, Marcelo Otávio. Anarquistas, rusgientos e demagogos: os liberais exaltados e a formação da esfera pública na Corte imperial (1829-1834). Dissertação de Mestrado. UFRJ, 2000.

¹⁰⁸ Idem, p. 53.

desenvolvido nestes jornais, apoiando a apologia ao constitucionalismo e ocupando papel de destaque no desenvolvimento da retórica do grupo. Fica evidente no material analisado por Basile que argumentos semelhantes utilizados antes de 1831 pelos jornais liberais que levantavam paulatinamente suas vozes contra o governo de Dom Pedro, foram reatualizados após o 7 de Abril, sustentando o argumento exaltado contrário ao governo Moderado.

Ainda para Basile, o grupo exaltado apontava a saída revolucionária para a luta contra o Absolutismo, como demonstra em artigos e epígrafes de jornais anteriores e posteriores à Abdicação, sublinhando a legitimidade do 7 de Abril, e ecoando movimentos como as Revoltas de Julho de 1831 ou pequenos incidentes descritos nas partes de correspondências ou nos artigos publicados. As revoluções fariam parte da educação cívica dos cidadãos, corroborando a visão destes periodistas em sua função pedagógica na instrução da nação.

Mesmo concordando em relação à federação, os exaltados não apresentavam consenso no dizente à forma de governo a ser implementada. Basile afirma que, no geral, estes jornais apontariam para o governo democrático, e que a dupla acepção da palavra República – aplicada, ora com o sentido do direito clássico romano de coisa pública, ora como sentido estrito de um regime de governo – era utilizada propositalmente como estratégia para despistarem os termos da censura. Era mister destes jornais sublinhar a identidade americana brasileira, que se assentaria no sistema federativo, distanciando a nova nação da imagem do Velho Mundo e do passado português.

Não obstante, jornais importantes como a *Nova Luz Brasileira* e o *Repúblico* não deixaram de colocar a importância da implementação do sistema federativo como meio para a manutenção da unidade territorial, especialmente no que dizia respeito às províncias do Norte, impedindo que estas fizessem por si a revolução republicana, separando-se do Governo central. Para esta elite intelectual exaltada, segundo Basile, a unidade nacional seria alcançada através do sistema federativo, que possibilitaria uma maior igualdade entre as províncias. Em sua fase monarquista, o *Repúblico* esclareceu, ainda, querer a “federação monárquica”, na qual o governo central não impedisse as atribuições do Conselho Provincial.

Basile coloca, ainda, que, enquanto mesmo moderados passaram a apresentar inclinações em relação às reformas constitucionais, estes se referiam a reformas estritamente político-institucionais, de limitação do poder do Imperador, enquanto exaltados chamariam atenção para uma visão mais ampla da política, concentrando no Conselho de Estado como lócus da tirania do sistema absoluto, sendo mais perigoso do que o próprio monarca.

Basile destaca, ainda, a Guarda Nacional como única medida pleiteada pelos exaltados a ser concretizada. Jornais exaltados de grande expressão – assim como a pequena imprensa do grupo – concordavam com a importância daquele corpo como força contrário à concentração de poderes

nas mãos do Imperador e seus ministros, ao mesmo tempo representando uma força cidadã frente à desconfiança em relação ao Exército – permeado de elementos estrangeiros – e à Polícia. É importante notar que o mesmo argumento é utilizado em jornais moderados, e que são os pequenos acontecimentos dentro do corpo da Guarda Nacional que definirão os argumentos nos embates políticos travados nas páginas dos periódicos.

Torna-se importante sublinhar, mais uma vez, que as questões pertinentes ao período regencial foram ressignificadas discursivamente nas páginas dos periódicos políticos, de acordo com o tecer das identidades dos grupos que disputavam a legitimidade diante da opinião pública. Assim como a reivindicação sobre a identidade nacional apareceu tratada nos jornais de todas as colorações políticas, questões como as visões sobre o 7 de Abril e a criação e a manutenção da Guarda Nacional também foram torcidas e retorcidas de acordo com o lugar de onde partiam os redatores.

Vale lembrar, sobre a Guarda Nacional, o trabalho de Francisco Falcon, Antonio Rodrigues e Margarida Neves sobre a função daquele corpo dentro do projeto moderado, tanto ideologicamente, como pilar de manutenção da ordem nos anos regenciais. Atraindo os senhores de terras para o cumprimento da missão corporativa, o governo central incentivava a manutenção da ordem e da hierarquia social. A partir de sua própria organização e serviço, a Guarda difundiria a unidade da ordem, seguindo projeto de estado da classe senhorial. Através da “metáfora da propriedade”, os historiadores de *A Guarda Nacional...* esclareceram a correspondência entre cidadãos ativos e soldados da instituição, que deveriam ser aqueles proprietários com patrimônio próprio a defender, servindo de exemplo para a base da pirâmide social¹⁰⁹. Paralelamente, com o serviço recaindo sobre os proprietários menores, a hierarquia ficaria mantida dentro da própria corporação, e reafirmaria mais uma vez a organização social. É possível perceber que o funcionamento da Guarda tinha a função de confirmar a estruturação da sociedade, separando cidadãos ativos (proprietários) de passivos (não-proprietários), e entre aqueles, separando os níveis de importância e poder dentro da própria cidadania que se construía naquele momento.

Enquanto o recrutamento militar ou policial recairia sobre o mundo da desordem com o objetivo de enquadrá-lo, o alistamento na milícia cidadã trataria-se “de uma forma de conferir o título de cidadania cuja atribuição concretiza a pertinência do cidadão ao 'mundo do governo'. A hierarquia da corporação se encarregará de ordená-los.”¹¹⁰ Educando e ao mesmo tempo mobilizando os cidadãos, tinha caráter ritualístico próprio, e forjaria de uma unidade para o mundo do governo, opondo este aos vadios e elementos externos à cidadania imperial. Antônio Martins

Rodrigues, Francisco Falcon e Margarida Neves sublinharam, contudo, que a função educativa da

¹⁰⁹ FALCON, Francisco; RODRIGUES, Antonio; NEVES, Margarida de S. Op cit., pp. 44 – 47.

¹¹⁰ Idem, p. 84.

corporação ficou mais restrita à sua existência, enquanto seu agir – reduzido à auxiliar da força policial – era moldado por seu uso político: símbolo de um poder centralizador usado como força de amplificação da dominação no âmbito local.

Assim, mesmo tendo estado entre as medidas defendidas pelos exaltados, inicialmente, o uso da corporação como instrumento da manutenção da ordem foi prontamente rejeitado e criticado nas páginas exaltadas, que culpavam os moderados pela transformação da instituição como elemento de discórdia entre os grupos.

Marcello Basile prossegue em sua análise do projeto exaltado sob a luz de seu cunho social, afirmou que, apesar de nem todos os seus periódicos desenvolverem seu conceito de cidadania, todos acabavam por partilhar a crítica da sociedade imperial em sua desigualdade e divisão entre ricos e pobres, privilegiados e oprimidos – diferentemente dos moderados, para os quais a igualdade almejada seria apenas jurídica.

Por outro lado, mesmo que tais periódicos apresentassem artigos que sustentasse “postura profundamente anti-aristocrática”, “contrária à privilégios, comendas, títulos de nobreza e seus portadores”, nem todos sustentavam argumentos de cunho social, como aponta Basile. Mesmo sendo tentador enxergar o desejo revolucionário em algumas páginas, não se pode fechar os olhos para o fato de que em muitos artigos, a crítica a nobres e tiranos aparece intrínseca ao argumento retórico de construção da identidade política exaltada, e à exposição dos direitos jurídicos e ao texto da Constituição de 1824. Assim, quando alguns periódicos afirmam que entre os verdadeiros liberais, ou a Guarda Nacional, não são divididos em classes, seus argumentos soam não como revolucionários, mas sim como parte da compreensão política a partir de um novo conjunto de conceitos e significados.

Ainda sobre as propostas de cunho social deste grupo que definiu com “elite intelectual exaltada”, Basile destacou que alguns de seus jornais – especialmente a *Nova Luz Brasileira*, mas também *O Tribuno do Povo* e *O Repúblico* entre outros – introduziram questões como a reforma agrária, a educação das mulheres e a crítica aos maus tratos que sofriam os escravos.

O engajamento feminino era justificado no sentido de que seria obrigação de todos o interesse pela Constituição e pela Liberdade, enquanto membros da sociedade civil, contribuindo para a sustentação da dignidade da nação. Vale notar que, mesmo periódico voltado para o público feminino, como *A Mulher do Simplicio*, não dedicou-se ao debate extensivo de direito femininos como “minoria”, ou grupo social particular. O discurso da unidade nacional e da pedagogia da cidadania incluía os indivíduos no dever para com a liberdade e a constituição, sublinhando mais

uma vez o fundo jurídico do argumento da igualdade. Sobre este assunto, talvez um tanto quanto abrangente, Basile conclui:

“Daí que uma das formas essenciais de contribuição das mulheres a pátria seria o papel que deveriam desempenhar dentro do âmbito doméstico, na formação do cidadão, educando seus filhos de acordo com os princípios constitucionais e patrióticos, e incentivando seus maridos a lutarem pela mesma causa. Ainda assim, verifica-se, de todo modo, que caberia à mulher, não só a tarefa de participar pessoalmente das instâncias públicas de debate e ação, como, ainda, a função de politizar o espaço privado.”¹¹¹

Mesmo vendo como unívoca esta elite intelectual liberal exaltada, Basile aprofundou seus estudos sobre a figura de Ezequiel Corrêa dos Santos, redator da *Nova Luz Brasileira*, tomando-o como principal nome deste grupo na corte, e seu jornal, sua principal bandeira política. Afirma que Ezequiel não fazia parte do grupo exaltado que se aliou aos *Caramurus*, e parecendo concordar com a divisão exposta por Paulo Pereira de Castro, em que este situa Ezequiel entre os liberais agitadores. Composto por camadas médias urbanas, na visão de Basile, os exaltados jamais teriam representação substancial na Câmara, e por isso mesmo seu principal canal de ação seria a imprensa, o que reafirma a importância destas fontes para o entendimento deste grupo e de suas ideias políticas.

Seguindo a avaliação de Marco Morel, o autor destacou a politização das ruas causada pela intensa divulgação impressa de questões e debates políticos. Através de uma nova cultura política liberal, traduzida na linguagem do Constitucionalismo, esta politização revitalizaria e multiplicaria os espaços de sociabilidade política. Basile sublinha a ascensão desta como instância inexorável de poder. Assim, ao analisar as publicações de Ezequiel, e as doutrinas que este expunha, o autor enfatiza a linguagem simples e a retórica como estratégias para compreensão e persuasão da opinião pública, e ressalta o papel da oposição entre liberalismo e despotismo como chave no desenvolvimento das ideias exaltadas¹¹².

Também em consonância com Morel, Basile acentuou a soberania popular defendida por Ezequiel. Identificou a influência do pensamento de Rousseau sobre a vontade geral inalienável e indivisível na definição de poder soberano sustentada pelo redator. Seria

¹¹¹ BASILE, Marcelo Otávio. *Anarquistas, rusgientos e demagogos...* Op cit. p. 105.

¹¹² BASILE, Marcello Otávio. “Linguagens, pedagogia política e cidadania: Rio de Janeiro, cerca de 1830”. In RIBEIRO, Gladys Sabina. *Brasileiros e cidadãos: modernidade política 1822-1930*. São Paulo: Alameda, 2008.

“produzida pelos poderes de todos os Cidadãos; e esta entidade é [sic] que exprime a vida política da mesma Nação: por isso este Poder Soberano não se pode dividir, nem repartir, nem emprestar, nem dar, nem alienar por qualquer via (...). por isso a Soberania pertence à Nação inteira...”¹¹³.

O pensamento liberal exaltado inverteria em sua essência o sentido tradicional de “Povo”, e o significaria como a totalidade dos indivíduos da nação, e não apenas limitando-se boa sociedade. Marcello Basile acrescenta, ainda, a inversão feita por Ezequiel no sentido de “plebe”, a qual associa os aristocratas e ricos ociosos. Baseando-se na evolução conceitual identificada por Hobsbawm, o autor afirma que, para os exaltados, a nação não seria o país, mas primordialmente, seu povo¹¹⁴. A concepção de cidadania defendida pela *Nova Luz Brasileira* seria, então, uma das mais modernas naquele momento, incluindo pontos de cunho social, já discutidos anteriormente. A única coisa que a definiria seria a condição livre, e talentos e virtudes, no sentido da virtude cívica, e do amor à pátria, e não por posição econômica. O conceito de pátria incluiria em si tanto a ideia física de local de nascimento, quanto uma ideia moral, de obrigação em relação à ela, de conservar os direitos e participar da administração, sendo a entidade em que se convergiam os cidadãos.

“A concepção exaltada de cidadania, expressa no dicionário da *Nova Luz Brasileira*, perpassa, assim, as três vertentes clássicas da tradição democrática ocidental, cuja combinação é marca do liberalismo radical. Em primeiro lugar, está fortemente impregnada do humanismo cívico, enfatizando a preocupação com o bem coletivo, com o interesse público, valorizando, portanto, a virtude cívica e o envolvimento direto dos cidadãos no governo da sociedade. Igualmente está imbuída da visão comunitária, ressaltando o sentimento de pertencimento a uma comunidade (a nação), estimulando, assim, a identidade nacional. E incorpora também o conceito liberal de cidadania como titularidade de direitos, centrado na conquista das garantias individuais, em reação ao poder do Estado e às limitações legais e institucionais”¹¹⁵.

Marcello Basile se dedicou a entender este projeto de cidadania exaltada especialmente a partir dos pontos discutidos nas páginas da *Nova Luz Brasileira*, reafirmando que a ideia de nação

¹¹³ *Nova Luz Brasileira*, nº 58, 9 de julho de 1830, encontrado em BASILE, Marcello Otávio. “Linguagens, pedagogia política...”. Op cit, p. 215.

¹¹⁴ Hobsbawm, Eric J. *A Era das Revoluções (1789-1848)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

¹¹⁵ BASILE, Marcello Otávio. “Linguagens, pedagogia política...”. Op cit, p. 213 – 214.

também incluiria na pauta dos liberais exaltados a redução das desigualdades de cunho social. Pondo-se ao lado de pobres e oprimidos, a igualdade sustentada por eles se distanciaria da igualdade meramente jurídica sustentada pelos moderados, e tocava o plano social¹¹⁶. Suas principais críticas se direcionariam aos principais sustentáculos, não só políticos mas sociais, do absolutismo. Acabar com as marcas distintivas e privilégios da nobreza por serem exclusivos e opressores estariam na base de reformas sociais que teriam sido pensadas nas páginas da *Nova Luz Brasileira*. Um plano de reforma agrária, o Fateosim Nacional, e uma preocupação positiva em relação à população escrava, que incluía a visão da “barbaridade” da instituição, e também a visão tradicional paternalista e preconceituosa em relação à cultura dos negros escravos. Apontava as vantagens do trabalho livre através de crítica ao preconceito aristocrático em relação ao trabalho manual¹¹⁷. Segundo o plano apresentado naquelas páginas

“... cada indivíduo possuiria apenas as terras de que realmente necessitasse para a sua subsistência e que pudesse efetivamente cultivar. Também estabelecia que a reforma abarcaria, não só as terras públicas devolutas, e as que fossem adquiridas a partir de então, como igualmente aquelas propriedades particulares que tivessem sido apropriadas a partir de então”.¹¹⁸

Observando o argumento de Ezequiel Corrêa dos Santos, Basile notou que o *Plano do Grande Fateosim Nacional* não consistia apenas em um plano que visasse o aumento da produtividade e da rentabilidade, mas sim baseava-se em um conjunto de predicados de cunho social, e até político, visando a “transformação radical da estrutura de acesso, distribuição e propriedade da terra”. Pode ser observado, na base das motivações para o plano, a necessidade da reafirmação da crítica à aristocracia brasileira, e aos elementos “antigos” que constituíam a política nacional. A proposta de reforma relacionava-se, assim, também à construção do argumento contrário ao Absolutismo e à tirania, aparecendo como uma das facetas do papel pedagógico que aquele redator tomou para si em meados dos anos de 1830.

Basile apontou também que, sustentando este plano, a *Nova Luz Brasileira*, acentuava sua concepção alargada de cidadania, que trazia o trabalho em benefício da pátria como atributo do cidadão, desqualificando mais uma vez aqueles que viviam do ócio e da exploração do trabalho alheio – imagem mais uma vez atrelada ao Despotismo Absolutista, à uma visão do Velho Mundo e, de certa forma, pode-se dizer, ao passado português. Vale lembrar que, como já afirmara Basile, tal

¹¹⁶ BASILE, Marcello Otávio. *Ezequiel....* Op cit, especialmente capítulo 2.

¹¹⁷ Idem.

¹¹⁸ BASILE, Marcelo Otávio. *Anarquistas, rusgientos e demagogos...* Op cit. p. 107.

elite intelectual exaltada, flertava com o modelo “ideal” americano de igualdade política e social republicana.

Procurando entender o apoio a este plano em outros periódicos exaltados expressivos, Basile acaba demonstrando que a discussão não se aprofundou em outras páginas que não aquelas de Ezequiel Corrêa dos Santos, apontando para a fragilidade da coesão exaltada em torno desta questão. Mesmo que alguns proferissem apoio a ele pela confiança dedicada à figura de Ezequiel, é importante sublinhar que basear o ímpeto revolucionário social e vanguardista do pensamento exaltado baseado neste plano pode ser um passo maior do que as pernas. Parece inegável que a *Nova Luz Brasileira* entendeu a liberdade como mais importante que a propriedade, mas esta não era uma discussão aprofundada naqueles jornais, e passou longe de muitas das páginas exaltadas da pequena imprensa política da Corte nos primeiros anos regenciais.

A escravidão foi outra questão tratada pelo jornal de Ezequiel Corrêa dos Santos – apesar de Basile alargá-lo aos “exaltados”. O autor afirmou que mesmo que nem todos os jornais abordassem o assunto, os que fizeram mostraram-se contrários ao sistema por fundamentar o preconceito em relação ao trabalho manual, outro sustentáculo das velhas bases da organização social imperial. O argumento, no entanto, não se estende a uma luta pelo direito dos escravos, ou engaja linhas mais diretas pela causa da abolição. A *Nova Luz Brasileira* evocou o exemplo das nações civilizadas e sugeriu que as pessoas fossem mais úteis para si. A escravidão era questionada enquanto sinal de barbaridade e como pedra no caminho do progresso da liberdade do país. Basile colocou:

“Percebe-se, contudo, que a preocupação do jornal com a condição do escravo não ultrapassava as raias do humanitarismo e da filantropia de legado iluminista, não o livrando, portanto, de uma visão paternalista e de certos preconceitos em relação à cultura e ao modo de vida dos negros.”¹¹⁹

É interessante notar mais uma vez que, por mais que estes jornais analisados por Basile apresentem uma visão mais à esquerda da política do que aquele ocupado pelos moderados, seu entendimento do liberalismo passa pela experiência política e social enquanto cidadãos do Império brasileiro e, assim, inseridos naquela lógica, mesmo que argumentassem pela dissolução de algumas de suas bases.

A xenofobia foi outro traço marcante identificado por Basile no pensamento exaltado, o que identificou como decorrência do nacionalismo exacerbado, e por identificarem estrangeiros

¹¹⁹ Idem, p. 118.

como agentes das forças absolutistas – o que deve ser analisado, tendo em vista a presença de estrangeiros no exército e do esforço da construção discursiva da identidade do brasileiro como amigo da liberdade, em detrimento aos europeus tiranos.

“A situação era ainda mais grave quando se tratava de portugueses. O antilusitanismo foi um dos sentimentos mais arraigados na mentalidade coletiva dos brasileiros, sendo largamente explorado pelos liberais exaltados. Associados ao Absolutismo, à alta do custo de vida e à disputa no mercado de trabalho, os portugueses sofreram violenta perseguição...”¹²⁰

Basile aponta, ainda, que economicamente, os exaltados propunham e apoiavam medidas que desenvolvessem a indústria nacional, não só com o apoio do governo, mas que partissem da fomentação do consumo de produtos nacionais, visando a nacionalização e o autogerenciamento da economia brasileira. De novo, o que sustenta o argumento de Basile são trechos da *Nova Luz Brasileira*, e as palavras de Ezequiel Corrêa dos Santos. O periódico sustentava a crítica aos impostos abusivos, para que o primeiro interesse fosse a vantagem comum pública e não o luxo de poucos. Mesmo nas páginas deste jornal, não encontra-se um plano detalhado de reforma neste nível, sendo estas críticas vozes a fazerem coro às críticas mais gerais ao governo de Dom Pedro I – e depois ao governo moderado – quanto à sua tirania e má direção nacional.

Marcello Basile reafirmou a imagem dos exaltados como republicanos. A *Nova Luz Brasileira* defendia a federação como melhor modelo de administração para a República, mesmo que está fosse, por vezes, carregada com a ideia de “federação monárquica”. Para o autor, essas denominações serviam de disfarce para a censura durante o Primeiro Reinado. A ideia de federação estaria extensivamente associada à de república, e os exaltados não seriam, de jeito algum, monarquistas¹²¹.

A posição hesitante dos moderados diante do princípio federativo resultou na sua mudança de postura em relação à ela só após a Abdicação. Sua resposta favorável às reformas constitucionais de caráter descentralizador eram, então, apenas por seu “caráter nacional”. Após a Abdicação, a questão tornaria-se obrigatória para sustentar o interesse recíproco e a união nacional diante da ameaça de fragmentação imperial.

¹²⁰ Ibidem, p. 26.

¹²¹ BASILLE, Marcello Otávio. “Unitários e federalistas: a “questão federal” na imprensa da Corte (1830-1834)”. In LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. *Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia (1822 – 1889)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008. Ver especialmente nota 6, na página 85.

Mesmo acreditando não estar o Brasil preparado para a república, os exaltados acreditavam estar desempenhando seu papel missionário pedagógico para que a ilustração se desenvolvesse nos patriotas. Para Basile, o federalismo – mas não sem falar em república – tornou-se o principal debate propagado pela imprensa exaltada, através da qual ganharia as ruas, “transbordando para os diversos movimentos de protesto ocorridos às vésperas e depois da Abdicação”¹²².

Basile sustenta que estas ideias divulgadas na *Nova Luz Brasileira* por Ezequiel Corrêa dos Santos resumem adequadamente o projeto político e social dos liberais exaltados, encerrando suas bandeiras que tomariam as ruas através do alcance de seu poder de mobilização. Sem prestar atenção aos diversos outros jornais que surgiram na Corte nos primeiros anos da Regência, dos quais muitos denominavam-se exaltados, apesar de produzir rica análise deste periódico e da trajetória de Ezequiel, o autor não dá conta das diversas outras definições e concepções existentes na imprensa nos anos após a extinção da *Nova Luz Brasileira*, e que complexificaram – e muito – as ideias sobre este grupo, e a tentativa de compreensão de seu projeto.

Silvia Carla Pereira de Brito Fonseca, em sua tese de doutorado, procurou discutir a ideia de república presentes, especialmente, nas páginas de jornais liberais exaltados. Parte de sua pesquisa dedicou-se ao Período Regencial. A autora afirmou que seus redatores lançavam mão de diversos recursos para definir a República, e “empregavam expedientes retóricos que visavam, além da persuasão dos leitores, evitar perseguições e processos judiciais, servindo-se da polissemia dos conceitos”¹²³. Destacou, ainda, a importância da etimologia para a compreensão das diversas acepções dos termos presentes nas páginas exaltadas.

Ao longo de sua exposição, Silvia Carla Fonseca pontuou elementos importantes do argumento republicano, como a desqualificação dos rituais monárquicos, e a requalificação desta forma de governo, descaracterizando-a, permitindo assim a defesa de certos elementos sem a obrigatoriedade do uso do termo “república”. Ela foi dissociada da hereditariedade, da vitaliciedade, e seria compreendida apenas como o governo exercido por um indivíduo. Utilizando a ideia de Koselleck, a autora afirmou que a ideia de república presente naquelas páginas trazia uma perspectiva de tempo linear, e apontaria para o futuro. A república que descreviam afastaria-se não apenas do passado, mas também da Europa, trazendo consigo uma imagem da América como esta terra em direção ao futuro. Assim, ainda durante os anos regenciais,

¹²² Idem, p. 89.

¹²³ FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. A ideia de República no Império do Brasil: Rio de Janeiro e Pernambuco (1824-1834). Tese de Doutorado. UFRJ, 2004.

“a linguagem republicana revela diferentes percepções temporais que, por sua vez, remetem a duas práticas discursivas; por um lado, o claro sentimento de negação e ruptura com o passado, tendo em vista a colonização portuguesa; por outro, a idealização do futuro com base na ressignificação dos conceitos políticos, o que consistiria a tarefa do presente”.¹²⁴

A autora sublinhou a importância de se considerar a coexistência de imaginários políticos distintos imbricando-se no uso do novo vocabulário político. A autora chama atenção para a polissemia de termos como “liberdade” – coadunando o sentido novo de liberdade enquanto igualdade jurídica, e traços da primeira acepção, referente ao direito de restabelecimento dos privilégios dos antigos corpos –, “nação” – contendo em si a noção homogênea moderna, mas também o conjunto de reinos heterogêneos reunidos historicamente –, e “constituição” – concebendo tanto o novo texto resultante de um pacto fundamentado na razão, como o registro de recuperação das leis fundamentais do reino, baseadas na tradição.

O traço discursivo da linguagem republicana no período regencial continha estreita relação com a construção argumentativa da ruptura em relação ao passado português a partir de 1822, reatualizado após a Abdicação de Dom Pedro I – o Imperador português. Como já afirmado aqui, e colocado por Silvia Carla Fonseca, o discurso é elaborado de modo a deslocar as críticas antes direcionadas às Cortes para o novo Estado Imperial, minando paulatinamente a “nação portuguesa”, abrindo espaço para o desenvolvimento argumentativo em torno da nação brasileira – essencialmente americana.

A autora sublinhou, ainda, o caráter essencial do 7 de Abril como marco de ruptura com o passado, servindo claramente de ponto inicial do novo tempo nacional nesta linguagem liberal radical. Como notaremos mais detalhadamente no capítulo seguinte, carro da revolução e sua direção tornaria-se elemento primordial da construção das identidades políticas dos grupos que permeavam o espaço público regencial.

Discorrendo sobre o ensino da retórica no final do século XVIII e início do século XIX, a autora relembra a importância de se compreendê-la enquanto recurso linguístico de transmissão de cultura, e na construção dos espirais de argumentos que definiam os conceitos e as identidades na imprensa do Período Regencial. A noção confusa se tornaria, então, fundamental para o manejo dos termos e o alcance das ideias divulgadas nas páginas impressas.

¹²⁴ Idem, p. 41.

Gladys Sabina Ribeiro atentou para um outro lado da imprensa que se denominava exaltada no período inicial da Regência, e procurou entendê-la não como bandeira que seria apropriada pelas ruas, mas de modo inverso. Segundo a autora, a liderança exaltada não teria deflagrado os conflitos e motins, mas sim “se aproveitaram deles para firmar posições de forma pedagógica, como exigiam os preceitos da ilustração, do qual eram tributários”¹²⁵. Partindo de uma abordagem thompsoniana da experiência da liberdade como compreensões distintas das ideias liberais circulantes¹²⁶, a autora percebe os movimentos regenciais em seus movimentos e atores próprios, e não como resultado da apropriação de idéias de outrem. Sublinha, ainda, que partiu dos próprios moderados a iniciativa de atribuir a seus opositores – tanto a exaltados, quanto a caramurus –, a manipulação da população, e a incitação da discórdia através do clamor à participação popular¹²⁷. A autora propõe, acima de tudo, que se entenda a participação destas camadas pobres e de cor a partir de suas próprias demandas, e a partir de compreensões daquelas idéias de liberdade que faziam através das questões de suas próprias vidas e experiências. E, mesmo que muitos dos jornais da época tenham se esforçado para transformar aqueles motins em “luta pacífica pela Pátria”, e em proteção à Constituição, os historiadores não devem cair no discurso dos próprios periódicos, sem entendê-lo em seu contexto.

Pretendendo uma visão da política regencial que fugisse da divisão clichê entre os liberais, a autora desvia seu foco para as diversas dimensões da experiência de cidadania e liberdade, e para a dificuldade de se fazer isso quando se insiste em etiquetar as tendências da época¹²⁸. Os jornais exaltados, assim como os demais, discutiam idéias que pelo menos desde a Independência já estavam sendo gestadas nas ruas da Corte. O antilusitanismo presente nas páginas exaltadas era construção política, usado como elemento de coesão entre os exaltados e as camadas mais pobres, sendo francamente utilizado como traço distintivo em relação aos moderados. A autora reafirma então o movimento de construir-se enquanto exaltados, associando sua imagem à defesa das demandas populares, mas sem, na realidade, serem capazes de representarem sua heterogeneidade¹²⁹.

Os pontos que sustentariam uma pretensa identidade exaltada teriam sido as críticas ao governo de Dom Pedro I, a defesa das reformas constitucionais, sobre as quais não haveria

¹²⁵ RIBEIRO, Gladys Sabina. “A radicalidade dos exaltados em questão: jornais e panfletos no período de 1831 a 1834”. In RIBEIRO, Gladys Sabina; FERREIRA, Tânia Maria Bessone Tavares da Cruz (orgs.). *Linguagens e práticas da cidadania no século XIX*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 83.

¹²⁶ RIBEIRO, Gladys Sabina. “Causa Nacional e cidadania: A participação popular e a autonomia na Imprensa Carioca do início dos anos de 1830”. In NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; e FERREIRA, Tania Maria Bessone da Cruz. *História e Imprensa: Representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DPA, 2006.

¹²⁷ Idem.

¹²⁸ RIBEIRO, Gladys Sabina. “A radicalidade dos exaltados em questão...”. Op cit.

¹²⁹ Idem.

propriamente um consenso, nem entre moderados, ou entre exaltados. Os grupos foram desempenhando suas releituras da liberdade, e assim os exaltados foram tecendo suas próprias identidades, em torno daquele aprendizado e experiência de liberdade, através dos debates impressos, das discussões sobre seus conceitos políticos e também através de suas interpretações sobre os movimentos da rua.

Admitindo a influência do pensamento de Rousseau entre alguns periódicos exaltados, Ribeiro a compreendeu através do sentido de soberania que se desenvolveu nestas páginas. A soberania, como exercício da vontade geral, limitaria a ação do governo à ação pelo bem comum, e ao contrato social. A reprodução do pensamento de Rousseau sobre a república não excluiria a existência de um imperador, e sim dizia respeito a um corpo político que garantiria a liberdade civil e moral¹³⁰.

Debruçando-se sobre *O Republico*, jornal muito importante, escrito por Antônio Borges da Fonseca, Ribeiro sublinha que este autor se eximia das acusações de republicano afirmando ser partidário da Monarquia Constitucional e da educação do povo, para que este não caísse na democracia¹³¹. Carolina Paes Barreto, sobre este mesmo periodista, afirmou que ele fazia parte de uma sociabilidade política que privilegiava o federalismo e a autonomia diante da tendência centralizadora do Rio de Janeiro, mas que acreditava ser a Monarquia Constitucional o modelo de governo que mais se adequava a realidade brasileira¹³².

Desta forma, é importante ressaltar uma compreensão do período regencial que não desconsidera a existência de concepções distintas da política, mas que prioriza a compreensão das disputas em torno de ideias caras à época, como Nação, Cidadania, Povo, sem a necessidade de uma esquematização dos partidos políticos que encaixote os debates em classificações a priori.

“Compreender o que era o pacto social ou o contrato social, bem como o que era a soberania da nação e a soberania do povo, não eram tarefas fáceis. Aquela foi uma época em que esses conceitos foram interpretados a partir de diferentes matrizes e formulados em consonância com formas variáveis de compreensão do que era o Direito e os direitos, e isso se fazia de acordo com as releituras e readaptação dos

¹³⁰ RIBEIRO, Gladys Sabina. “Nação e cidadania em alguns jornais da época da Abdicação: uma análise dos periódicos *O Republico* e *O Tribuno do Povo*”. In LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. *Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia (1822 – 1889)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

¹³¹ Idem.

¹³² SILVA, Carolina Paes Barreto da. *A trajetória d’O Republico no fim do Primeiro Reinado e na Regência: os discursos impressos de Antônio Borges da Fonseca sobre a política imperial (1830-1837)*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2010.

teóricos às experiências vividas pelos indivíduos, grupos ou identidades políticas”¹³³.

Partindo de pressupostos distintos, os autores aqui comentados chegam, da mesma forma, a conclusões distintas sobre o grupo exaltado.

É importante notar que Marcelo Basile e Silvia Carla utilizaram amplamente como fontes os jornais mais importantes, e de maior duração daquele grupo. Seus autores bem conhecidos, seus jornais desmentidos nas páginas moderadas e uma maior notoriedade fez destes jornais importantes representantes exaltados, e divulgadores desta identidade.

Não se pode ignorar, contudo, o fato de que pequenas folhas, de breve circulação e motivações pontuais, também tiveram sua importância na movimentação no espaço público pulsante daqueles anos. Alimentando-se da identidade presentes naqueles jornais, mas acrescentando seus próprios artigos, estes pequenos jornais podem ajudar a compreender melhor o grupo e o contexto daqueles anos iniciais da Regência.

¹³³ RIBEIRO, Gladys Sabina. “A radicalidade dos exaltados em questão...”. Op cit, p. 80.

Capítulo 3

Os Exaltados:

Identidade na Pequena imprensa

Após um breve mapeamento das discussões políticas e das disputas entre concepções conceituais caras ao momento regencial, aprofundaremos algumas discussões que encontraram lugar nos periódicos exaltados do primeiro momento da Regência. Vamos compreendê-los como produtores e produtos do processo histórico maior de construção e experiência da cidadania, nos distanciando-nos de um viés historiográfico que tendeu a compreendê-la primordialmente a partir dos movimentos de cooptação do próprio Estado brasileiro¹³⁴.

As discussões impressas sobre cidadania e nação não são compreendidas aqui como simples retóricas políticas. Aqueles periodistas políticos consideravam-se imbuídos de uma missão civilizadora. As batalhas discursivas travadas diziam respeito à coloração política que defendiam naquele contexto regencial. Também traziam em si a compreensão da nação brasileira que pretendiam delinear, e a imagem do corpo de cidadãos que julgavam desigual. A imprensa e o ambiente essencialmente político alimentavam-se mutuamente. As acusações e debates que publicavam conferiam significados políticos aos acontecimentos do dia-a-dia da Corte.

Keith Michael Baker, tratando do nascimento da opinião pública nos derradeiros anos da monarquia absolutista francesa, trouxe à luz alguns aspectos a serem considerados no entendimento do contexto das discussões políticas regenciais. Preocupado não só com o surgimento da opinião pública como nova fonte de legitimidade, Baker dedicou-se a entender como seu conceito foi desenvolvido, interpretado e até manipulado por homens de governo e por filósofos das Luzes,

¹³⁴ CARAVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil - o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

percebendo-o em seu próprio contexto de nascimento¹³⁵.

Nesta discussão sobre o surgimento da opinião pública como nova instância de poder, Baker procurou distanciar-se da postura de Habermas que entendeu o surgimento de seu conceito como o meio pelo qual a burguesia procurou limitar e transformar o poder absolutista. Ao longo de seu texto, fica claro que o autor entende o desenvolvimento do conceito de opinião pública como resultado direto do contexto de crise, tendo sido utilizado tanto por seus adversários quanto pela própria Coroa, que teria “conspirado involuntariamente com sua própria oposição ao favorecer a transferência da autoridade suprema da pessoa pública do monarca à pessoa soberana do público”¹³⁶.

Para além dos fenômenos sociológicos relacionados ao desenvolvimento desta esfera pública, tais como as mudanças nos níveis de alfabetização, a expansão comercial da imprensa, e a transformação de uma ordem particularista em uma comunidade nacional integrada, Baker entendeu a opinião pública como uma construção política em que atuaram os diversos atores daquele período, consolidando-a como entidade conceitual e entrando em disputa pela legitimidade pública. Mais do que uma função sociológica específica, a opinião pública devia, então, ser entendida como uma construção política no contexto de crise, fruto das discussões pelo seu uso, controle e legitimidade.

O desenvolvimento de uma política maciça de contestação, a partir de meados de 1750, enfraqueceu a monarquia francesa de forma cada vez mais latente. A circulação de protestos impressos suscitou a explosão de debates e a mobilizações que levaram ao colapso aquela forma de governo. A política tradicionalmente limitada ao círculo particular dos atores, com privilégios para fazer parte dela, passou a ser discutida para além dos muros do palácio real. A política monárquica, essencialmente particular, foi gradualmente transferindo-se para o contorno público, processo percebido pela Coroa, e utilizado na tentativa de apoio para seus próprios objetivos.

A circulação cada vez mais abrangente de panfletos e brochuras políticas apresentou-se como outro elemento desestabilizador e desagregador, despertando o interesse político do público, e dando dimensão jamais vista aos debates parlamentares e aos seus conflitos.

Percebida como maior produto desta circulação, a ascensão da nova entidade de legitimidade pública assustava e maravilhava homens do governo e escritores políticos. A definição de opinião pública pensada por Rousseau, que a limitava à “expressão dos valores morais e sociais”, utilizada como “critério de julgamento do caráter” e inclinada a resistir a mudanças e a preservar os

¹³⁵ BAKER, Keith Michael. “Politique Et Opinion Publique sous l’Ancien Régime”. In *Annales ESC*. Paris, v.1, n. 42, jan-fev 1987. p. 41-71.

¹³⁶ Idem. p 45. Tradução própria.

costumes¹³⁷ não parecia mais dar conta da nova forma da qual o conceito se revestia. Sua conotação, então, aproximava-se do desenvolvimento do espírito das Luzes, e tinha ressonância política. Tomava a forma do progresso da Razão, e de consequência direta da ação dos jornalistas. Desencadeada por estes, a “nova” opinião pública tomou o sentido de voz política, e não era conservadora dos costumes tradicionais:

“Depois de apenas trinta anos, ela fez uma grande e importante revolução nas idéias. A opinião pública hoje na Europa é uma força preponderante, a qual não se resiste: assim, conforme o progresso das luzes e as mudanças que elas ocasionaram, se pode esperar que elas trarão ao mundo o maior bem, e que os tiranos de todas as espécies estremeirão diante deste clamor universal que ressoa e se prolonga por toda a Europa, a despertando”.¹³⁸

Keith Michael Baker procurou, então, sistematizar os principais pontos que conduziram ao novo conceito de opinião pública naquele período. Utilizando tanto as definições do ministro Jacques Necker, como as da *Encyclopédie Méthodique*, de Jacques Peuchet, o autor desenvolve alguns pontos que dão coesão à ideia da entidade pública que ascendeu na última metade do século XVIII francês. A opinião pública seria a expressão da sociedade por ela mesma, última corte de apelação aos assuntos que diziam respeito a toda a nação. Sendo um tribunal de autoridade universal, mesmo os príncipes estariam convencidos de que a deveriam respeitar. Sua objetividade e universalidade vieram justamente da Razão, por ser uma produção do Espírito das Luzes específica do século XVIII. Diferenciando a opinião pública francesa da situação anárquica inglesa, as definições procuraram acentuar o seu caráter pacífico e racional, que para Necker era fruto da tranquilidade característica daquele século, e para Peuchet, a causa de tal estabilidade.

Baker sublinhou, ainda, o sentido que o conceito tomou no contexto de crise interna e de tentativa de afastamento do modelo anárquico inglês. A opinião pública foi, então, situada entre os exageros da república e os do despotismo. Assim como as ideias de Montesquieu, apresentou-se como o meio entre os dois perigosos extremos, sendo a “sociabilidade política de uma nação nem escravizada, nem totalmente livre”¹³⁹. Representou, na França, a entidade a se levantar contra os abusos de autoridade, diferindo-se da obediência servil dos povos escravos, mas mantendo a paz e a harmonia que a multiplicidade de opiniões populares da república não seria capaz de manter.

Desta forma, o autor apontou acertadamente para o espaço intermediário que ocupou o conceito de opinião pública naquele período, nascendo da lacuna existente entre a república e o

¹³⁷ Baker retira essa definição do primeiro Discurso de Rousseau, de 1750.

¹³⁸ Citação que Baker faz de Louis-Sébastien Mercier, retirada de MERCIER, *Tablaeu de Paris*, vol 4, p 289.

¹³⁹ BAKER, Keith Michael. *Op cit.* p. 63.

despotismo, destacada até mesmo pelo pensamento de Montesquieu. O conceito foi delineado como um consenso racional, salvo do servilismo despótico e do abuso das paixões políticas faccionárias, representadas pela Inglaterra.

De forma algo parecida, Marco Morel pensou o desenvolvimento da imprensa no final da colonização portuguesa e início do Império brasileiro. O debate na década de 1820 sobre a volta da família real à Portugal, e a discussão de ideias divergentes sobre os destinos do Império pareciam profundamente incompatíveis com o exercício de poder de Dom João VI¹⁴⁰. O autor apontou que o tom das publicações deu lugar aos insultos no estilo panfletário, agregando-se a argumentos científicos que acreditamos aproximar este momento vivido no Brasil daquele descrito por Baker. A publicação das discussões impressas e o seu debate em um âmbito público acompanhou a tentativa, por parte dos redatores brasileiros, de consolidar aquele processo como evolução de um pensamento racional, fruto das Luzes, e ainda como sua missão pedagógica enquanto homens de letras.

Com a abdicação de Dom Pedro I, Morel vê uma tomada da imprensa pelas ruas, momento em que a balança que equilibrava a autoridade monárquica e a autoridade pública pendeu para consolidar a opinião pública como instância principal de soberania. Foi, então, neste primeiro período da Regência, de 1831 a 1834, que o autor identificou a existência da preocupação por parte dos redatores em construir a imagem de um público leitor que se aproximasse da elite intelectual e dirigente do Império, voltando-se para o diálogo – ou o conflito – com os grupos

Apesar de perceber diferentes concepções de opinião pública entre os periódicos políticos regenciais, Morel aponta que essa projeção da esfera pública no debate político não tomou qualquer tom revolucionário. Especialmente em um contexto pós-revolucionário – principal diferença para o momento analisado por Baker –, em que a experiência francesa desta vez era o maior exemplo, a maior preocupação do discurso destes periodistas passava pela condução da opinião pública no sentido da harmonia e da Razão. O tom pedagógico dos escritos marcava a missão civilizadora que estes redatores acreditavam ter em um momento em que discutiam ativamente as questões imperiais:

“Lo que se colocaba en la perspectiva de estos hombres de letras era sobre todo la creencia de que estarían involucrados en una misión pedagógica, ilustradora, civilizadora. Deseaban contribuir a incorporar en la sociedad a estas capas que, con la educación y la cultura, de clases peligrosas o amenazadoras, podrían transformarse en elementos útiles e integrados al trabajo y a

¹⁴⁰ MOREL, Marco. “La Genesis de La opinión pública moderna y el proceso de independência (Rio de Janeiro, 1820 - 1840)” In GUERRA, François-Xavier. *Los espacios publicos en Iberoamerica. Ambigüedades y problemas*. México: FCE, 1998.

um determinado grado de ciudadanía.”¹⁴¹

Mesmo creditando um caráter demasiado agregador a alguns periodistas, o trabalho de Marco Morel auxilia a perceber o desenvolvimento da imprensa como parte fundamental do processo de ascensão do conceito de opinião pública e de sua percepção enquanto interlocutor legítimo por estes jornais. Mais que isso, a perceber as disputas entre os partidos regenciais também como disputas pelo controle e pelo papel de “legisladores” legítimos daquele público.

Colocar-se diante do tribunal da opinião pública era julgar e ser julgado. Muitas destas pequenas publicações surgiam e sumiam seguindo pequenos acontecimentos pontuais, diluindo a identidade exaltada em questões mais variadas e cotidianas do que teóricas. Os jornais exaltados abordados aqui movimentam-se dentro deste espaço público, elaboram acusações e uma retórica política própria pela qual procuravam desenhar uma identidade.

Seria displicência encarar esses jornais como meras falas no espelho, ou veículos de circulação tão limitada que sua análise seria inválida – mesmo nos casos em que o número de edições torna a denominação “periódico” incômoda. Retomando as discussões sobre a construção da opinião pública imperial, e a circulação oral das ideias impressas, ressaltamos que estas palavras encontraram eco no público, e muitas vezes são elas mesmas invadidas pela rua. A discussão de ideias sobre cidadania, povo e nação feita pelos redatores não está dissociada do aprendizado prático da cidadania por eles e pelo chamado povo miúdo, assim como pelos mais altos escalões da política regencial.

A pequena imprensa exaltada não se preocupou, particularmente, em pontuar projetos políticos detalhados, ou fazer propostas minuciosas para os problemas que atacavam. Ao levar-se em consideração a explosão que a imprensa da corte sofreu nos primeiros anos da Regência – e que chegaria a um pico de publicações em 1833¹⁴² – percebe-se que a importância dela na tecitura das identidades políticas daquele período. Os acontecimentos cotidianos contribuíram para que não só os exaltados, mas também os outros grupos, delineassem e reafirmassem suas identidades políticas, aguçando seus argumentos retóricos.

A leitura mais pormenorizada de alguns periódicos de pequeno porte que circularam na corte depois do 7 de abril relembra que a Abdicação de Dom Pedro I e, especialmente, o simbolismo elaborado em torno da “Revolução do 7 Abril” muito contribuíram para que se delimitasse e reafirmasse a identidade política exaltada até o ano do Ato Adicional. Presente no imaginário político daqueles homens pelas décadas seguintes, aquele movimento tornou-se pedra

¹⁴¹ Op cit. p.318.

¹⁴² MOREL, Marco. “A transformação dos espaços públicos...” Op cit. São Paulo: Editora HUCITEC, 2005.

angular da identidade e da retórica dos grupos – não apenas dos exaltados, ao longo de todo o período Regencial. Neste caso, contudo, por terem sido alijados das posições de poder logo após o estabelecimento da Regência, a sua marca representou uma espécie de ponto idílico na configuração das identidades.

A Cégarréga, publicada entre 15 de dezembro de 1832 e 27 de julho de 1833, é clara em seus argumentos. Logo no editorial do primeiro número apresenta a ideologia patriótica. Enfatiza ser este o objetivo de seus redatores: ser um veículo de patriotismo. O próprio jornal se define como exaltado e dialoga diretamente com o período pós-abdicação, e os caminhos políticos traçados após a “revolução de 7 de Abril”.

Foi um jornal de crítica à administração moderada, e como muitos outros exaltados, traça constantemente paralelos entre o governo de Dom Pedro I e ela, culpando-a pelo que deu errado após o 7 de Abril. Em relação à alianças políticas, este jornal não é dos exaltados que rechaça totalmente a aliança com os “bons Caramurus”, e sim a defende como caminho para o bem geral. Inclusive apresenta como motivo para os descaminhos da revolução, a excessiva divisão e desarmonia entre os partidos, ideia que também aparece em outros títulos exaltados. Este jornal utiliza frases de Rousseau quando argumenta que o Brasil estava enfrentando elementos que estagnavam o processo revolucionário.

Em seu primeiro número, seu redator anônimo explicou as motivações para a criação da folha. Para ele, apenas através das reformas constitucionais seria possível devolver a soberania ao povo, de quem teria sido tirada com a dissolução da Assembleia Constituinte e os desmandos do Imperador depois de 1824. Pretendeu esclarecer a seus leitores a respeito das reformas, o redator colocou:

“Nós conhecemos, que os que não querem as Reformas, à pretexto de perigosas, e extemporaneas, e outras cousas, que chamão em apoio de seus argumentos, são pela mór parte indivíduos, que tem com Ellas de perder algumas pitanças; e pitanças, que reverterão em beneficio das massas da população...”¹⁴³

O jornal *O Exaltado*, publicado de 4 de agosto de 1831 a 15 de abril de 1835, diferencia-se dos outros tratados aqui pela sua extensa duração - 56 números ao decorrer de quase 4 anos. O espaço ocupado pelo *Exaltado* fica evidente nas discussões travadas com grandes jornais da situação, como os periódicos *Aurora Fluminense* de Evaristo da Veiga, e o *Sete de Abril*, de

¹⁴³ *A Cégarréga*, nº 1, 15/12/1832.

Bernardo Pereira de Vasconcelos, assim como pelas simpatias declaradas ao principal nome da imprensa exaltada, como a Nova Luz Brasileira de Ezequiel Corrêa dos Santos - periódico de destaque na imprensa regencial

Em seu artigo de apresentação procurou pontuar os motivos que fizeram seu redator, Padre Marcelino Ribeiro Duarte, se tornar escritor público. Com o primeiro número datado de 4 de agosto de 1831, a criação do jornal teria sido motivada diretamente pelas discussões em torno da Representação que povo e tropa enviaram ao governo após as movimentações revoltosas de julho daquele ano, e Padre Marcelino Duarte colocou o medo de que o espírito de partido tomasse conta do país, e afirmava que seu intento era fornecer um centro comum aos brasileiros.

“Na crize actual, em que a Náo do Estado se vê agitada pela força de impetuosos tufões de partidos encontrados, julguei indispensavel o apparecimento desta folha; em cuja redacção, como sou guiado pelo mais véhemente amor da Patria, não receio cahir na indignação de algum Partido. Elles são de Brasileiros; e os Brasileiros só pugnão pelo – bem – ser de sua Patria”.¹⁴⁴

O redator, então, prosseguiu, fazendo uma resenha de cada um dos partidos que dividia a opinião pública no Rio de Janeiro, e de suas opiniões políticas. Descreveu o projeto dos exaltados como "Governo Monarchico representativo, vitalicio, e unitario", formado por aqueles que lutaram nos dias 6 e 7 de Abril, e que se colocavam não só contra o tirano Dom Pedro I, mas contra a tirania. Ao descrever os moderados, fez questão de sublinhar suas suspeitas ligações com o governo, por sua “moderação” em relação a seus crimes. O terceiro partido – os republicanos – teria o mesmo sentimento que os exaltados, mas, cegos pelo amor à pátria, esqueceria os inconvenientes da monarquia eletiva e temporária que objetivavam.

Apesar de esses três serem descritos pelo autor como os três partidos divergentes, ele ainda falou de um quarto partido, os federados, formado por frações dos três outros partidos. O artigo prossegue:

“Os Republicanos vão de encontro ora a estes, ora áquelles: a Astréa falla: a Nova Luz prega: o Tribuno grita: o Independente ralha: a Aurora intriga, cada hum no tom, que lhe insinua a communhão á que pertence. Reina a intriga, continua o Despotismo, tudo são paixões particulares; odios antigos; vinganças repassadas...”¹⁴⁵

¹⁴⁴ *O Exaltado*, nº 1. 4/08/1831.

¹⁴⁵ *Idem*.

Da mesma forma que a “Revolução do 7 de abril”, os acontecimentos de julho daquele ano reafirmaram a distância entre os grupos e aparecia como argumento constante nas páginas dos primeiros números de *O Exaltado*. Abrindo seu terceiro número, o jornal trouxe um artigo contundente sobre as diferenças entre os moderados traidores e os bravos que apareceram nos dias 6 e 7 de abril, que eram os mesmos envolvidos nos movimentos de 15 de julho.

“Temos assaz demonstrado em o nosso 2.º N.º, como a assignatura na representação de 15 de Julho, a qual tão grande efervescencia excitou nos animos dos Hipocritas moderados, foi obra da virtude Patriotica dos nobres Exaltados, que amigos verdadeiros da Patria; capazes de arrastar tudo, de tudo sacrificar ao bem ser da Mai commum...”¹⁴⁶

No artigo seguinte do mesmo número, o redator denunciou a perseguição do Ministro da Justiça Diogo Antônio Feijó aos patriotas exaltados depois daqueles acontecimentos, e o acusa de não estar preparado para aquele momento da história:

“... lembra a Sua Exc. o Sr. Ministro da Justiça; e aconselha, que peça a sua demissão, que deixe o Leme emquanto a Náo do Estado não vai de encontro aos caxopos da Desesperação. O Sr. Ministro não tem nem a sabedoria, nem a prudencia necessaria ao homem de Estado para dirigir a sorte da Nação em tempos de revoluções”.¹⁴⁷

Em setembro de 1831, o cerco ao Teatro de São Pedro durante uma reunião dos exaltados, incentivou uma radicalização ainda maior no discurso e nas críticas ao governo por parte dos jornais. Não só *O Exaltado* proferiu severas palavras contra o governo e os envolvidos no acontecimento, como alguns jornais começaram a circular exatamente depois do acontecido, no dia 28 de Setembro de 1831. *O Filho da Terra*, que teve seu primeiro número lançado no dia 7 de outubro, e fez em seu primeiro artigo um longo apanhado sobre o acontecimento e as ações do governo moderado. Nele, o redator admitia que aquele acontecimento o tinha feito escolher de vez um dos lados da disputa entre exaltados e moderados. Como ele colocou, aquele acontecimento tinha enchido de rancor os patriotas.

¹⁴⁶ *O Exaltado*, nº 3. 27/08/1831.

¹⁴⁷ *Idem*.

“nós (confessamos) havemos balançado entre os chamados Exaltados e a Moderação, todavia, passados os ultimos desastres de 28 de Setembro deste anno, não hesitamos um instante: sem duvida, quem não se enche de um nobre rancor contra esses freneticos Jacobinos, esses falços Moderados, cobardes, que nada fizeram para o dia 7 de Abril? (...) não ha duvida tramasse a contra-revolução do dia 7 d'Abril...”¹⁴⁸

O redator de *O Filho da Terra* acusava, ainda, os Moderados de terem se unido aos “taberneiros nascidos em Portugal” com o intuito de culpá-los pelo acontecido. Nota-se que a todo o tempo os acontecimentos do período vão ressignificando e reatualizando as disputas políticas que continham em si os discursos, os vocabulários e o aprendizado político que diziam respeito àquelas ondas descritas por Gladys Ribeiro e Vantuil Pereira. Ao mesmo tempo carregam a marca de seu próprio contexto, e das disputas mais imediatas a respeito dos acontecimentos cotidianos que reafirmavam a diferença entre os grupos e que estavam presentes de forma intensa nas páginas destes periódicos. O antilusitanismo era mais uma vez transformado politicamente. Agora os Moderados eram aqueles que ganhavam contornos de inimigos da pátria nas páginas exaltadas:

“... quem traz sempre-viva he insultado, e ameaçado pelos Europeos Moderados; em quanto o Batalhão dos Officiaes denominados Soldados da Patria (que irrizão!) se conserva sem ter entrado na Lei de Fixação da Força, sendo composto de patentões, que nunca ninguem acreditou gostasse desta terra de bananas...”¹⁴⁹

O *Exaltado* não se omitiu em relação ao incidente, que esteve nas páginas de seu periódico frequentemente a partir de então, servindo como mote para as já características críticas aos moderados, e à sua suposta aliança com os portugueses. O objetivo dos Moderados seria acabar com os patriotas que teriam lutado em 6 e 7 de Abril, o que se alinha ao já demonstrado pelo *Filho da Terra*¹⁵⁰.

Alijados do governo após a Abdicação, os exaltados contavam com o espaço da imprensa – que gozavam com uma liberdade jamais experimentada no império – para expôr seus projetos e reafirmarem sua identidade como oposição ao governo moderado, o qual constantemente relacionavam aos portugueses e ao governo de Dom Pedro I.

“... e dizei se no tempo dos despotas Reis, e Generaes, se durante o tempo do

¹⁴⁸ *O Filho da Terra*, nº 1, 7/10/1831.

¹⁴⁹ Idem.

¹⁵⁰ *O Exaltado*, nº 9, 8/10/1831.

absoluto Rei D. João 6º, se no do Tirano Pedro do [sic] Bourbon, os diferentes Despotas estrangeiros mandarão tão a sangue frio atirar, como a tigres, sobre Brasileiros inermes, como no Theatro...”¹⁵¹

Dentre os diversos âmbitos discutidos fervorosamente pelos impressos políticos no período da Regência trina, a perspectiva racial da cidadania foi um dos que mais se destacou. Além de estar presente em artigos de importantes jornais exaltados, como *O Exaltado*, ou *A Nova Luz Brasileira*, foi também inspiração de não poucos títulos. *O Mulato ou O Homem de Cor*, *O Filho da Terra*, *O Carioca*, *O Brasileiro Pardo*, *O Cabrito*, são apenas alguns dos títulos que privilegiaram a dimensão racial da cidadania em suas páginas. A construção da imagem da nação, e do corpo político dos cidadãos não foram discussões perdidas de vista por estes periódicos. Ilustrando a discussão sobre essa imagem, privilegiaremos agora trechos apenas de *O Mulato ou O Homem de Côr*, publicado na corte entre 14 de setembro e 4 de novembro de 1833, e *O Carioca*, periódico não-exaltado fluminense editado entre 17 de agosto de 1833 e 21 de janeiro de 1834. Os dois já foram analisados por alguns autores, cujas ideias serão de extremo valor para a ideia central aqui desenvolvida.

A leitura destes periódicos demonstra que, ainda nos anos de 1830, a reafirmação do inimigo português era recurso vívido nas acusações políticas entre os grupos. A identificação dos exaltados com a imagem do verdadeiro brasileiro amigo da liberdade revela a construção cotidiana do “outro”, naquele contexto reforçado pela Abdicação de Dom Pedro I, o Imperador “português”.

No espaço entre as imagens destes dois estrangeiros, o africano e o português, foi construída a imagem do brasileiro. Nem absolutista e retrógrado quanto o Velho Mundo português, nem bárbaro e incivilizado quanto os africanos. Assim como se construiria a imagem do brasileiro amigo da liberdade, o espaço entre os dois extremos contribuiu para a ascensão simbólica do mulato como signo da nacionalidade:

“... ninguém os excede em amor ao lugar em que nascerão, ninguém lhes he superior em afferro à liberdade, os homens de cor não querem despotismo nem de Pedro, nem de moderados, querem so a liberdade, e a igualdade, querem a sua patria livre das arpias, que não contentes com os melhores lugares da Nação os querem escravizar enredando-os, e tornando-os, odiosos para reduzi-los a triste condição dos da America do Norte, se elles excitados por tanta

¹⁵¹ *O Exaltado*, nº 10, 29/10/1831.

impunidade saírem á campo a reivindicarem os seus direitos”¹⁵².

Christiane Laidler sublinhou o papel integrador do discurso nacionalista hegemônico do pós-Independência até meados da década de 1830. Um novo tratamento da questão racial exaltaria a figura do mestiço como símbolo da identidade brasileira. Ao igualar a exaltação do homem nacional ao mestiço, este discurso propôs a integração e a valorização deste elemento, implicando na “construção de um ideal de povo cidadão multiracial em oposição ao domínio estrangeiro”¹⁵³. A autora destaca que o discurso nacionalista funcionou de forma a reafirmar a distinção entre livres e escravos, mas também entre mestiços e negros, estes totalmente associados à escravidão e à degradação do trabalho, enquanto aqueles eram acolhidos no discurso da construção da nacionalidade.

Analisando o caso da apropriação da imagem de antepassados indígenas para a construção da história e da memória nacional, Maria Regina Celestino de Almeida prestou principal atenção na distância entre o discurso e a realidade das ações indigenistas no Império brasileiro¹⁵⁴. Enquanto a construção de uma história nacional conferia homogeneidade à nação através dos antepassados indígenas, ela acontecia à revelia dos índios contemporâneos aquele discurso, sufocando seus direitos comunitários. Da mesma forma, entendemos a inclusão do elemento mestiço na construção discursiva sobre a nacionalidade no período aqui entendido. Não podemos, portanto, concordar com Laidler quando esta afirma ter sido este um período de “luta necessária para romper as barreiras vigorosas do preconceito racial”¹⁵⁵. Acreditamos ter sido este discurso nacionalista integrador, um emplastro homogeneizante ao Brasil independente. O que não impediria que fosse usado pelos próprios elementos de cor como argumento pelo reconhecimento de sua própria cidadania, como veremos mais adiante.

A ideia desenvolvida por Laidler sobre a ambigüidade da identidade mulata pode, contudo, nos fornecer importantes instrumentos de observação. Enfatizando a inferioridade pela qual eram marcados os mulatos no Império brasileiro, a autora afirmou que estes formavam um setor social específico, inferior na hierarquia dos homens livres. Mesmo naturalizando excessivamente a relação entre cor e condição, a análise de Laidler ressaltou as hierarquizações e as diferenciações sociais que distanciaram mulatos e brancos, e mulatos livres e escravos, não sendo nem a cor, nem a

¹⁵² *O Carioca*, nº 3, 30/08/1833.

¹⁵³ SOUZA, Christiane Laidler de. *Mentalidade escravista e abolicionismo entre os letrados da Corte (1808 – 1850)*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: UFF, 1993. p 93.

¹⁵⁴ ALMEIDA, Maria Celestino de. "Comunidades indígenas e Estado nacional: histórias, memórias e Identidades em construção (Rio de Janeiro e México – séculos XVIII e XIX)". In: M. Abreu, R. Soihet e R. Gontijo. *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

¹⁵⁵ SOUZA, Christiane Laidler de. *Op cit*, p 91.

liberdade aspectos de coesão absoluta entre os grupos¹⁵⁶. Mesmo assim, as discussões que circundaram a formação do novo Império e que enfatizaram a cidadania reafirmariam com ainda mais força a distância entre livres – agora cidadãos –, e escravos.

Ivana Stolze Lima caracterizou o início do período regencial como momento de disputa pelas identidades, acirradas pelos embates políticos sobre liberalismo e cidadania. Tanto a própria identidade brasileira, quanto as identidades referidas às cores dos cidadãos carregavam em si as disputas políticas daquele momento a respeito da cidadania¹⁵⁷. Ser mulato era mais do que ser mestiço biologicamente, apresentar-se como tal na imprensa periódica tinha, antes de tudo, sentido político. Para a autora, a publicação de um jornal naquele contexto tinha o caráter de um batismo político, e uma “imprensa mulata” estenderia as discussões a respeito da cidadania. Teatralizando a política através de encenações, diálogos e violência, ampliava-se a plateia e o próprio jogo político, perspectiva fundamental para se entender a imprensa periódica regencial. Segundo a autora, a imprensa era

“... ela própria uma forma de representação do drama social, [...] funcionando como uma cena em que cada título constitui um ator-personagem, com suas falas, imprecações, notícias, denúncias, zombarias e convencimentos...”¹⁵⁸.

Desta forma, Ivana Lima distancia-se da visão que Christiane Laidler desenvolveu sobre o aparecimento destes periódicos mulatos na Corte. Enquanto Laidler os percebeu como espaço utilizado para luta contra discriminações raciais, resultado do discurso integrador nacionalista, Lima enfatizou as disputas políticas em torno dos termos raciais e seus significados políticos dentro das discussões sobre o cidadão do Império. Não negando o espaço de ação política¹⁵⁹ que a imprensa representou, entendeu que a mestiçagem foi revestida de uma polissemia.

Assim, a Ivana Lima afirmou ser preciso repensar a questão da cor nestes jornais, expandindo a observação para além de uma visão que privilegie apenas a integração discursiva, ou o preconceito racial. Ao mesmo tempo em que se abriam as brechas na discussão sobre a cidadania para o elemento mulato, definem-se também os contornos deste personagem. O mulato valorizado não seria qualquer um, mas sim aquele liberal, cristão, amigo da ordem, podendo ser

¹⁵⁶ Idem, especialmente capítulo 1.

¹⁵⁷ LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas. Sentidos de mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

¹⁵⁸ Idem, p. 37.

¹⁵⁹ Para entender identidade mulata, a autora a entende através da discussão feita por Max Weber na qual este autor entende a identidade étnica através da ação política desempenhada por determinado grupo em WEBER, Max. “Relações comunitárias étnicas”. In: *Economia e sociedade*. Brasília: UnB. 1994.

militar, ou mesmo desempenhar uma função pública, mas jamais aproximado ao elemento escravo¹⁶⁰. Em suma, a imagem erigida do cidadão mestiço por estes jornais era, sobretudo, uma imagem que encarnava as exigências do cidadão brasileiro desde à época da Independência, como afirmou Gladys Ribeiro. Estes aspectos estavam presentes nestes jornais. *O Carioca*, em 1833, dizia, por exemplo:

“... os homens de cor, esta classe respeitavel pelo seu nacionalismo, talento e virtudes não ha de cahir no engodo, o Carioca está disposto a encaminha-los, não lhes ha de acontecer, o que coube por sorte aos d'America Septentrional...”¹⁶¹.

Desta forma, ao historicizar a inserção destes periódicos na discussão política, Ivana Lima não tomou a luta racial como um postulado na sociedade brasileira, mas sim supôs, acertadamente, haver uma história dos termos de designação racial. A partir desta perspectiva, os mulatos não são aqui encarados como meras desinências de mestiçagem biológica, mas como termos com significados históricos que remetem diretamente aqueles debates políticos, pois “toda forma de denotar carrega um conjunto de objetivos, de interesses, de usos e finalidades, que obedece tanto a lógicas variáveis segundo o sujeito que profere o discurso (...) como ao próprio contexto histórico vivenciado”¹⁶².

Hebe Mattos chamou atenção para a historicidade não só dos termos raciais, como da própria justificativa racializada da escravidão¹⁶³. Construída no século XIX, a justifica racial para a escravização de elementos negros, foi concomitante à intensificação das discussões sobre a cidadania e a liberdade. Servindo aos interesses de manutenção das hierarquizações e distinções sociais, a conformação de uma cidadania excludente aos elementos de cor foi resultado inegável das teorias raciais nos Estados Unidos.

De forma um pouco distinta no Brasil, a autora afirma que as teorias raciais foram, antes de tudo, um problema. Racializar a justificativa para o cativo em um Império de mulatos seria afirmar o destino bárbaro do Império Ilustrado brasileiro, o que de forma nenhuma fariam as elites intelectuais e senhoriais. Enquanto o discurso sobre a cidadania apoiou-se diretamente na manutenção da escravidão, e na reafirmação da liberdade enquanto traço distintivo naquela sociedade, outras vias de exclusão foram utilizadas nas delimitações do corpo de cidadãos imperiais. Enquanto se complexificava a existência de numerosa população livre de cor, a

¹⁶⁰ LIMA, Ivana Stolze. Op cit.

¹⁶¹ *O Carioca*, n° 3, 30/081833.

¹⁶² LIMA, Ivana Stolze. Op cit, p. 32.

¹⁶³ MATTOS. Hebe Maria. “Escravidão e cidadania...”. Op cit.; e “Racialização e cidadania no Império do Brasil...”. Op cit.

manutenção da exigência do nascimento ingênuo aos eleitores de terceiro nível na Constituição de 1824, ao lado das regras censitárias, continuaria por excluir da cidadania um grande contingente da população livre. Para Mattos, algumas práticas de Antigo Regime referentes à lógica da mancha de sangue eram resignificadas dentro do liberalismo constitucional imperial¹⁶⁴.

Desta forma, a ideia da autora corrobora nosso entendimento sobre periódicos políticos racializados neste período. Mesclando as novas discussões sobre o liberalismo às suas concepções de uma sociedade tradicional calcada nas distinções sociais, o que trazem à tona é um alargamento do debate sobre a cidadania, não como direito dos mestiços enquanto grupo racial, mas sim como inserção desta temática na discussão pública sobre o cidadão.

Mesmo nos primeiros anos da monarquia constitucional brasileira, as discussões sobre a cidadania expressaram as preocupações com a manutenção da ordem e da hierarquia social numa sociedade erigida sobre as estruturas escravocratas. Keila Grinberg, analisando as discussões na Assembléia Constituinte de 1823, antes de sua dissolução, percebeu a importância da definição de quem seriam os cidadãos brasileiros. Acompanhando a liberdade, apenas os direitos civis seriam de acesso a todos os cidadãos do Império – mesmo libertos –, enquanto os direitos políticos restringiriam-se aos proprietários. Assim, a discussão se dava tanto “por conta do ‘novo pacto social’ que então se gestava, quanto como forma de manutenção da tranquilidade pública”¹⁶⁵.

Como coloca Hebe Mattos, uma nova realidade deveria ser, então, expressa no novo império: pessoas livres de cor, distantes da experiência do cativo, visto que muitas nascidas livres, carregavam em si a marca da restrição de direitos. A autora sublinha, assim, a dificuldade prática de se efetivar o apagamento das distinções entre os cidadãos em uma sociedade escravista. Apesar de terem seus direitos civis reconhecidos pela Constituição outorgada em 1824, os cidadãos livres de cor sofriam sempre com a ambiguidade da identidade mulata referida por Christiane Laidler. Mesmo a sua condição de liberdade estava sempre na berlinda, podendo eles serem confundidos com cativos ou libertos, estando sujeitos a todo o tipo de arbitrariedade¹⁶⁶.

Desta forma, a igualdade de direitos pretendida pelos periódicos aqui enfocados dizia respeito, especialmente, à desracialização da cidadania, no sentido de garantir os direitos civis a todos cidadãos, logo livres, do Império. Quando o periódico *O Mulato ou O Homem de Côr* traz em sua epígrafe o pronunciamento do Presidente da Província de Pernambuco que defendia a existência de “classes heterogêneas” no Império, e fazia desta ideia o seu principal alvo de críticas, o que se

¹⁶⁴ Idem.

¹⁶⁵ GRINBERG, Keila. *O Fiador dos Brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 114. A autora discute melhor a qualidade dos cidadãos brasileiros no capítulo 3.

¹⁶⁶ MATTOS, Hebe Maria. “Racialização e cidadania...”. Op cit.

percebe é a luta pelo silenciamento em relação a cor da pele na definição da cidadania brasileira¹⁶⁷, e não a exaltação racial do mulato como merecedor de posição destacada. Ao lado do pronunciamento do Presidente de Pernambuco, *O Mulato ou O Homem de Côr* faz questão de exaltar o artigo da Constituição imperial que afirma que “todo o Cidadão pode ser admitido aos cargos publicos civis, Politicos, e Militares, sem outra differença que não seja a de seos talentos, e virtudes”¹⁶⁸, e afirma:

“Debalde dizemos nós, quer o Prezidente e seos asseclas não confundirem as classes, a differença entre nós está na razão da sciencia e da virtude entre a estupidez e o vicio: o titulo 2.º da Constituição marcando os Cidadãos Brasileiros não distinguio o roxo do amarello o vermelho do preto, mas o dictador Zeferino (...) ouzou em menos cabo da grande Lei cravar agudo punhal em os peitos brasileiros”¹⁶⁹.

A insistência para que a única distinção entre os cidadãos fosse a de talentos e virtudes inseria-se no esforço pelo apagamento das diferenciações de Antigo Regime, sustentadas de forma veemente pelas Ordenações que limitavam a ascensão de negros e mulatos. O argumento não corresponde a qualquer discurso igualitário revolucionário, mas sim traduz as exigências das ideias liberais em extinguir os estatutos que sustentavam o privilégio da nobreza em bases sanguíneas e religiosas. Os monopólios e hierarquias não eram, em si, apagados, mas tinham novos fundamentos na discussão sobre a cidadania¹⁷⁰. A igualdade reivindicada passaria pelo silenciamento em relação a cor do cidadão, visto que a posse de sua liberdade traria a homogeneidade prevista pela Constituição à cidadania brasileira. O distanciamento em relação à questão escravista, como coloca Mattos, não deve ser vista como contradição latente no discurso sobre a liberdade, mas sim à luz da importância do direito de propriedade, não só como bandeira do liberalismo, mas como sustentáculo da cidadania que se delineou no Império.

Marcelo Basile, dedicando-se ao grupo exaltado e a Ezequiel Corrêa dos Santos, “seu integrante exponencial”¹⁷¹, como já foi referido no capítulo 2, entendeu esta facção política através da combinação de princípios liberais clássicos e ideais democráticos. Distanciando-se das perspectivas até aqui discutidas, este autor entendeu como principal característica do grupo, o

¹⁶⁷ Hebe Mattos desenvolveu a ideia de silenciamento da cor como estratégia de inclusão por parte dos elementos de cor na sociedade imperial em diversas obras. Além das aqui já citadas, ver MAATOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista - Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

¹⁶⁸ Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824.

¹⁶⁹ *O Mulato ou O Homem de Côr*, nº 1, 14/09/1833.

¹⁷⁰ MATTOS, Hebe Maria. “Racialização e cidadania”. Op cit.; GRINBERG, Keila. Op cit.

¹⁷¹ BASILE, Marcello Otávio. *Ezequiel Corrêa dos Santos....* Op cit.

desejo por uma igualdade que ia além do plano jurídico, e preocupava-se também como o âmbito social, avançando sobre a sequência histórica da reivindicação de direitos exposta por T. H. Marshall¹⁷². O periódico exaltado de Ezequiel dos Santos defenderia, assim, que

“Todos os demais indivíduos livres, independentemente de quaisquer critérios de renda, instrução, sexo ou cor, constituiriam o povo e seriam, portanto, cidadãos, com plenos e iguais direitos civis e políticos”¹⁷³.

Contudo, mesmo apresentando esta visão tão alargada de cidadania, o argumento apresentado pela Nova Luz Brasileira para o silenciamento da cor entre os cidadãos do Império não parece ter tomado contornos de luta pela integração racial do mulato. Da mesma forma como descreveram as autoras aqui destacadas, o jacobino imperial descrevera o mulato, essencialmente, através de seu simbolismo político, delimitando quem seria o cidadão brasileiro, e abafando qualquer proximidade com a escravidão.

“os Pardos são fortes, são talentosos, são verdadeiros amigos da liberdade e da Pátria, são nisto melhor do que muitos brancos, são uma das principais forças e seguranças do Brasil”¹⁷⁴.

Assim, apesar de Basile esforçar-se em sublinhar o caráter vanguardista de Ezequiel Corrêa dos Santos através de seus escritos políticos na imprensa, cremos que sobre a questão da cor, o periodista fluminense moveu-se dentro de um espaço circunscrito dentro daquele contexto discursivo e de possibilidades políticas determinadas. Longe de apresentar sobre esta questão qualquer ímpeto de luta contra a discriminação racial, devemos entender suas palavras em uníssono às de tantos outros jornais que defenderam a desracialização da cidadania, e do preenchimento dos cargos públicos, assim como do oficialato militar. Como vimos acima, sua ideia de mulato – ou pardo – não distancia-se da identidade percebida por Ivana Lima como meio de ação política.

Basile reafirma, ainda, o momento de luta por parte dos próprios elementos de cor pela conquista de seus direitos civis básicos que, mesmo garantidos pela Constituição, não eram respeitados na prática. O autor chama atenção para a existência de demandas na imprensa que tocavam mais propriamente o dia-a-dia dos habitantes imperiais. Uma luta que

¹⁷² MARSHALL, T.H. Cidadania e classe social. In MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

¹⁷³ BASILE, Marcello. *Ezequiel Corrêa dos Santos...* Op cit, p 53.

¹⁷⁴ A Nova Luz Brasileira, nº 3, 15 de dezembro de 1829. Trecho encontrado em BASILE, Marcello. *Ezequiel Corrêa dos Santos...* Op cit, p. 72.

“ia desde o Parlamento (como ilustram as trajetórias dos deputados Antônio Pereira Rebouças e Francisco de Montezuma, entre outros) até as ruas (onde negros e pardos participavam ativamente das diversas manifestações públicas), passando logicamente pela imprensa (como indicam não só os jornais dedicados à questão étnica, mas também a existência de vários redatores mulatos)”¹⁷⁵.

Não é demais, portanto, novamente sublinhar a ligação direta entre a imprensa e o que acontecia nos diversos níveis da sociedade imperial. Como vem sendo objetivo implícito deste trabalho em sua totalidade, é mister entender os periódicos políticos regenciais através de seu próprio contexto político, como vozes que trazem questões não meramente retóricas, mas concretas. Muito além de falas vazias ou simples discursos a seus pares, os redatores procuravam direcionar a opinião pública também levando em conta os acontecimentos da rua.

Keila Grinberg dedicou-se mais profundamente à carreira política do deputado Antônio Pereira Rebouças. Fugindo do escrito biográfico, a autora procurou alcançar o contexto de luta por consolidação e definição dos direitos civis para os elementos de cor através do exemplo de Rebouças¹⁷⁶. Considerado de formas radicalmente opostas em variados trabalhos, a figura do deputado mulato e sua posição política ao longo da carreira podem servir de rica janela de observação aos periódicos mulatos do período regencial.

Sendo mestiço, e sem berço, Antônio Pereira Rebouças buscou a diferenciação social através da educação e da instrução. Preferindo a vida em um centro urbano que possibilitasse uma maior mobilidade social, o futuro deputado trocou o interior bahiano pela cidade de Salvador. Não sendo caso particular, Rebouças fez parte do grande número de mulatos que participaram das lutas de Independência no Nordeste e que as utilizaram como abertura para maior mobilidade social. Mesmo sublinhando as possibilidades abertas por esta participação, Grinberg ressalta que “aqueles que dispunham apenas de notoriedade alcançada pela participação nas lutas contra os portugueses se atracavam para conseguir alguma posição”¹⁷⁷.

Ao entrar na vida política, conseguindo o cargo de Secretário da província de Sergipe, a trajetória de Rebouças exemplifica de maneira clara as dificuldades práticas de se carregar as marcas das distinções. Não deixaria de sofrer discriminação pela sua cor e pelo alto cargo que desempenhava, sendo severamente combatido pelos senhores daquela província. Dentro daquele contexto de disputa entre “brasileiros liberais” e senhores aliados à causa de Portugal, o significado

¹⁷⁵ Idem, p 73.

¹⁷⁶ GRINBERG. Keila. Op cit.

¹⁷⁷ Idem, p.76.

que teria um mulato a frente dos negócios não passou despercebido à classe senhorial. Acusado de haitianismo, o próprio Rebouças procurou despolitizar sua cor, e consolidar seu lugar através dos próprios méritos, como cidadão. Ao afirmar que todo pardo e preto podia ser general, Antônio Pereira Rebouças antecipa o argumento a ser utilizado pelo *O Mulato ou O Homem de Côr*. Mesmo podendo ser acusado de liderança negra, sua defesa de uma cidadania desracializada não o aproximava de qualquer signo antiescravista, ou posição revolucionária.

Da mesma forma que podia sofrer ameaça a seus direitos civis mais básicos por sua cor, como ter problemas ao circular dentro do Império, o futuro deputado tinha sua posição destacada sujeita a todo o tipo de oposição que lançasse mão de sua cor para acusá-lo de alguma subversão. Grinberg ressalta, ainda, que esta luta pelos direitos civis traçada cotidianamente não teve contornos coletivos, mas sim foi pessoalizada. A luta de Antônio Pereira Rebouças era, sobretudo, para que não fosse confundido com qualquer mulato escravo, ou liberto. A sua inclusão enquanto cidadão fazia-se concomitante à exclusão de outros, o que não era nem problema, nem contradição¹⁷⁸.

Enquanto deputado nas discussões na Assembleia sobre definição da nomeação dos oficiais da Guarda Nacional, Rebouças posicionou-se de acordo com os direitos garantidos pela Constituição de 1824 a todos os cidadãos, independente de cor. Ao colocar-se contra a exclusão dos libertos da possibilidade de pleitear ao oficialato, ele pretendia fazer coro à defesa da Carta imperial, e não se colocava a frente de qualquer luta racial. Baseando-se primordialmente no direito à propriedade como definição da cidadania, sustentava que não era legítimo impedir qualquer cidadão que atingisse a exigência de renda de subir ao cargo de oficial.

As discussões sobre a oficialidade da Guarda Nacional teriam também os contornos de definição da cidadania. Enquanto o grupo moderado procuraria manter a ordem, mesmo sacrificando liberdades e garantias individuais, a posição de Antônio Pereira Rebouças expressa a luta por uma compreensão de cidadania pautada especialmente sobre os princípios do liberalismo clássico. Procurando distanciar-se de uma lógica política de privilégios, o deputado se opôs a uma posição que ainda via os direitos civis garantidos na Constituição como privilégios restritos a poucos¹⁷⁹. Ao defender a propriedade como ponto nodal da cidadania política, Rebouças reafirmava-se na esteira do pensamento liberal sustentado no período. Como homem de cor, embasava sua luta por seu exercício desracializado da cidadania¹⁸⁰.

À luz do entendimento da trajetória política do deputado Rebouças, entendemos que os

¹⁷⁸ Ibidem.

¹⁷⁹ Ibidem, especialmente capítulo 3.

¹⁸⁰ Ibidem. Keila Grinberg nos relembra a influência das idéias de Benjamin Constant no pensamento político brasileiro.

escritos políticos dos periódicos mestiços regenciais não representaram um grito contrário às discriminações raciais de forma absoluta. O perigo de entendê-los como início de uma luta negra no Brasil recai sobre o descompromisso com a história dos significados e da contextualização das ideias políticas que enfatizamos no primeiro capítulo. Ao inserirem-se naquele momento de construção da esfera pública nacional, estes redatores tanto levaram demandas que já existiam nas ruas para suas páginas, quanto afirmavam-se como parte do debate sobre a cidadania e sobre a nação brasileira que desejavam desenhar.

Incluindo seu argumento pelo silenciamento da cor na sua definição de cidadania, *O Carioca* equipara a proposição do presidente da província de Pernambuco pela divisão dentro da Guarda Nacional a uma medida, fundamentalmente, antibrasileira:

“... nós não vamos crear partidos, vamos sustentar a Lei; vamos deffender nossos direitos; vamos marchar com os principios de sete de Abril; vamos fazer guerra porem guerra justa, a esses que outr'ora, infalveis em clubs, certos em planos, maquinarão a ruina da Patria, a divisão das classes, a destruição das Leis, e se exforçavão para hum Paiz Novo...”¹⁸¹.

O argumento em defesa do acesso dos homens de cor a direitos que a Constituição os assegurava, vestiu de sentidos políticos acontecimentos, demissões ou assassinatos de homens de cor ligados à imprensa ou à política naquele período. Quando em setembro de 1833, o filho do Regente Lima e Silva, Carlos Miguel de Lima, assassinou o redator do jornal *O Brasil Afflicto*, José Clemente de Oliveira, *O Mulato ou O Homem de Côr*, assim como diversos outros jornais mulatos, estavam prontos para atribuir significados políticos ao crime. Enquanto Evaristo da Veiga, na *Aurora Fluminense*, procurava abrandar a repercussão do ato, atribuindo feições de motivações particulares e familiares, o jornal pardo não poupou palavras que o denunciassem.

Os tumultos que seguiram o cortejo do enterro do redator também foram revestidos de significados políticos pelo jornal, que descrevia a todos os atos dos militares e do governo como perseguição moderada não só aos exaltados, como também aos mulatos. O acompanhamento de uma tropa de permanentes ao cortejo era, por si só, motivo para que o redator anônimo bradasse palavras ferozes contra o governo:

“Com magoa o disemos, em o dia 26 do Corrente os amigos e de mais homens que aborrecem os crimes tendo concorrido a casa do R. do Brasil Afflicto a prestarem o ultimo acto de Releição, uma patrulha de permanentes comandada por hum official apparecera para perturbár a boa ordem que reinava entre o Povo apinhoado, carregando as pistolas e desembainhando

¹⁸¹ *O Carioca*, n°2, 22/08/1833.

espadas [...]”¹⁸².

Uma prisão ocorrida no enterro do redator do *Brasil Afflicto*, sem dúvida, foi revestida dos maiores significados políticos por aqueles redatores mulatos que debatiam publicamente suas idéias. A prisão de Maurício Jozé de Lafuente, em 19 de outubro de 1833, ganhou grande dimensão na imprensa. Foi revestida em bandeira pela desracialização da cidadania, não só pelo *Mulato ou O Homem de Côr*, mas também por outros jornais mestiços. Dedicando seu 4º número totalmente ao acontecimento, o periódico tratou de explicar aos leitores que o preso, e as motivações para sua captura. Mesmo sendo “verdadeiro americano”, Lafuente era constantemente atacado pelos impressos do governo, foi até classificado como “bode negro”¹⁸³. O artigo desqualifica os motivos apresentados para a prisão do patriota, e afirmava que este andava armado pelo risco de vida que corria, e após ter conseguido o direito através da lei. A verdadeira motivação teria sido a sua cor mulata, e seu patriotismo latente. A perseguição aos homens de cor e aos exaltados foi vista pelo periódico como estratégia do governo para desarticular seus opositores, estratégia esta que *O Mulato ou o Homem de Côr* qualifica como frustrada, já que “o homem de cor, que ama sua Patria, e protesta morrer pela igualdade das leis, não muda de partido, a vista de taes arbitrariedades, elle se enraivesse...”¹⁸⁴.

Percebe-se, assim, que as lutas entre moderados e exaltados tomaram também a forma de luta entre amigos dos homens de cor e seus inimigos nas páginas deste periódico, o que realça aos olhos os sentidos políticos das identidades raciais no período. As mesmas rivalidades que delinearam “portugueses” e “brasileiros”, delinearam as identidades políticas raciais em torno das discussões sobre cidadania e nação nos primórdios do Império. O antilusitanismo que construiu o português como inimigo, construiu também o português adotivo, conforme o comportamento a favor da causa da Liberdade. Da mesma forma, a oposição aos moderados traçava nos periódicos exaltados uma ligação direta entre mulatos e exaltados, o que não queria dizer uma coincidência total entre um e outro. As batalhas identitárias carregaram em si os símbolos das disputas políticas do período e foram usadas por todos os grupos em benefício próprio.

Os valores e atributos do cidadão mulato conformariam, sobretudo, uma identidade política, e não racial, e seriam absorvidos nos conflitos impressos que delineavam a identidade dos grupos. A identidade de mulatos também fazia parte do jogo político de disputas entre moderados, exaltados e restauradores, e não era pouco utilizada neste sentido, sendo exemplo das discussões cotidianas que teciam muito mais tais identidades do que preocupações teórico-ideológicas.

¹⁸² *O Mulato ou O Homem de Côr*, nº 3, 16/10/1833.

¹⁸³ *O Mulato ou o Homem de Côr*, nº 4, 23/10/1833.

¹⁸⁴ Idem.

“Quando se ha mister dos homens, todos somos patricios, a terra he nossa, fingem-se cartas de liberdades, forças no Arsenal; quando servidos; mulatos e pretos tomam vosso lugar, sois maioria atrevida, gente de xinelo e cacete. Saiba o Prezidente moderado, que os Exaltados e os brancos não moderados vivem em harmonia e nada se lhes dá de serem comandados por muitos das classes heterogeneas, e nesta lueta vergonhoza a balança em favor das raças desprezadas nem que não desprezíveis”¹⁸⁵.

No 16º número de seu jornal, Padre Marcelino denunciava a forma como todos aqueles que chegavam ao poder provocavam rivalidades entre portugueses e brasileiros, e depois se utilizavam delas para causar desconfiança política – traçando paralelo entre o governo de Dom Pedro I e Padre Feijó, então Ministro da Justiça. Destaca os maus atos de Dom Pedro, tanto com Portugueses – ao abandonar sua Pátria –, quanto com Brasileiros, ao dissolver a Assembleia Constituinte¹⁸⁶. Os paralelos entre a Regência e o Governo de Dom Pedro I eram estratégia comum aos redatores exaltados. O redator de *O Filho da Terra* fez desta temática uma constante nas páginas de seus artigos. Na analogia entre os moderados e Dom Pedro I, o redator destacava a traição em relação aos patriotas que teriam trabalhado para a Revolução do 7 de Abril, e então se encontravam desempregados e perseguidos:

“Sim, nessa ocasião em que os moderados estavam [sic] como feridos do raio, os militares que oje [sic] são desempregados [...] e todos os demais Patriotas perseguidos e injustamente calunniados souberão mostrar-se dignos revolucionarios (...) Mas ah! Povo Brasileiro sensível e bem fasejo, tu foste malfadada para a liberdade, e para a virtude! Dia 7 d'Abril que nunca serás aniquilado!”¹⁸⁷

As discussões que avançaram na imprensa logo depois da Abdicação de Dom Pedro I reatualizavam o aprendizado político e a construção do espaço público imperial, assim como a utilização – com alguma amplitude – da ideia de opinião pública. Neste sentido, a proposição de alargamento das amarras cronológicas, de modo a possibilitar um entendimento mais satisfatório do desenvolvimento do plano político, de suas concepções e da construção do Estado é extremamente pertinente e instigante. Faz-se necessária uma perspectiva que dê conta de entender este grupo

¹⁸⁵ *O Mulato ou O Homem de Côr*, nº 1, 14/09/1833.

¹⁸⁶ *O Exaltado*, nº 16, 12/02/1832.

¹⁸⁷ *O Filho da Terra*, nº 2, 14/10/1831.

dentro de seu próprio cotidiano e de construção identitária, e também dentro deste contexto maior de transformação da prática e da experiência da política.

A chegada das eleições para deputados, em 1833, mais uma vez forneceu munição privilegiada para que as páginas da pequena imprensa florescessem. Vale notar que este ano foi o ano de maior circulação de jornais naquele período.

A *Cégarréga* recomendou a seus eleitores atenção:

*"Convem mais tambem declarar tacita, ou expressamente aos Eleitores, que confirão especial facudaldade aos Senhores Deputados, que forem eleitos, para reformar o nosso Pacto Social, e para fazerem o bem, que poderem ao todo, e a cada huma das partes da grande Nação Brasileira [...]".*¹⁸⁸

Nota-se, assim, que a retórica dos redatores reconstruía a identidade política de seus grupos diante destes acontecimentos. As ressignificações dos acontecimentos contribuía para que o próprio grupo se formulasse, concomitantemente a sua própria ação.

¹⁸⁸ A *Cégarréga*, nº 3, 5 de janeiro de 1833.

Conclusão

Este trabalho procurou trazer alguma luz à uma parte da imprensa exaltada majoritariamente ignorada pelos trabalhos mais significativo sobre este grupo e este período.

Foi objetivo expor um pouco do contexto conceitual e político que deu aqueles homens a munção para explanar suas ideias e determinarem-se enquanto grupo.

A identidade exaltada trazia em si um certo posicionamento cotidiano que era mais marcado pelo clima beligerante da Corte naquele momento do que por discussões aprofundadas sobre teorias políticas, ou mesmo proposições formais de reformas. Os acontecimentos eram tipografados de acordo com a cor da pena de redatores e jornais, delimitando seus lugares na arena pública, e publicizando o vocabulário político liberal.

Menos preocupados em definir projetos políticos, estes pequenos jornais, por um lado, complexificavam a identidade exaltada – já dividida em pequenas nuances, mesmo na grande imprensa –, e demonstrava sua heterogeneidade, diluindo-a, mesmo para o observador do século XXI. O calor de momentos críticos da Regência e o discurso inflamado de algumas páginas ligava às demandas a causas mais palpáveis à vida política da opinião pública da corte.

Marcelo Basille utilizou os jornais de antes de depois da Abdicação, sublinhando os trechos de continuidade dos argumento, mas não se pode negar a importância da observação

diferenciada que a passagem do 7 de Abril causou nas discussões impressas e na constituição da identidade destes grupos. Não se trata da consideração descontextualizada da Regência como experiência descolada das lutas anteriores à queda de Dom Pedro, mas justamente da compreensão do peso que a própria Regência – o vazio simbólico e concreto do trono – e da maior liberdade na experiência da pequena imprensa. A reatualização do uso dos argumentos mostra que a identidade que este grupo construía para si após a Abdicação teve muito mais a ver com o dia a dia da política regencial e o novo espaço que surgia na imprensa do que com a homogeneidade de ideais republicanos entre eles.

A explosão do número de jornais no ano 1833, como vemos, não solidificou as bases doutrinárias ou filosóficas que sustentassem uma identidade exaltada absoluta, mas sim diluiu as discussões em pequenos acontecimentos diários que estavam mais próximos da experiência política daqueles redatores e dos leitores aos quais pretendiam atingir.

Nota-se que aquelas palavras mais radicais demonstradas por Basile nos jornais que este analisou nos anos anteriores à Abdicação não se alinham com aquelas utilizadas pela pequena imprensa que se identificava como exaltada nos primeiros anos do Período Regencial. Isto levanta certas questões a respeito da identidade exaltada que não podem ser ignoradas.

A multiplicação das vozes que se identificavam como exaltadas no espaço público da Corte nestes primeiros anos regenciais reafirmou o discurso que se consolidava nos grandes jornais nos anos anteriores ao 7 de Abril? De acordo com a observação desta pequena imprensa que borbulhava em tais anos, o que se nota é uma certa diluição de traços que poderiam ser qualificados como aspirações republicanas, e se acentuam o aparecimento de pontos diversos que se relacionavam mais diretamente com questões imediatas daqueles anos, que reatualizaram retóricas políticas que já faziam parte do espaço público que florescia na época.

Pontos condizentes com o argumento pela federação apareceram naqueles jornais com alguma frequência, e podem apresentar algum pano para a identificação destes jornais. Este ponto pode fornecer pistas interessantes para o recuo deste grupo após a vitória de Ato Adicional em 1834. De que forma a agenda exaltada fluminense encontrava-se com a de outras províncias, especialmente as do Norte, já que o interesse primordial daquela era a manutenção da unidade territorial? De que forma a identidade política exaltada foi usada como espécie de guarda-chuva argumentativo nas discussões políticas diversas que afloraram e se reatualizaram na onda política que circundou os anos da Abdicação de Dom Pedro I?

Sem dúvida, durante a Regência, o embate entre a federação e a centralização foi levado ao centro do debate impresso, e foi utilizado no realinhamento e na redefinição das identidades políticas. Mesmo assim, alguns moderados passaram a defender algumas das reformas propostas,

admitindo a necessidade de contenção do Despotismo. O vazio momentâneo do trono acentuou a necessidade de um pacto que passasse pelas elites políticas locais e centrais, como brilhantemente apontou Ilmar de Mattos, no clássico *O Tempo Saquarema*.

As definições identitárias de caramurus e exaltados, principalmente, como grupos de oposição, ficaria também à mercê das agressões da situação. A pequena imprensa, inflada durante os primeiros anos da Regência, chama atenção para o período de agitação do espaço público nacional, e para a diversificação das questões políticas que encontrariam espaço para serem impressas.

Ao colocar em suas páginas que “*a Liberdade tem por principio a natureza, a qual criou os homens todos iguaes, e não fez a huns fidalgos, e a outros mecanicos: portanto a regra da Liberdade he a justiça,*”¹⁸⁹ *O Filho da Terra*, assim como outros periódicos, chamou atenção para o novo vocabulário liberal que marcou o aprendizado político do oitocentos brasileiro e ainda fomenta interessantes questões nos historiadores do século XXI. Marcello Basile sentiu-se confortável para incluí-lo entre os propagandistas de algo próximo à justiça social, e ao desejo de igualdade social que uniria os exaltados. Mas o contexto de aprendizado e construção de significados dos novos conceitos liberais permite que olhemos o mesmo trecho como parte da pedagogia liberal e da lista discursiva contra a tirania e os traços do Absolutismo, como o defeito mecânico, as classes e a imobilidade do Antigo Regime. A leitura deste periódico, por exemplo, não convence o observador sobre o desejo profundo revolucionário, mas sim chama atenção para a complexidade das discussões e dos diversos elementos presentes no processo de significação dos conceitos que ganhavam dimensão pública.

Não se pode negar que a a própria visão sobre a política mudava de prisma, e que a explosão da imprensa no Período Regencial indicam o aumento do alcance e da profundidade das discussões no espaço público. Encarar o período um dos momentos do desenvolvimento do pensamento liberal brasileiro é fundamental para a compreensão das expressões utilizadas e das ofensas trocadas semanalmente por redatores e panfletários. No entanto, não se pode perder de vista a dimensão mais imediata das discussões impressas, que era definidas pelas vozes das ruas, e pelos acontecimentos concretos que definiam a construção das identidades políticas dos grupos em proporção muito maior do que definições teórico-conceituais.

A tentativa de balizamento dos paradigmas ideológicos exaltados resultaria na reafirmação anacrônica de um tipo de partido inexistente na época e completamente distante da sociabilidade política daquele momento.

¹⁸⁹ *O Filho da Terra*, nº 8, 25/11/1831.

FONTES PERIÓDICAS

O Exaltado

A Cégarrega

O Filho da Terra

O Mulato ou O Homem de Cor

BIBLIOGRAFIA

ALBERTI, Verena. “A existência na história: revelações e riscos da hermenêutica”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 17, 1996.

AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. *O Brasil de 1831 a 1840*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1884.

BAKER, Keith Michael. “Politique Et Opinion Publique sous l’Ancien Régime”. In *Annales ESC*.

Paris, v.1, n. 42, jan-fev 1987.

BASILE, Marcello Otávio. *Ezequiel Corrêa dos Santos: um jacobino na corte imperial*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

BASILE, Marcelo Otávio. *Anarquistas, rusgientos e demagogos: os liberais exaltados e a formação da esfera pública na Corte imperial (1829-1834)*. Dissertação de Mestrado. UFRJ, 2000.

CARVALHO, José Murilo de ; CAMPOS, Adriana Pereira. (Orgs.) *Perspectiva da cidadania no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lucia Bastos Pereira das (orgs). *Repensando o Brasil do Oitocentos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CARVALHO, José Murilo de; PEREIRA, Miriam Halpern; RIBEIRO, Gladys Sabina; VAZ, Maria João Vaz. *Linguagens e Fronteiras do Poder*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

CARVALHO, José Murilo. *A Construção da Ordem/Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

CASTRO, Paulo Pereira de. “A Experiência Republicana, 1831 – 1840”. In HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História da Civilização Brasileira*. Tomo 2, vol.2. São Paulo: Difel, 1964.

FALCON, Francisco; RODRIGUES, Antonio; NEVES, Margarida de S. *A Guarda Nacional no Rio de Janeiro (1831-1918)*. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 1981.

FALCON, Francisco; RODRIGUES, Antonio; NEVES, Margarida de S. *A Polícia na Corte e no Distrito Federal: 1831-1918*. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 1981.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3ª ed. São Paulo: Globo, 2001.

FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. *A ideia de República no Império do Brasil: Rio de Janeiro e Pernambuco (1824-1834)*. Tese de Doutorado. UFRJ, 2004.

GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (Orgs). *Coleção Brasil Imperial*, 3v. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

GUERRA, François-Xavier. *Los espacios publicos en Iberoamerica. Ambigüedades y problemas*. México: FCE, 1998, p 120.

JANCSÓ, István. *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

JASMIN, Marcelo Gantus. “História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares”. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 20 v. nº. 57: 28-38, fevereiro/2005.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora Puc-RJ, 2006.

LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito (orgs). *Entre a Monarquia e a República: imprensa, pensamento político e historiografia (1822 – 1889)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

MOREL, Marco; BARROSO, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro DP&A, 2003.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidade na cidade imperial (1820-1822)*. São Paulo: HUCITEC, 2005.

MOREL, Marco. *O Período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (org). *Livros e Impressos: Retratos do Setecentos e do Oitocentos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marco; e FERREIRA, Tania Maria Bessone da Cruz. *História e Imprensa: Representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DPA, 2006.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira; BESSONE, Tania Maria (Orgs.) . *Dimensões políticas do Império do Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

OTTONI, Cristiano Benedito. *Autobiografia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

PEREIRA, Vantuil. *Ao Soberano Congresso: Direitos do cidadão na formação do Estado Imperial brasileiro (1822-1831)*. São Paulo: Alameda, 2010.

POCOCK, J. G. A. “O conceito de linguagem e o *métier d'historien*: algumas considerações sobre a prática”. In *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003.

POCOCK, J. G. A. “Quentin Skinner: the history of politics and the politics of history”. In *Political Thought and History: essays on theory and method*. Cambridge: Cambridge University Press. 2009. Tradução de Patrick Wullaume e Guilherme Pereira das Neves.

Raimundo Magalhães Júnior. *Três panfletários do Segundo Reinado*. São Paulo: Nacional, 1956.

RIBEIRO, Gladys Sabina; BESSONE, Tânia Maria (orgs). *Linguagens e práticas da cidadania no século XIX*. São Paulo: Alameda, 2009.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *Brasileiros e cidadãos: modernidade política 1822-1930*. São Paulo: Alameda, 2008.

RICHTER, Melvin. “Reconstructing the history of political languages: Pocock, Skinner, and the *Geschichtliche Grundbegriffe*”. In *History and Theory*, vol. 29, nº 1, 1990, pp. 38-70.

RICHTER, Melvin. “Avaliando um clássico contemporâneo: o *Geschichtliche Grundbegriffe* e a atividade acadêmica futura”. In JASMIN, Marcelo Gantus; JÚNIOR, João Feres (Org.). *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Edições Loyola e Editora PUC-Rio, 2006.

SKINNER, Quentin. *Visões da política*. Liboa: Difel, 2005.

URICOECHEA, *Fernando*. *O Minotauro Imperial*. São Paulo: Difel, 1978.

WERNET, Augustin. *As Sociedades Políticas da Província de São Paulo na primeira metade do Período Regencial*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1975.